

FERNANDO CAMILO DE CARVALHO JÚNIOR

**PLANEJAMENTO *TOPDOWN*, TERRITORIALIZAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO LOCAL: PROBLEMAS E
PERSPECTIVAS A PARTIR DA REGIÃO CENTRAL DE
CAMPO GRANDE - MS**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO/DOCTORADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2019**

FERNANDO CAMILO DE CARVALHO JÚNIOR

**PLANEJAMENTO *TOPDOWN*, TERRITORIALIZAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO LOCAL: PROBLEMAS E
PERSPECTIVAS A PARTIR DA REGIÃO CENTRAL DE
CAMPO GRANDE - MS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – mestrado acadêmico da Universidade Católica [C] Bosco, como exigência final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação do Professor Doutor Josemar de Campos Maciel.

CAMPO GRANDE – MS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

C331p Carvalho Júnior, Fernando Camilo de
Planejamento topdown, territorialização e desenvolvimento
local : problemas e perspectivas a partir da região
central de Campo Grande - MS. / Fernando Camilo de
Carvalho Jr; orientador Josemar de Campos Maciel.--
2019.

114 f.: il.; 30 cm

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) -
Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2019

Inclui bibliografia

1. Urbanização. 2. Planejamento urbano - Campo Grande
(MS). 3. Desenvolvimento regional. 4. Territorialização.
I. Maciel, Josemar de Campos. II. Título.

CDD: 711.409817221

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Planejamento top down territorialização e desenvolvimento local: problemas e perspectivas a partir de Campo Grande/MS”.


Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

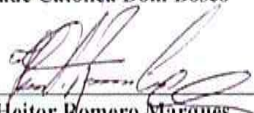
Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 14/02/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel
Universidade Católica Dom Bosco



Prof. Dr. Heitor Romero Marques
Universidade Católica Dom Bosco



Prof. Dr. Thiago Rodrigues Carvalho
Secretaria de Estado de Educação

*Dedico a presente dissertação
a minha esposa Priscila
e aos meus filhos:
Guilherme, Giulia e Emanuel*

AGRADECIMENTOS

Agradecer torna-se permitir-se, deste modo me permito a ser fiel a Deus e a todas suas vontades, a sua presença em todas as coisas, nas lições diárias da vida. Neste mesmo sentido agradeço ao primeiro de todos os grandes mestres, Jesus que em suas palavras consoladoras sempre nos tornou o fardo mais leve e a vontade do pai sempre mais justa.

A base inicial da vida, meus pais Fernando e Marlene, meus avós maternos Emanuel e Diva (*in memoriam*) aqueles que materializaram com sua presença em minha vida a forja do que sou e sinto, jamais poderei retribuir o amor e cuidado generoso por eles a mim dedicado, amor e honestidade sempre.

Ao meu porto seguro, inspiração para todas as minhas vitórias, minha esposa Priscila; presente consagrado e designado por Deus na missão diária de conviver e conduzir, contigo tudo sou. A dimensão de sua presença em nossas vidas dá-se na produção do tamanho de nossas conquistas, compartilhar ombreando com você a jornada da vida é uma graça divina; amor e gratidão por me conceder a oportunidade de compartilhar contigo a experiência e a responsabilidade de ser Pai.

Aos meus filhos, ao mais velho Guilherme companheiro de uma vida, sempre estarei contigo você de fato representa o meu melhor perante as agruras e temporais da vida. Giulinha e Maneco, a presença de vocês em minha vida ressignificou o que é ser humano, a paternidade encontrou objetivos renovados em carinho e muito amor.

Ao Mestre, Professor Doutor Josemar de Campos Maciel ou simplesmente, Chefe. Serei eternamente grato por sua parceria, aquele que orienta, assim como o amado mestre suas palavras edificam e dignificam a jornada, tu és aquele que empresta os instrumentos e aponta o Norte, auxilia sem impor com sua capacidade intelectual de dimensões astronômica.

Ao grande companheiro de jornada Dr. Yan, você é de fato um sujeito cuidadoso, detentor de muita sabedoria e é claro muito engajado. As experiências compartilhadas quase diariamente, foram e são de extrema importância nesta luta pelos vulneráveis e invisibilizados.

Um agradecimento especial ao Profº. Drº. Heitor Romero Marques, professor na acepção da palavra, cuidadoso, atencioso, prestativo e muito humano. A disciplina é tamanha que seu eu pudesse pedir algo, solicitaria uma centelha do modelo da vossa.

No mais a todos os professores e colegas do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Local, sem é claro de deixar gravado aqui, toda admiração à minha eterna orientadora Prof. Drª. Maria Augusta, sem a sua atenção inicial nos primeiros passos ainda vacilantes no programa não obteria êxito algum.

CARVALHO JÚNIOR, Fernando Camilo de. Planejamento topdown, territorialização e desenvolvimento local: problemas e perspectivas a partir da região central de campo grande – MS. 114 f. 2019. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

RESUMO

As terminologias planejamento e desenvolvimento são em muito utilizadas no contexto de gestão urbana, entretanto, afastam-se do encaminhamento propositivo real de viabilidades e soluções dos conflitos sócio-espaciais, os gargalos recorrentes na vida cotidiana em centros urbanos. Frente a essa realidade, nota-se um consenso da necessidade de um novo paradigma e modelo de desenvolvimento, inclusivo, descentralizado e convergente com a realidade local. Pensar o urbano na contemporaneidade implica em abrangente atuação comunitária, potencializando o desenvolvimento social e econômico dos espaços urbanos, concebendo de fato modelos democráticos e participativos na dimensão da vida urbana. O objetivo desse estudo consiste em verificar e analisar os modelos de planejamento aplicados no planejamento do desenvolvimento urbano, quase sempre distante da escala local, tendo como ponto de partida as propostas de intervenção, revitalização no território do centro de Campo Grande/MS, além de analisar os argumentos apontados pela gestão municipal no contexto de humanizar e potencializar as atividades sociais no atual Plano de Revitalização do Centro. A presente pesquisa foi pautada no método dedutivo, com abordagem quantitativa, aprofundando-se na análise e compreensão do local, sendo de natureza exploratória e descritiva. Além do levantamento bibliográfico e documental com finalidade de compreender a produção e aplicação do termo urbanização durante o desenvolvimento das cidades ao longo da história, em contraponto com o modelo de urbanização concebido no Estado brasileiro e sua posterior aplicação no modelo de desenvolvimento urbano local, utilizou-se de observação das vivências cotidianas no espaço urbano. A pesquisa permitiu identificar nas sucessivas intervenções na área central de Campo Grande, MS, a inexistência de uma aproximação com as comunidades existentes, a nítida carência de considerações da dimensão humana e de práticas potencializadoras na apropriação espacial eficiente da estrutura atual das propostas de revitalização realizadas, bem como uma aplicação mais inclusiva e satisfatória do direito à cidade privilegiando o fortalecimento social do local. Os indícios evidentes de riscos à gentrificação, produzidos com uma materialidade esteticista, que na maioria das cidades brasileiras tem incorrido na elitização de espaços públicos, potencializando o abismo social e evidenciando a falta de práticas que alterem os paradigmas ora existentes no planejamento urbano, de modo a produzir de fato um modelo inclusivo na gestão do desenvolvimento das cidades, privilegiando o coletivo, as comunidades as relações humanas de modo perene.

Palavras-chave: Urbanização; Planejamento; (Re) territorialização; Desenvolvimento Local, Gentrificação.

CARVALHO JÚNIOR, Fernando Camilo de. Planejamento *Topdown*, territorialização e desenvolvimento local: problemas e perspectivas a partir de Mato Grosso do Sul. 114 f. 2019. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

ABSTRACT

The terminologies of planning and development are widely used in the context of urban management, however, are far from real propositional route of feasibility and socio-spatial conflict resolution, recurrent bottlenecks in daily life of urban centers. Faced with this reality, there is a consensus on the need for a new paradigm and development model, inclusive, decentralized and convergent with local reality. Thinking the urban in contemporary times implies an action community, enhancing the social and economic development of urban spaces, idealizing democratic and participatory models in fact in the dimension of urban life. The objective of this study is to verify and analyze the planning models applied urban development planning, which are almost always distant from the local scale, intervention, revitalization in the territory of the center of Campo Grande / MS, besides analyzing the arguments pointed out by municipal management in the context of humanization and expansion of social activities in the Center's current Revitalization Plan. The present research was based on the deductive method, with quantitative approach, deepening in the analysis and understanding of the site, being of exploratory and descriptive nature. Besides the bibliographical and documentary survey to understand the production and application of the term urbanization during the development of cities throughout history, in contrast to the model of urbanization conceived in the Brazilian State and its subsequent application in the local urban development model, daily life in urban space. The research allowed identifying in the successive interventions in the central region of Campo Grande, MS, the lack of rapprochement with existing communities, the clear lack of human dimension and of potentializing practices of efficient spatial appropriation in the current structure of the municipality. proposals for revitalization, as well as a more inclusive and satisfactory application of the right to the city, favoring the social strengthening of the place. The obvious signs of risk to gentrification, produced with aesthetic materiality, which in most Brazilian cities produced the elitisation of public spaces, potentializing the social abyss and evidencing the lack of practices that alter the existing paradigms in urban planning, in order to actually produce An inclusive model in development management of the cities, privileging the collective relations, community and human rights.

Keywords: Urbanization; Planning; (Re) territorialization; Local Development, Gentrification.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1	Planta do Centro de Campo Grande feita por Nilo Javari Barém, em 1909	75
Figura 2	Orla Ferroviária à época da inauguração, no trecho entre a Av. Mato Grosso e Av. Calógeras	83
Figura 3	Trecho da Orla Ferroviária com destaque a grafite e “vagão/quiosque”	84
Figura 4	“Vagão/quiosque” depredado e incendiado na Orla Ferroviária	85
Figura 5	Orla Ferroviária, diante da Morada dos Baís, com detalhe ao mal estado do calçamento	86
Figura 6	Aula de ginástica em arte do calçadão da Orla Ferroviária, com presença de destacamento da Guarda Municipal	87
Figura 7	Pessoas reunidas e comendo em um dos “vagão/quiosque” na Orla Ferroviária	88
Figura 8	Instalação do Monumento à Maria Fumaça na Orla Ferroviária, no trecho da Av. Mato Grosso com a Av. Calógeras	89
Quadro 1	Demonstração do aumento percentual da população urbana mundial	98
Quadro 2	Percentual de repasse aos municípios (Países em Desenvolvimento)	104
Quadro 3	Percentual de repasse aos municípios (Países Desenvolvidos)	104

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	09
2	METODOLOGIA OPERACIONAL	16
2.1	Objetivo Geral	16
2.2	Objetivos Específicos	16
2.3	Justificativa	17
2.4	Natureza da pesquisa: exploratória	19
2.5	Método de pesquisa: dedutivo	19
2.6	Metodologia: procedimentos da pesquisa	19
2.6.1	Revisão bibliográfica	19
2.6.2	Fontes secundárias	20
2.6.3	Fontes primárias	20
3	DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE INDUSTRIAL E O PLANEJAMENTO URBANO	22
3.1	Contextualização Histórica: o urbano na sociedade	22
3.1.1	A paisagem das cidades industriais	23
3.1.2	Instrumentalização do Urbanismo e a sociedade Urbana	25
3.1.3	O conceito da cidade industrial	28
3.2	O Capital, a industrialização, a urbanização	29
3.3	A urbanização brasileira: construção social por exclusão	33
4	COSMOLOGIA CONCEITUAL	39
4.1	Dimensões	39
4.1.1	A dimensão espacial	40
4.1.2	A dimensão territorial	48
4.1.3	A dimensão da desterritorialização	51
4.2	A produção do espaço/território urbano	52
4.2.1	A desconstrução do conceito Público X Privado	52
4.2.2	Desordem ou ordem territorial	54
4.3	Des-re-territorialização urbana	55
4.3.1	Políticas de planejamento e desenvolvimento urbano nas cidades brasileiras	55
4.3.2	Cartografia da invisibilidade	60
4.3.3	Da invisibilidade urbana à gentrificação	62
5	DESENVOLVIMENTO URBANO DE CAMPO GRANDE-MS	66
5.1	Precedentes Históricos	66
5.2	O planejamento urbano em Campo Grande	69
5.3	O território do Centro	71
5.4	Uma rua, um contexto, uma proposta	75
5.5	O planejamento urbano recente em Campo Grande	77
5.5.1	Revitalização da Rua 14 de Julho	77
5.5.2	Revitalização da Orla Ferroviária	81
6	PLANEJAMENTO URBANO X CRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO	90
6.1	Um conceito de desenvolvimento urbano: Dimensão do Poder local	90
6.2	A imposição do modelo de desenvolvimento	93
6.3	Um paradigma alternativo	95
6.4	Na dimensão do território: a necessidade de uma gestão descentralizada	97
6.5	Empoderamento local	100
6.5.1	Controle dos fatores	101
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	110

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As terminologias “planejamento” e “desenvolvimento” são muito utilizadas no contexto de gestão urbana. Entretanto, afastam-se da sua função propositiva real de encaminhamento de viabilidades e soluções dos conflitos, dos gargalos recorrentes na vida cotidiana em centros urbanos. Creditando aos gestores políticos a produção deste cenário, fruto de um jogo velado de interesses mercantilistas nos quais o Estado sempre acatou para si a função de intermediador, percebe-se o distanciamento da função mediadora e a delegação de seu objetivo de ponto pacificador no conflito, distensionando, com sua força, e não privilegiando o equilíbrio.

Nisso, o distanciamento da função central de mediação, quase sempre em sua ação, potencializou o conflito, tendendo sobre maneira à força do setor privado. Este equívoco epistemológico pode ser notado em vasta literatura que trata da história das cidades e nas cidades, tornando-se visível ao emanar de uma força invisível, porém forte, atuando no período da produção das cidades industriais, atreladas ao pensamento capitalista, em subserviência ao setor privado.

Ao tratar da produção urbana brasileira atual, deve-se levar em conta todo esse legado cultural e político absorvido no âmbito da condição de país colonizado e na categoria (do) (em) desenvolvimento, modelo hegemônico imposto por uma política econômica da vertente capitalista, na qual países ditos periféricos não possuem voz e muito menos vez.

A cidade do capital é registrada no pensamento de muitos autores como uma consequência do legado produzido desde a dissolução urbana na fase mercantilista, precedente ao processo de industrialização, sendo potencializado no período da Primeira Revolução Industrial. Concebendo um ciclo de imposição de raízes ideológicas globalizadas, absorvido como solução no pretérito durante o processo industrial produzido em solo inglês e, posteriormente articulado e acrescido do modelo hegemônico capitalista estadunidense, vem norteando a dimensão e a escala de produção do planejamento e do desenvolvimento de cidades.

O modelo de planejamento urbano expansionista, quase sempre revestido de um ufanismo transloucado, é o caminho, a trilha, por onde se pretende

embrenhar nesse desvelar/objetivar, cogitando e analisando os vestígios da materialidade quase inequívoca dos indícios para nossa abordagem.

Levantar os desacertos, os acertos, o desvelar de tal história até o presente momento perante a face de atuação do Estado na gestão pública ao tratar das políticas de desenvolvimento urbano, acaba por tornar-se uma questão de referida monta. Não considerar a vida urbana e suas mazelas é desacreditar que as mesmas são forte indicativo de algo, conduzindo medidas de modo a excluí-las e transformando estas em equívocos perigosos. Quebrar paradigmas torna-se apropriado bem como invocar a dimensão humana presente nos caracteres de solidariedade e envolvimento, muito notados e praticados em sociedades tradicionais, são também vivenciados por sujeitos invisibilizados nas regiões de vulnerabilidade na área urbana.

Grande número de planejadores de cidades fala de valores e percepções da vida humana quando da prancheta ou do palanque, mas muito pouco entendem dessas relações. Em um primeiro momento, revestem-se de uma dita objetividade ao tratar das relações humanas e, nesta perspectiva, anulam todo o matiz e profundidade de valores mais subjetivados na relação sujeito/objeto, que são inerentes à vida humana nos princípios implícitos na mesma. Esta obsessão dominante de validar um argumento, quase sempre na medida do discurso justificado nas relações de poder é, no mínimo, temerária. No segundo momento a técnica também despreza a escala humana, baseando-se no modelo de planejamento urbano moderno, inequivocamente assentando e potencializando todas as outras mazelas sociais e econômicas por não levar em consideração a escala local.

Objetivando estudar os efeitos produzidos na condução da temática de planejamento e desenvolvimento urbano local, vislumbra-se a possibilidade de utilizar como campo de pesquisa o município de Campo Grande – MS, posto que este cenário se coaduna e se alinha com as referências bibliográficas que apontam, no legado das cidades, o modelo expansionista que segrega, desqualifica e invisibiliza, potencializando vulnerabilidades.

Contextualizar a área urbana do município de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, advém do legado das Cidades Progressistas na literalidade,

absorvendo os primórdios da cidade liberal descontinuada; afirmação de Leonardo Benévolo; em que há a presença de lampejos de um programa norteador de diretrizes de desenvolvimento e planejamento urbano, engajado no que poderia ser denominado de “novo urbanismo”, entrecortado com a luta de interesses da reserva do mercado imobiliário e culminando na afirmação crítica de Milton Santos (1998) do poder público como sendo o produtor da escassez na construção do espaço.

Tal característica da maioria das cidades brasileiras deve ser considerada no contexto de formação e fundação de uma cidade praticamente nascida no século XX e, desde o princípio, destacada na posição de convergência, porém segregadora. No cenário político do até então estado de Mato Grosso *uno*, despontando na macro política nacional em 1977, é apresentada como sendo a capital do novo estado da União na região Centro Oeste, em pleno momento da revolução urbana brasileira, quando a classe de arquitetos e urbanistas apresentam suas considerações relativas à gestão das cidades; à eterna luta das sociedades urbanas, ao direito à moradia e a outras questões ligadas à vida urbana.

Campo Grande apresenta no texto de seu Plano Diretor várias questões ligadas a esta efervescência do pensamento urbanista, embora relativizado em certas abordagens sociais. Em 1985, criou-se a Lei de Ocupação e Zoneamento da cidade, importando, em certa medida, conceitos do denominado novo urbanismo, como a questão dos modais de mobilidade urbana no transporte público coletivo ao implantar terminais integrados de transporte na década de 1990 ou ao conceber linhas norteadoras de fluxo de tráfego viário que poderiam ser denominados de indícios de um conceito embrionário de centralidades, visando reduzir a convergência do fluxo de automóveis para a área central, quase sempre transformando o centro urbano em um corredor de passagem.

A cidade, então concêntrica, agora apresenta novas viabilidades, não da centralização, mas de um viés de potencialidades e convergências em áreas urbanas protagonistas que apresentavam considerável autonomia. Neste ínterim, convocando a práxis da descontinuidade e do descompasso entre a gestão pública e a boa política de planejamento urbano, certos indícios de um pensamento participativo são denegados novamente; a descontinuidade retoma o protagonismo com a incorporação do instituto de planejamento urbano da cidade – PLANURB, hoje Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano; mantida a sigla,

porém agora com autonomia técnica minimizada, é mais uma corporação política do que efetivamente técnica, embora com relativa autonomia nos tempos de outrora e certa fragilidade, ainda assim produzia, com certa isenção perante as demandas de ordem da político-partidária.

Afirmar que no território urbano de Campo Grande se assenta à paisagem os moldes da área rural nacional, faz com que a questão fundiária tome um peso considerável em relação aos gestores municipais. Ao continuar ratificando suas intenções, identificada na prática continua de aumentar o perímetro urbano, inclusive na atualidade. Exemplo se deu no ano de 2018, quando foi apresentado ao gestor municipal um novo Plano Diretor que, de longe, deixa de ser mais do mesmo, certo que evidencia as intenções de reserva de mercado ao dobrar a região urbana do município sem argumentação minimamente embasada para tal.

Ressalta-se que a luta relativa aos vazios urbanos é evidenciada desde os primeiros momentos do planejamento urbano mais técnico produzido no município, posto que este já apresentava distorções com um percentual de vazios urbanos em dimensão igual à área ocupada, ou seja, da área existente em meados da década de 1980, os vazios representavam dimensão igual sendo possível ocupar em duas vezes o espaço geográfico urbano. Apesar de insistentes embates, foram reduzidos no presente a uma média de 40%, segundo dados do Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS, material referenciado no Estudo de Vazios Urbanos publicado em 2016.

Todo esse legado é fruto do modelo de planejamento desenvolvido ao longo de décadas nesse território, proveniente do modelo da cidade industrial, produtora de espaços visando mimetizar a vida humana aos processos fabris, herança dos modelos desenvolvidos para soluções de cidades europeias em plena Revolução Industrial. Bairros, parcelamentos, conjuntos habitacionais concebidos na franja urbana, as ditas vias de ligação implantadas em áreas de fragilidade ambiental adotando o discurso de proteção ambiental materializadas em um conceito de parque “linear” e, agora, apresentavam sua paisagem em alteração com políticas de adensamento e ocupação mais uma vez privilegiando a especulação imobiliária e as incorporadoras.

Vislumbrar essa prática avassaladora de gestão e ordenamento do espaço urbano se torna uma das premissas originárias nessa pesquisa, posto que discutir desenvolvimento local, relativizando qualquer conceito de desenvolvimento, pode relativizar ou potencializar a produção de falácias e patrocinar desenganos. Discutir e considerar como fato a necessidade de desentranhar este pensamento desenvolvimentista de cunho unilateral parece ser o ponto crucial para a produção de uma viabilidade de desenvolvimento local. Desse modo, não se pode deixar de notar toda a materialidade discutida neste legado das cidades, como os processos de gentrificação. Alguns geógrafos, e dentre eles Harvey (1980), Smith (2006), Soja (2007), discutem tal dimensão de maneira apropriada, conceituando e retratando esse modelo de urbanização imposta a um grande número de cidadãos que ingenuamente “compram” para si o discurso de progresso e melhorias, desconhecendo o porvir quase sempre cruel e avassalador.

Abordar a gentrificação, revestida/travestida com o título de (re)vitalização, (re)qualificação, (re)territorialização, validada pelo pressuposto da necessidade de um cadáver para haver a morte, é enxergar a produção da “fabricação” da morte, visto que nos mesmos há a resistência que aponta à manutenção dos vivos, sendo alvos de teorias que visam implantar processos de higienização e qualificação da paisagem urbana, buscando concretizar um discurso de ordem e segurança, potencializando o aparelhamento do território pelo outro e para o outro, que é de origem do Estado de direito privado e real beneficiário do investimento público.

Levantar toda essa poeira e desvelar a gestão urbana, encaminhando esse cenário de discussão para a dimensão da escala humana, são a linha norteadora desta dissertação que se apresenta pautada por argumentos de pensadores críticos da urbanização brasileira e outros autores que, ao longo de sua jornada, têm lutado na trincheira em favor dos vulneráveis que a cidade tende a invisibilizar.

A presente pesquisa foi estruturada com o primeiro capítulo referente a esta INTRODUÇÃO e mais outros seis capítulos, sendo o capítulo segundo estruturado com a METODOLOGIA OPERACIONAL que, além de conter a justificativa para a dissertação, é feita a descrição do processo científico da temática envolvendo o objeto de pesquisa e seu campo, bem como os objetivos geral e específicos.

No terceiro capítulo intitulado SOCIEDADE INDUSTRIAL: MODELO URBANO INDUSTRIAL, a finalidade será a de demonstrar a construção social dos espaços, transitando rapidamente pela dissolução urbana produzida no período mercantilista, quando da efetiva ação burguesa na vida urbana. Em sequência, será tratado sobre a paisagem urbana no princípio da industrialização dos países, passando da constatação dos problemas estruturais evidenciados na literatura, às primeiras soluções para o modelo urbano da sociedade moderna e à produção de um conceito de controle atrelado à política social, desaguando no modelo importado do processo de urbanização brasileira e suas produções sociais.

O quarto capítulo – COSMOLOGIA CONCEITUAL – vislumbra buscar e traçar a referência de território e territorialidade, evidenciando-os na discussão do conceito de espaço, posto que um dos enfoques se dará na produção social dos mesmos, sendo o urbano a materialização de tal conceito. Revisitar-se-á o conceito de desterritorialização no objetivo de relacioná-lo ao conceito de gentrificação, estabelecendo paralelos entre um plano de argumentação e outro.

O quinto capítulo – PLANEJAMENTO URBANO (DE) (EM) CAMPO GRANDE -MS – trata de demonstrar a evolução do planejamento urbano no município em questão, verificando as tendências expansionistas e as fases de transição na vida urbana, sendo: o incremento da ferrovia, a transformação em capital e as delongas na concepção do modelo de plano diretor. Será abordado o processo de descentralização, caracterizado no discurso atual de apelo por valores simbólicos e materiais que justificam as propostas de requalificação urbana aos moldes do planejamento urbano mundial que, outrora, não responderam aos apelos ansiados, posto que o sentido de apropriação, o sentimento de pertencimento, são instados em outra dimensão e a desconexão urbana/humana não favorecem tal instrumentalização. Ou seja, tratar, planejar e desenvolver como modelo se apresenta como algo raso e quase sempre infrutífero, a menos que o objetivo seja a percepção de outra dimensão social instalada em tal abordagem, gerando as bases para a futura gentrificação, haja vista que, no transcurso da história, tal processo quase sempre não é apresentado de pronto.

O sexto capítulo, PLANEJAMENTO URBANO X CRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO, vislumbra uma abordagem crítica ao modelo de desenvolvimento imposto. Em uma abordagem que convoca o pensamento de

autores como Santos (1993), Harvey (2007), Escobar (2016), Dawbor (2017) e Sassen (2017), será buscada uma retificação ao modelo, ratificando um pensamento de que o planejamento mais horizontalizado é eficiente na condução e atuação da vida local, mesmo em uma perspectiva sistêmica, de modo que o valor da efetiva descentralização política seja premente, necessária e justa. Assim, ressaltar-se-á o empoderamento de sociedades que, na dimensão local, arbitram, planejam e desenvolvem à sua maneira, sem processos de aceleração e expulsão, sem pejorativos que os tachem como povos primitivos, em que o tempo tem outra medição e o desenvolvimento é medido em outra régua, sem desconsideração às mais altas tecnologias. Vale lembrar que a gentrificação é quase sempre um movimento silencioso de expulsão, não carecendo de escancarada visibilidade. Vez e outra buscam conceitua-la como algo bem-vindo. Seria possível conceber ou admitir que o desenraizamento de uma comunidade trará sempre benefícios aos seus membros? Ou seria melhor trabalhar para seu desenvolvimento e empoderamento?

O sétimo capítulo, CONSIDERAÇÕES FINAIS, abordando de modo crítico, à luz da pesquisa as evidências notadas no desenvolvimento de políticas públicas concernentes ao planejamento urbano bem como os ordenamentos jurídicos e técnicos desenvolvidos no campo da habitação social, da cultura, do lazer e do desenvolvimento econômico para Campo Grande. Constatando sua efetividade dificultada pelo distanciamento da realidade local quase sempre com a finalidade intencional ou não, de um conceito de reterritorialização que encobre o processo ou os processos de gentrificação no município em questão.

2 METODOLOGIA OPERACIONAL

Este capítulo tem por argumento organizar e apresentar o objetivo, a justificativa e o objeto da pesquisa, assim como os métodos e procedimentos metodológicos utilizados.

2.1 Objetivo Geral

O centro urbano de Campo Grande, mais precisamente a Rua 14 de Julho, com a promulgação da Lei complementar nº 161 de 20 de julho de 2010, assim como ruas e quadras adjacentes ao território do Centro, transformou-se em ponto nevrálgico do denominado Plano de Revitalização do Centro Urbano de Campo, vulgo Reviva Centro, oportunizando várias discussões que remontam a sua real necessidade e validade, com investimentos da gestão pública na esfera Federal, Estadual e Municipal em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o apoio da Associação dos Comerciantes de Campo Grande (ASCG). Assim, o estudo tem como objetivo geral pesquisar as dimensões envolvidas nesse contexto epistemológico de revitalização, vislumbrando um ajuste entre a ocorrência de processos de requalificação e a recorrente gentrificação urbana.

2.2 Objetivos específicos

Em vista do objetivo geral, o estudo estabeleceu os seguintes objetivos específicos:

- 1) Analisar dados e fatos acerca do processo de urbanização das cidades industriais, marco da consolidação do processo de transformação das relações humanas em contexto urbano;
- 2) Estudar e compreender o modelo de urbanização brasileira, de modo comparativo aos processos do legado histórico europeu e norte americano, questionando o modelo das intervenções urbanas, bem como o processo de planejamento e desenvolvimento em Campo Grande – MS, e;
- 3) Apresentar, o processo de gentrificação como entrave para o desenvolvimento local, evidenciando indícios da mesma em propostas de requalificação aplicadas ao centro urbano de Campo Grande - MS.

2.3 Justificativa

A área urbana do município de Campo Grande – MS, ao longo da história desde a fundação, tem sido ampliada e alterada aos moldes das maiores cidades brasileiras que sofrem doutrinação em um modelo de urbanização concebido no processo histórico das cidades capitalista do período da Revolução Industrial.

Tal ampliação permissiva sem necessidade real, conduz à produção de vazios urbanos e os mesmos, sendo fruto da especulação imobiliária e baseados no conceito de oferta e procura, desenvolvem uma cultura fundiária de concentração da propriedade em detrimento de muitos, privilegiando determinados grupos privados.

O espraiamento das atividades de morar, de lazer, de trabalho e de produção no centro antigo, invenção da cidade do capital, produziu um esvaziamento demográfico da área central e, assim como em outros centros urbanos, tal desarticulação de atividades produz desassociação dos sujeitos com a área central e com todo o referencial histórico nela contido. Deste modo, transforma-se a área central urbana em um simples corredor de passagem.

Com o objetivo de reativar a região do centro de Campo Grande – MS, o poder público tem produzido inúmeras intervenções na área central e, desde o ano de 2010, no caso específico desta pesquisa, a administração pública propôs e desenvolveu o projeto que está executando: uma obra de (re)vitalização da Rua 14 de Julho, entre outras intervenções em paralelo e/ou isoladamente na região. Tal localidade é de grande fluxo, rota de passagem de veículos e pessoas; cumpre sua vocação e, assim como as demais ruas do sistema viário urbano, é lugar de consumo e produção estritamente comercial e de serviços.

Na contramão dos indicativos produzidos historicamente e das novas “velhas” teorias do urbanismo, vislumbra-se ativar o desenvolvimento na área central do município em questão. Não se pode negar que, de fato, o desenvolvimento econômico tem potencialidade de ser efetivado, no entanto o Desenvolvimento de fato, amplo e pleno no local, tem poucos indicativos de ocorrer, visto que, neste íterim, toda essa mobilização de forças econômicas podem conceber aquilo que pequena parte da população tem de fato se atentado: o futuro processo de assentando de uma elitização social impulsionando a gentrificação urbana. Parece

se tratar de uma região de potencialidade de uso sazonal e sem outros recursos e usos inclusos, carecendo de uma infraestrutura adequada e, por conta disso, correndo risco de incorrer em erro. Não se pretende na pesquisa criar um pensamento negativista de terra arrasada, nem tampouco apresentar uma verdade que resolva todas as questões inerentes à vida urbana complexa, mas fazer uma análise daquilo que está sendo dado nas atuais ações do poder público.

Não se pode desconsiderar a probabilidade de que, sem um plano de mobilidade que aposte de fato no transporte público coletivo eficiente em conjunto com outras modalidades de transporte, haverá o comprometimento no sucesso da intervenção. Haja vista que apostar apenas na restrição do uso exclusivista do automóvel, limitando o acesso e restringindo suas áreas de estacionamento, justificado na propositura de inserção de vagas de estacionamento nos limites do território, só servirá para criar bolsões de estacionamento que induzam o deslocamento peatonal e demandando incentivo à construção de complexos ou edifícios para abrigar os mesmos veículos que foram, de certo modo, “desprivilegiados” no projeto de intervenção. Isso não parece ser uma política de mobilidade consciente, pois a cultura do “carrocentrismo” está muito presente no dia a dia da população e sem algum benefício visível não ocorrerá engajamento da mesma.

A inexistência de uso perene na área central, mobilizada por usos mistos como circulação de pessoas e atividades variadas no decorrer da rotina diária urbana, apresenta a falta de uma cultura de uso, de apropriação. Como se dará este pertencer ao Centro não se sabe, pois sua população residente é pequena e as experiências descritas em obras literárias e pesquisas acadêmicas demonstram que a vida dos espaços públicos está intimamente ligada ao uso continuado, ou seja, os espaços públicos e privados necessitam de pessoas e a inexistência das mesmas produzem área inseguras e sem vida.

Por tais argumentos a oportunidade de dissertar sobre a temática urbana descrita se assenta no propósito de uma verificação e um olhar atento, objetivando não validar o fracasso das intervenções urbanas, mas cumprir com a função da pesquisa acadêmica e produzir luz sobre essas inquietações urbanas.

2.4 Natureza da pesquisa: exploratória

A pesquisa é de natureza exploratória, pois além de uma exploração sobre os dados secundários, determinante tem sido a imersão do pesquisador na realidade do objeto de pesquisa, com inteiração e diálogo junto aos sujeitos envolvidos, registrando impressões acerca da realidade local.

Tal tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com a problemática, com vistas a torná-la mais explícita ou definindo seus pressupostos.

2.5 Método de pesquisa: dedutivo

O método dedutivo foi usado, dado o fato de que as mudanças produzidas pelo movimento denominado Revolução Industrial e os desafios relativos à urbanização se assentam como uma premissa do modelo capitalista de urbanização. Deste modo a literatura, ao tratar da cidade industrial e de toda temática, se desenvolve em torno de um conceito amplo que se faz necessário compreender. De um conhecimento abrangente do fato e dos efeitos produzidos ao longo de sua trajetória temporal até o presente momento, ao se fazer percebida e discutida minuciosamente, o processo de gentrificação tem sua materialidade em um passado recente, mas é legado de um longo processo pacificado no modelo capitalista de urbanização. De tal modo, se faz necessário, além da compreensão do processo histórico, verificar o ordenamento jurídico produzido na instrumentalização do planejamento urbano, bem como, em escala local, compreender como todo esse legado potencializa a invisibilidade urbana, bem como perpetua determinadas vulnerabilidades.

2.6 Metodologia: procedimentos da pesquisa

Os seguintes procedimentos foram executados na pesquisa.

2.6.1 Revisão bibliográfica

Inicialmente foi realizada a revisão bibliográfica a respeito dos elementos que integram o tema e o objeto da pesquisa, de modo a selecionar as principais teorias e categorias conceituais que pudessem apoiar a elaboração dos instrumentos de pesquisa:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O estado da arte foi aprofundado com o objetivo de representar o pensamento de autores que, ao longo da jornada científica, buscam, à luz de fatos concretos e contextualizações históricas, contribuir com toda a sociedade, enfrentando a problemática demandada por ações concebidas no âmbito das relações humanas, constatadas na presença sistemática da existência humana e registradas em suas obras no transcurso da história.

2.6.2 Fontes secundárias

O levantamento consistiu em fontes documentais, estatísticas e imagens que pudessem oferecer suporte na identificação dos vários aspectos da realidade do objeto de pesquisa, estudados por outros pesquisadores ou avaliados por instituições reconhecidas. Incluem-se, entre eles, artigos científicos, dissertações e teses, projetos técnicos, entre outros. Os dados obtidos serviram como pontos conhecidos que ajudaram na formulação das questões iniciais da pesquisa junto aos atores com quem se manteve o diálogo para se chegar aos aspectos desconhecidos.

2.6.3 Fontes Primárias

Observação participante: consiste na inserção direta na realidade de cada sistema territorial das comunidades que se servem do objeto de pesquisa. Esse procedimento permitiu observação direta, visando conhecimento e o registro por escrito e por fotos dos seus agentes, das paisagens, do cotidiano vivido nas comunidades, no empreendimento, no que se refere ao objeto de estudo.

Foram produzidas atividades práticas de ampla divulgação ao longo do ano de 2018, tendo o seu fechamento em dois eventos de maior representatividade;

caminhadas e roda de conversa foram promovidas com o objetivo de estimular e registrar as impressões do cidadão, dos usuários do território do objeto de pesquisa. Também foram feitas orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) envolvendo a referida temática, bem como a apresentação de resumos no Congresso Internacional do Ensino, Pesquisa e Extensão da UCDB – Saberes em Ação, no ano de 2018.

Foram realizadas visitas técnicas ao campo de estudo por meio de uma observação participante, visando maior familiaridade com a realidade vivida pelos integrantes dessas comunidades. Buscou-se proceder à escuta desse sujeitos, de modo que pudessem expressar suas percepções, com base na vivência e cultura construídas.

3 DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE INDUSTRIAL E O PLANEJAMENTO URBANO

Este capítulo tem por objetivo descrever o cenário das cidades na transição do processo de industrialização, o crescimento populacional, a exploração do trabalho, a precariedade das moradias e todo o contexto necessário para a boa compreensão dos problemas decorridos durante o processo de industrialização urbana, bem como as soluções adotadas e desenvolvidas no período, em estreita combinação com a divisão social do trabalho e a cidade industrial como produto deste modelo, concebida e produzida como uma grande construção social. Encetando no âmago da urbanização brasileira, alguns desajustes produzidos no velho continente europeu e a disseminação de um modo de produzir e reproduzir vida urbana ao longo das Américas, nessa pesquisa, mais precisamente no Brasil.

3.1 Contextualização histórica: o urbano na sociedade.

Não obstante o fato de que o processo de mecanização e industrialização potencializou o crescimento urbano, baseado no modelo de desenvolvimento econômico existente condensando no capital toda sua potencialidade, deve-se tomar nota que no período precedente à Revolução Industrial o cenário urbano dava indícios de sua desfragmentação. No transcurso do século XVII, de acordo com Munford (2004), o jogo de poder e a troca de mando eram nítidos; a burguesia, potencializando várias linhas da atividade econômica, produziu e apostou no crescimento das cidades, concebendo a denominada dissolução urbana. Neste sentido afirma Munford (2004, p. 445):

[...] é conveniente separar esses dois aspectos da nova ordem capitalista. Aliás, não apenas conveniente, mas historicamente preciso: com efeito, uma parte não pequena das invenções eficazes, entre o século XIII e o XVIII, foi obra dos empreendedores comerciais [...].

À luz de tal tendência de desenvolvimento das cidades, influenciada pelo viés capitalista, o período de maior potencialidade para a dissolução urbana é o enfoque, no qual o fato não apenas do expansionismo comercial atua na fragmentação do tecido urbano, mas o sistema de produção industrial estabelece uma mudança física e social no ambiente urbano demandando intervenções de considerável monta.

A cultura comercial desenvolvida na cidade liberal produziu alterações físicas no território ocupado, ainda com reminiscência da cidade medieval e dos legados conceituais barrocos, de acordo Norberg-Schulz (1965), o que culminou no surgimento da cidade capital, sede do poder administrativo, aristocrata e/ou religioso. Assim, a invenção do barroco é, de fato, a cidade monumental, que nada mais é do que a cidade capital e esta é a grande invenção do mesmo.

A cidade aparelhada para atender o sistema de poder está referenciada por Norberg-Schulz (1965, p.65):

[...] tradicionalmente fechada se abriu, assim, sempre era possível as igrejas projetadas em relação a um eixo que as integra no ambiente urbano e o palácio passa a ser o centro de movimentos radiantes em vez de uma fortaleza-maciça.

A evolução evidenciada por uma transição de poderes dominantes e novas classes ratifica e aponta o viés expansionista e liberal das cidades; fundamentando-se no modelo de negócio capitalista. A viabilidade para o novo formato e conceito de cidades surge na conceituação da cidade barroca, mas evolui lentamente no período liberal, potencializando na industrialização.

3.1.1 A paisagem das cidades industriais

Notícias alvissareiras da pungência na produção mecanicista em estruturas fabris produziria alteração nas relações de trabalho em conjunto com o êxodo rural potencializado pela mecanização de processos da produção agrícola, gerando transformações significativas na paisagem urbana. O novo modo de produção incute na sociedade um modelo de vida potencializado no consumo; a produção era algo sem qualidade no afã de viabilizar quantidade e, neste contexto, os processos fabris acabaram por demandar instalações, mão de obra e insumos. A cadeia produtiva das fábricas ditava o ritmo e o modo de ocupação das estruturas urbanas. Tanto para Benevolo (2014) quanto para Munford (2004), os urbanistas neste momento, demandados por uma avalanche de expurgos das fábricas, as visíveis ocupações de moradia e trabalho precárias e toda necessidade de higienização, passam a se ocupar na concepção de uma agenda norteadas por uma instrumentalização tecnicista.

O sonho dourado das cidades barrocas, se por um lado privilegiavam o principado e toda uma materialidade que reforçasse a presença do poder dominante na paisagem urbana, por outro não cogitava afastar o caráter humano presente em sua intencionalidade na organização dos espaços das cidades. O uso desses espaços humanizados, bem como sua ocupação, passariam a ser regrados por uma cartilha de doutrinação do capital; o modelo desenvolvimentista financeiro, quando aplicado ao setor industrial, toma corpo no planejamento dos espaços com a finalidade de auferir lucro e a especulação imobiliária, de certo modo amadora até o presente momento, cogitaria uma nova dimensão em sua atuação na emergência de um mercado que, potencializado por interesses econômicos, demonstrariam toda a desconsideração das relações e interações humanas na vida cotidiana. Descreve Munford (2004, p.484):

Entre 1820 e 1900, a destruição e desordem, dentro das grandes cidades, é semelhante àquela de um campo de batalha, proporcional à própria extensão de seu equipamento e ao poder das forças empregadas.

O cenário de degradação produzido nas cidades industriais, fora o *modus operandi* da industrialização, somaram-se à potencialidade criadora de novas tecnologias e fomentadora do crescimento econômico, não preservando até mesmo o território das classes dominantes que eram também algum tipo de cortiço melhorado, mal comparado às moradias precárias da classe trabalhadora que utilizava estruturas decadentes de moradia.

O memorial descritivo da cena urbana é alarmante. Engels (1948) produziu relatórios descrevendo todo o cenário de mazelas sociais vivenciados pelos habitantes de Manchester, na Inglaterra, no período da industrialização. Esse ambiente degradado, de fato, podia ser verificado em todas as cidades em processo de aparelhamento industrial.

Notadamente, toda efervescência na paisagem pode ser constatada na transição da vida rural para urbana que se não fora o mais importante fato deste período, com certeza o êxodo provocou uma explosão demográfica em regiões urbanas e, deste modo, alterou não somente a estrutura física nesses territórios, mas produziu transformações no modo de vida urbano e afetou toda a vida no planeta (BENEVOLO, 2014).

Tanto para Munford (2004) quanto para Benevolo (2014) os movimentos populacionais, as emigrações e imigrações, potencializadas por oportunidades de trabalho e renda para algumas populações que se sentiam oprimidas e desprivilegiadas, assim como a busca de novos horizontes, estabelecia uma nova ordem mundial. O modo de vida urbano passou a ser uma realidade e os incrementos e soluções para viabilizar essa nova existência produziram efeitos em toda humanidade.

3.1.2 Instrumentalização do urbanismo e a sociedade urbana.

Posto e descrito o cenário das cidades em plena Revolução Industrial, surgem teóricos com enfoque em soluções de perspectivas diferentes, alguns de vertente sanitarista e outros mais apropriados ao discurso do planejamento urbano. A questão demográfica, o aumento populacional e a necessidade de produzir moradia e abrigo para esse número de habitantes era uma questão premente, conforme frisa Hall (2016, p.63):

[...] ocupados por habitações coletivas de baixo padrão são lugares onde milhares de pessoas estão vivendo no mais ínfimo dos espaços onde é possível a seres humanos subsistirem – amontoados em quartos escuros e mal ventilados, em muitos dos quais a luz do sol nunca entra, e que, na sua maioria, não conhecem ar fresco. São focos de doença, pobreza, vício e crime, onde o que surpreende não é que algumas crianças cresçam para serem ladrões, bêbados ou prostitutas, mas que tantas consigam tronar-se adultos decentes e responsáveis.

Neste cenário de miséria, decorrente da escassez de espaços habitáveis adequados na cidade industrial em desenvolvimento, outros pensadores descrevem as relações cotidianas e, baseados em argumentos que ratificam a preocupação com a reprodução de espaços onde a única viabilidade seja a proliferação de doenças e de vícios, dos mais jovens aos adultos, dadas as condições de vida existentes neste contexto: de degradação social, moral e espiritual. Engels (1848) se ocupou da descrição de muitos cenários idênticos ao descrito anteriormente, ao tratar da cidade de Manchester, na Inglaterra, demonstrando preocupação com o modelo de ocupação das cidades (BENEVOLO, 2011).

Seguindo nesse cenário desordenado e inabitável, as atuações públicas e privadas estão descontinuadas e produzem quase sempre resultados infrutíferos.

Nesse momento alguns utopistas apresentam seus modelos de solução para a questão habitacional, como os modelos de Robert Owen e de Charles Fourier; o primeiro vislumbra um tipo de sociedade agrícola, em conceito de subúrbio onde as atividades cotidianas são coletivas e abrigadas em edificações para esse uso; o segundo propõe um modelo múltiplo urbano, um conjunto habitacional que abrigaria uma população em torno de 1600 pessoas (BENEVOLO, 2014). Obviamente essas abordagens se tratavam de um manifesto, uma abordagem acadêmica para debater a necessidade de produzir soluções possíveis para problemas que eram reais e preocupantes neste momento da história.

Na escala da cidade, todas essas ocorrências relacionadas aos usos dos espaços construídos remontam em números impraticáveis e as questões, até então descritas no âmbito da moradia, tomam vulto na vida cotidiana da cidade. Nesse momento as primeiras intervenções urbanas emergem da prancheta, como tática intervencionista do Estado para produzir novas regras de controle na sociedade.

Em Paris, na França, é apresentado o plano de atuação do Engenheiro Georges-Eugène Haussmann, solicitado pelo imperador Napoleão III. A proposta em questão desconsidera a maior parte da população parisiense, mas serve de instrumento para atender os interesses dos industriais e financistas, membros de grande referência econômica e de interesse na sociedade (BENEVOLO, 2014).

Seguindo o exemplo de Haussmann, surgiram outras propostas e intervenções em cidades europeias neste ciclo de desenvolvimento industrial. Entretanto, há de se destacar a intervenção produzida na cidade de Barcelona em 1860 por Idelfonso Cerdá, devido ao seu antagonismo aos outros modelos propostos.

Em meados do século XIX, Barcelona sofria de todos os problemas identificados anteriormente, como o crescimento populacional em decorrência do desenvolvimento industrial têxtil e da atividade comercial portuária; estavam imergindo a cidade em questões estruturantes relacionadas aos problemas endêmicos, quase vindo a sucumbir diante dessas ocorrências (CHOAY, 2013). Basicamente, as intervenções produzidas visaram o conceito de urbanismo humanista, uma técnica que exigia permeabilidade no solo, com inserção de áreas verdes no meio de quadra, equipamentos comunitários e toda uma materialidade que, inclusive, torna as superquadras de Barcelona como precedente para os

teóricos do novo urbanismo. De acordo com Frampton (2015,p.15), a atuação marcante das propostas de Cerdá merecem destaque, pois:

[...] o engenheiro espanhol Idenfonso Cerdá, o inventor do termo urbanização. Em 1859, projetou a expansão de Barcelona como cidade quadriculada, com cerca de vinte e dois quarteirões de profundidade [...]. Barcelona encheu esse plano quadriculado em escala americana em fins do século. Em sua teoria general de la urbanización (teoria geral da urbanização), de 1867, Cerdá deu prioridade ao sistema de tráfego e, em particular, à tração a vapor.

De fato a produção do pensamento de Cerdá, partindo de um indício de mobilidade urbana, baseada no transporte público, deve ser considerada como precedente de estudo, inclusive no plano de Léon Jaussely para Barcelona em 1902, no qual o cerne das teorias de Cerdá foram consideradas em quase toda sua totalidade (FRAMPTON, 2015).

Várias correntes se apresentaram ao longo da história de soluções para a dimensão urbana e muitas são a materialização do legado do pensamento da sociedade industrial, tendo sua vida centrada nas cidades. Essas correntes são conhecidas por utilizar a denominação de Urbanismo Progressista, Culturalista e Naturalista (CHOAY, 2013). Os argumentos da corrente Progressista ajudam nessa compreensão, como os de Tony Garnier, idealizador do conceito de cidade Industrial que, de fato, é legado da escola modernista e em muito assentou como precedente no modelo de urbanização brasileira. Tony Garnier, com seu pensamento assentado na proposta da *Villa Medici*, influencia a maioria dos planejadores modernistas, sendo uma das maiores referências para o que estes irão manifestar no documento denominado Carta de Atenas¹.

3.1.3 O conceito da cidade Industrial

¹ A Carta de Atenas é o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933.

A Carta considerava a cidade como um organismo a ser concebido de modo funcional, na qual as necessidades do homem devem estar claramente colocadas e resolvidas. Desse modo, preconiza a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo, em lugar do caráter e da densidade das cidades tradicionais, uma cidade, na qual os edifícios se desenvolvem em altura e inscrevem em áreas verdes, por esse motivo, pouco densas. Tais preceitos influenciaram o desenvolvimento das cidades europeias após a Segunda Guerra Mundial e, no Brasil, a criação do Plano Piloto de Brasília por Lúcio Costa. Este é considerado como o mais avançado experimento urbano no mundo que tenha aplicado integralmente todos os princípios da Carta

O pensamento de Tony Garnier (1917) se materializa no conceito de um modelo ideal que, aos moldes da cidade ideal renascentista, possui limite populacional e territorial definidos. A exemplo de um esquema de produção fabril, as cidades deveriam ser produzidas com o objetivo de potencializar a produção industrial. As funções e atividades do cotidiano eram dispostas como em um fluxograma, uma linha de produção, como afirma Garnier (1917), contido em Frampton (2015, p. 117):

A cidade é imaginária: suponhamos que os povoados de *Rive-de-gier, St Étienne, St-Chaumont, Chasse e Givors* tenham condições semelhantes dessa cidade. O local deste estudo situa-se numa região do sudeste da França, e materiais regionais foram usados em sua construção.

O sistema urbano descrito por Garnier (1917) de fato é o legado robusto da materialização do pensamento dos utopistas precedentes a ele e que, em um dado momento próximo, irá induzir Le Corbusier² a propor suas utopias modernistas. Tais propostas de modelo de cidade apresentavam uma estrutura de equipamentos e usos, dispostos da seguinte forma: habitação, Administração Pública, serviços de saúde, serviços públicos gerais e instalações fabris. Todo o conceito se apoia na setorização das atividades, sempre tendo como referência o parque industrial (CHOAY, 2013).

A proposta de Garnier (1917) fora desenvolvida e estruturada pelos modernistas, sendo o arquiteto e urbanista Le Corbusier o responsável pela inclusão no manifesto modernista no conceito de urbanismo moderno. Também a corrente do urbanismo progressista de Le Corbusier entendia que arquitetura e urbanismo são inseparáveis (CHOAY, 2013). Sua urbanística, assim como a de Garnier, baseava-se na setorização, apesar da cidade ser um corpo único. Para eles, a setorização necessitava de um controle de usos e fluxos bem definidos.

A partir daí os modelos de urbanização, principalmente das novas cidades, tenderam a seguir tal vertente, mas a técnica de Garnier, e também de Le Corbusier, concebia aplicação de seus modelos ideais em um cenário virgem, uma cidade

² Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido pelo pseudônimo de Le Corbusier (La Chaux-de-Fonds, 6 de Outubro de 1887 — Roquebrune-Cap-Martin, 27 de Agosto de 1965), foi um arquiteto, urbanista, escultor e pintor de origem suíça e naturalizado francês em 1930. É considerado, um dos mais importantes arquitetos do século XX. Conhecido por ter sido o criador da Unité d'Habitation, conceito sobre o qual começou a trabalhar na década de 1920.

nova, onde as funções apresentadas por Le Corbusier eram bem definidas: habitar, trabalhar, cultivar corpo e o espírito e circular. Nesse sentido, pode-se vislumbrar o legado desse pensamento sendo aplicado no projeto e na execução do plano urbano de Brasília, por exemplo.

3.2 O Capital, a industrialização, a urbanização

Negar que neste período a pungente industrialização da sociedade produziu profundas mudanças no tecido socioeconômico da denominada sociedade industrial pode ser, no mínimo, reducionismo, posto que a industrialização transformou a maioria das sociedades em urbanas através do deslocamento do campo para a região urbana. Entretanto, essa decorrência não infere assertividade ao afirmar o termo sociedade industrializada (LEFEBVRE 2008). A vida urbana não é invenção do processo industrial, mas sua conversão se dá, por exemplo, na história das civilizações e nas características apresentadas sempre pela produção material na divisão de classes. Entretanto, há de se destacar que, até então, o poder opressor utilizava suas obras, impondo seu pensamento e delimitando sua presença. Com o incremento da indústria não havia somente uma alteração do cenário, mas a representação de uma nova forma de relação entre dominantes e dominados. Descreve Lefebvre (2008, p. 14) que:

Quando a exploração substitui a opressão, a capacidade criadora desaparece. A própria noção de “criação” se detém ou degenera, miniaturizando-se no “fazer” e na “criatividade” (o faça você mesmo etc.).

Os indícios evidenciam uma realidade que conduz a uma verdade presente na sociedade urbana e tem sido reproduzida ao longo dos últimos 150 anos: a concepção de um modelo interacional entre sujeitos, automatizado, desconectado e desumano. Não cabe apenas descrever a cidade, o espaço operacionalizado com base numa relação de produto e troca apenas de valor imobiliário e sua permissividade especulativa, mas toda a descontinuidade inerente ao processo de industrialização da cidade. As transformações das relações, os entraves produzidos em sistemas corporativos, o conjunto de regras de uso e outras questões regulatórias que são parte do ambiente, se transformam em fio condutor das relações de trabalho e produção, agora de industrialização.

O argumento de que a produção fabril deve ser desempenhada fora dos centros urbanos se apresenta, ao longo da história, como verdade, mas, por conveniência, a maioria das unidades de fabricação se utilizaram do que a cidade também se servia: mecanismos e elementos necessários à produção, concentrados em espaços reduzidos do centro urbano (LEFEBVRE, 2008).

As cidades medievais, e toda a sua estrutura física, apresentavam condições de inserção das modestas instalações de produção manufatureira. Os períodos anteriores ao processo de industrialização nos centros urbanos fora rico em concepção de teorias e pouca aplicação em novas construções, dado o longo período de ocupação das cidades por invasores, inimigos indesejáveis que, por muitos séculos, apenas extraíram das localidades. Assim sendo, nos séculos precedentes à Revolução Industrial, o que poderia ser verificado era a preocupação com a ocupação dos espaços ociosos, produzidos pelo êxodo cidade-campo decorrente das invasões (BENEVOLO, 2012).

Em antagonismo a realidade das cidades, o tensionamento das “Indústrias” induzem a recondução das cidades para fora do centro. Nesse momento o setor de produção industrial percebe que seria conveniente, quase necessário, edificar suas próprias cidades, eixos de eficiência com concentração de espaço, matéria-prima e mão de obra. Sendo assim, o adensamento em torno do polo de produção seria facilitado, posto que a concentração urbana seguiria o capital. Esse fato, ocorrendo no cenário de cidades europeias existentes em períodos anteriores ao processo capitalista, implicava em nova deterioração do centro urbano e nas cenas notadas no movimento de industrialização das mesmas (LEFEBVRE, 2008).

O cenário favorável à produção é que induz alguns estudiosos do planejamento urbano europeu a produzirem um argumento de cidade ideal – o modelo industrial e tantos outros modelos, como o surgimento da ideia de subúrbio –, com base no pensamento aos moldes do planejamento progressista, não demorando muito para que a ideia da cidade do capital se tornasse fato. Na origem do pensamento, a paisagem das cidades europeias destes modelos apresentava a dificuldade de implementação, posto que, em sua maioria, demandavam alto custo e dificuldade tecnológica para ser eficiente em sua reprodução. Esses pensamentos utopistas, em sua maioria, acabaram por adormecer na paisagem industrial europeia (LEFEBVRE, 2008).

A maioria das cidades era de formação mais recente e não apresentavam toda morfologia complexa e entranhada das cidades europeias. Favoreceu a ocorrência e proliferação destes modelos de ocupação nas cidades norte americanas que, apesar de possuírem população e relativa estrutura física, de modo mais adequado poderiam ser “ajustadas” ao processo de produção industrial. Nesse cenário favorável à reprodução, demonstra Lefebvre (2008, p. 16);

[...] lá onde preexistir uma rede de cidades antigas, a indústria a toma de assalto. Apodera-se da rede, remaneja-a segundo suas necessidades. Ela ataca também a cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a. Tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se destes. O que não impede a extensão do fenômeno urbano, cidades, aglomerações, cidades operárias e subúrbios (com anexação de favelas, lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar mão de obra disponível).

Deste momento em diante, parece ter sido estabelecido um modelo de ocupação das sociedades urbanas mais adequado ao processo de industrialização; as soluções para sua implantação, de certo modo, se pacificava e, de outro, se afirmava que a solução fora encontrada para dar vida às cidades. Porém, isso conduz a uma falácia, haja vista a quantidade de problemas ainda sem solução produzidos e reproduzidos na sociedade contemporânea industrializada.

Notadamente ocorreu a implosão-explosão da cidade (LEFEBVRE, 2008). Esse ciclo de produção do espaço urbano não favoreceu o cidadão, pois produziu espaços precários, com dificuldade no deslocamento; potencializou o surgimento de centros urbanos deteriorados e a desconexão social decorrente da segregação “espacial” ³, ou seja, vem para corroborar com Lefebvre (2008) no sentido que a cidade moderna é o grifo da produção social do espaço, a separação física ditada pelos aspectos econômicos, políticos, etc., degradando o tecido social urbano que, a exemplo de um ecossistema, sofre com os desajustes decorrentes do mesmo. De acordo com Lefebvre (2008, p. 19):

Ele é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana. Na base econômica do “tecido

³ Para alguns geógrafos; assim como Roberto Lobato Correa, uma impossível desassociação do conceito de espaço e sociedade, para tanto ele apresenta um conceito de espaço social (2000, p. 27): [...] uma sociedade se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz, e por outro lado; o espaço é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos no *posteriori*.

urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social “cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistema de objetos e sistema de valores.

O prejuízo do patrimônio material pode ser facilmente notado nos espaços urbanos cotidianamente, mas o patrimônio imaterial tem seu prejuízo potencializado na inexistência de vínculo, de uso e de apropriação por seus sujeitos. Essa desconexão do tecido urbano, ao que se refere Lefebvre (2008), estabeleceu uma desconexão com a cidade, com a realidade urbana. A produção de novos centros e o abandono dos centros antigos, hoje esgaça da memória coletiva mais jovem uma desconexão com estes, posto que, de certo modo, “gritam”, clamam por sua sobrevivência, vislumbrando a fabricação de um laço, um elo simbólico a muito desconectado da maior parte da população remanescente.

Fato é que os sítios históricos são preservados e potencializados pelo uso da sociedade, sendo objeto de contemplação para turistas, manifestações culturais, campo para várias atividades cívicas, mantendo vivo o ecossistema. Em realidade, na maioria dos casos, não se assenta esse processo de produção territorial, mas há o tensionamento do tecido urbano ajustado na produção de mitos e elementos culturais de outra dimensão de poder, motivo esse que crer que na produção destas referências externas acaba por não gerar vinculação do grande público que não o considera como produção cultural e histórica do local.

É o legado ruim desse processo de urbanização industrial que pode ser identificado em inúmeras cidades do velho mundo e do novo, sempre em uma ou outra dimensão, mas na paisagem Sul-Americana, mais precisamente no Brasil, são recorrentes e quase sem solução, posto que ainda se busca um planejamento respaldado nessa mentalidade de ser servil ao modo de desenvolvimento e crescimento dos colonizadores.

3.3 A urbanização brasileira: construção social por exclusão

A tradição agrícola brasileira é sabida e notória e a “vontade” expansionista nesse ambiente também pode ser registrada e percebida, possuidora de ares da construção do povo brasileiro e seus mitos. O mito do progresso é revestido pelo desenvolvimento e toda novidade será sempre bem-vinda, posto que há uma identidade moldada ao modelo da escassez. Uma produção cultural, aos moldes europeus, reproduz toda a mestiçagem que envolve o processo de construção de uma sociedade brasileira, em muito um molde, um modelo de exclusão e de segregação histórica. Santos (1993, p.17) ao citar Vianna (1956, p.55) confirma essa realidade:

[...] O urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização.

O processo de urbanização, aos moldes de uma ideia de industrialização, escondeu ou materializou uma identidade genérica que não permitiu notar os caracteres culturais e a modelagem dos mesmos em torno de algo que sempre fora estabelecido pelo outro. Ao falar destas singularidades, Ribeiro (1995) aponta que tal matiz cultural étnica apesar de apresentar certa unidade, não induz à percepção de uniformidade, pontuando três dimensões que mantêm essa relação discricionária: o campo da ecologia, da economia e da imigração. Ao falar do contexto de urbanização, se identifica uma materialidade que plasma, ou potencializa, uma uniformidade no campo cultural. Para Ribeiro (1995, p.22):

A urbanização, apesar de criar modos citadinos de ser, contribui para ainda mais uniformizar os brasileiros no plano cultural, sem, com tudo borrar suas diferenças. A industrialização, enquanto gênero de vida cria suas próprias paisagens humanas, plasmou ilhas fabris em suas regiões. As novas formas de comunicação de massa estão funcionando ativamente como difusoras e uniformizadoras de novas formas e estilos culturais.

Essa ideia uniformizadora é a tendência de generalizações com um conceito de unidade, de nação. De certo modo a unidade cultural é fabricada nesse modelo de identidade, negando a existência de outras dimensões e apresentando para a

realidade uma perspectiva de vida unificada em um modelo intensificado no painel urbano.

De fato, o processo de urbanização brasileira pode ser verificado no século XVIII. Entretanto, de acordo com Santos (1993), necessitou-se de mais um século para se tornar, no século XIX, um processo de urbanização de fato. Portanto, nesse período inicial, infere-se que a gênese desse processo era mais a “criação” de cidades do que um processo de fato. Vale ressaltar que essa aglomeração inicial, um povoado agrícola, dado o distanciamento e a desconexão dessas cidades, era potencializado pela dimensão do território nacional, frisando que essas competências agrícolas, comerciais e de mineração potencializaram o surgimento dessas organizações sociais no litoral e em algumas regiões do interior (SANTOS, 1993).

O processo de urbanização brasileira, lento durante o período colonial e notadamente acelerado no início do século XIX, segue a dimensão mundial de crescimento demográfico, posto que, no mesmo período em algumas cidades da América do Norte e da Europa, o crescimento urbano era de uma realidade avassaladora, ressaltando como descreve Benevolvo (2012), esse aumento deve ser anotado de modo discricionário, posto que existe um somatório de condições, não apenas ocorrência contida no êxodo rural, mas também na diminuição da taxa de mortalidade, de 35 por mil em meados do século XVIII para menos de 20 por mil na metade do século XIX, e fatores potencializadores desta ocupação, como a inserção de novos processos tecnológicos e os modos de produção que também contribuíram para esse inchaço populacional em dimensão astronômica. De acordo com Benevolvo (2012, p.551):

Manchester que em 1760 tem 12.000 habitantes, na metade do século XIX alcança 400.000 habitantes. Londres, logo no final do século XVIII tem um milhão de habitantes, em 1851 chega a dois milhões e meio, isto supera qualquer outra cidade do mundo antigo e moderna

Tal aceleração do crescimento demográfico, em algumas cidades no território brasileiro, tem características peculiares ao comparar com números de cidades norte-americanas no período colonial de acordo com Santos (1993). O autor afirma que a cidade de Salvador já possuía mais de 100.000 habitantes e a maioria das cidades dos Estados Unidos não ultrapassavam 30.000 habitantes. O autor

prossegue dizendo que este fato estava relacionado ao processo de mecanização da produção de cana de açúcar. Por meio de alguns dados representados no anuário estatístico do Brasil em 1912, Santos (1993) traz, a título de comparação, o desenvolvimento populacional e determinados interstícios temporais.

O crescimento populacional, entre o final do período colonial e o início do século em suas duas primeiras décadas (1890-1920), havia crescido em valores percentuais menores do que quatro por cento. Constata-se um crescimento três vezes maior nas próximas duas décadas seguintes (1920-1940)⁴. A alteração populacional, de ocupação em domicílio rural para urbana, é constatada nos quadros evolutivos entre as décadas de 1940 e 1980, partindo de valores percentuais em 26%, na década de 1920, para 68% neste intervalo de vinte anos.

A peculiaridade a seguir, no cenário populacional, indica um viés de contra fluxo, posto que no pós-guerra, a população rural apresentou crescimento em dois ciclos, entre 1960-1970, e em 1970-1980. Guardadas as considerações, este crescimento não é homogêneo, de acordo com Santos (1993), mas notadamente existe semelhança de índices. Quatro das cinco regiões brasileiras, sendo que a região guardava certos valores que no segundo ciclo compreende o período de 1970-1980, houve uma diminuição populacional.

Tal fato que permite melhor analisar a mobilidade populacional neste ciclo devido aos indicadores apresentados em comparação à população rural e agrícola, sendo que, nessa dimensão, pode-se inferir uma mudança no padrão social e de produção. Assim, afirma Santos (1993, p.33):

O Brasil moderno é um país onde a população agrícola cresce mais depressa que a população rural. Entre 1960 e 1980 a população agrícola passa dos 15.454.526 para 21.163.729, ao passo que a população rural fica praticamente estacionária [...]

A população agrícola torna-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais (os bóias-frias) (J. Graziano da Silva) é urbana pela sua residência.

⁴ Citado por Santos (1993, p. 22) e coletado a partir de outros autores em tabelas e dados fornecidos pela administração pública nos períodos citados, valendo ressaltar que a métrica destes dados não apartava a população necessariamente residente na cidade, incluindo população de vilas e regiões na proximidade. Milton Santos, descreve que esses dados passaram a ser registrados com maior precisão a partir da década de 1940.

Para Santos (1993) este é mais um complicador no sentido da análise campo-urbano. Assim, diante dessa contextualização precedente, cabe o sentido de justificar determinadas convergências de raciocínio futuro. Para tanto, o que é importante descrever, registrar e, até certo modo, conceituar, é o período de cientificação na transição campo-urbano, denominado por Santos (1993) de técnico-científico-informacional. A mecanização do território que altera a paisagem modifica, inclusive, o meio natural, transformando-o em meio técnico. Prossegue Santos (1993, p 36):

Este meio técnico-científico (melhor será chama-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação.

A aceleração da mecanização do território implica na necessidade de controle na dimensão cada vez maior que as grandes proporções territoriais apresentavam. A demanda por uma integração das regiões demanda novas soluções do meio técnico e, diante da malha ferroviária desconectada, surge uma nova via de mobilidade, de certo modo facilitando o deslocamento entre os territórios produtivos e melhorando o escoamento da produção, diminuindo a necessidade de importação: as rodovias. O modal de transporte seria responsável por estas convenientes conexões regionais e, mais além, servindo de um desenvolvimento tecnológico, potencializando relativa autonomia produtiva que iria gerar um novo modelo de relações sociais.

Esse modelo de desenvolvimento cessa em 1960, mais precisamente em 1964, quando do golpe militar no Brasil. Dada a imposição de outro modelo de política econômica, notadamente a integração territorial, até o presente inviável, agora fora materializada com o enfoque na potencialização de produção internacional, baseada em atender o mercado local e o exterior. A economia foi baseada na produção de insumos, objetivando abastecer a produção industrial externa (SANTOS, 1993).

Tal modelo revolucionário burguês é exaustivamente apresentado na obra de Florestan Fernandes (1976) que indica tal mudança do modelo econômico que foi

estruturado por uma política de desenvolvimento hegemônica, passando a demandar, de países periféricos, a produção de matéria-prima para evitar, assim, um colapso em seus processos produtivos. Estabelecendo-se um vínculo com as classes dominantes representantes do poder econômico neste momento da história, já que o modelo de vida urbano capitalista no Brasil pode ser percebido e descrito desde o período de colonial. O modelo de produção agrícola e a conexão com os espaços urbanos, atrelado ao modelo de desenvolvimento econômico no período de mecanização, levou ao crescimento populacional e à dita expansão industrial.

Cabe um questionamento: de fato, com o descrito anteriormente, há uma descrição histórica da evolução urbana brasileira, influenciada, contextualizada e materializada na paisagem da maioria das sociedades industrializadas, mas não seria essa mudança característica da invenção urbana do capital, a cidade industrial apenas uma representação, uma relativização com os modelos mundiais, assentando na paisagem urbana brasileira um modelo fora da dimensão real? No contexto, o capitalismo brasileiro não demandou o mercado, nem mesmo a produção interna, na transição rural/urbana, em detrimento de algumas regiões do país com produção industrial de fato. O modelo capitalista “colonial” brasileiro produz um híbrido: a cidade capital do comércio em plena dissolução urbana, dando um salto histórico à invenção capital da cidade moderna. De acordo com Fernandes (1976, p. 247):

O crescimento da população, em escala de explosão demográfica, o ritmo de concentração urbana e, especialmente, as tendências mais ou menos firme da universalização das relações capitalistas de mercado e produção reduziram de forma considerável os efeitos inibidores da articulação ao nível interno. Mas a transformação, embora econômica e sociologicamente significativa, não foi acentuada a ponto de forçar a destruição dos últimos baluartes vivos do “complexo econômico colonial” e do “antigo regime”. O crescimento do mercado interno refletiu-se em suas relações com a economia agropecuária, estabelecendo fluxos de comercialização voltados para dentro.

Neste contexto, considera-se tal híbrido destacado por Latour (1994) e contido no pensamento explicitado de Florestan Fernandes, que de fato a vida urbana brasileira é uma construção do modelo de dependência capitalista produzido na esfera política e assentado na cultura social e econômica. Ao descrever esse

modelo de urbanização aos moldes brasileiros e explícito em muitas realidades urbanas na atualidade, tem-se, em consonância com Santos (1993, p. 51):

O sistema urbano é modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas frequentemente firmas hegemônicas, dotadas não só de capacidade extremamente grande de adaptação a conjuntura, como da força da transformação da estrutura, porque tem o poder da mudança tecnológica e de transformação institucional (SANTOS, 1993, p. 51).

O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. Estas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades da produções particulares, e daí a maior diferenciação entre cidades. [...] nas áreas mais desenvolvidas, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que em muito muda a significação, neste período da urbanização brasileira (SANTOS, 1993, p. 56).

Retomando Latour (1994), parece que certas argumentações científicas só podem ser consideradas estanque, ou cada ciência em dimensão própria se resolve. Aos apontamentos ora assentados, vislumbra-se demonstrar que, apesar do deslocar do tempo, ainda se trata do problema sem ao menos cogitá-lo à existência. A História, a Antropologia, o Urbanismo e a Geografia têm indicado fatos isolados que a própria academia desconsidera por estar ocupada na conceituação de futuros problemas que, muito provavelmente, são intercorrência das questões mal consideradas na dimensão local.

4 COSMOLOGIA CONCEITUAL

O presente capítulo vislumbra estruturar conceitos chaves da Geografia, mais precisamente convocar os elementos conceituais da Geografia Urbana, no objetivo de assentar e ajustar os argumentos há muito utilizados na produção do planejamento urbano, quando urbanistas, legisladores e gestores se apropriaram de modo quase leviano, aplicando os mesmos sem um enquadramento minimamente lógico. Assim, há a necessidade de pontuar aqui os termos que serão emprestados da Geografia, de modo que possam servir de alinhamento epistemológico. Posicionar, Espaço, Território e Lugar são alguns dos termos, além do desvelamento daquilo que pode ser verificado na obra de Correa (2000): o meta-conceito *sócio espacial*, arquétipo que contém e está contido nos conceitos chaves da Geografia.

4.1 Dimensões

Cabe uma argumentação ao adentrar neste caminho de conceitos: esse espaço é geográfico, é urbano, é material e imaterial. O lugar, a dimensão regional de espaço é contraponto ao globalizado de Castell (2005). É construção social indissociável da produção do espaço contido em Lefebvre (2006) e Deleuze e Guattari (2004), além de toda a interação produzida na ação e reação entre sujeito e objeto, multiplicidade, subjetividade e controle verificados nas relações de poder descritas por Foucault (2017). Assim, é tudo que cerca e que faz agir e reagir o ser humano. É o sujeito, o coletivo, vez e outro é o indivíduo e toda a reprodução de construção social nele e dele produzidas.

A busca de um conceito e a responsabilidade de ditar uma verdade pavimenta uma estrada que conduz a uma verdade fluída, solúvel e falível. Aqui se soma o raciocínio alinhado na afirmação de Haesbaert (2004, p. 112):

[...] a idéia de filosofia de Deleuze e Guattari, como formuladora de conceitos que são inseparáveis da realidade vivida, implica que “o teste desses conceitos” seja “fundamentalmente pragmático: no final, seu valor é determinado pelos usos que se pode fazer deles, tanto no interior quanto no exterior da filosofia”.

Neste diapasão, as dimensões conceituais apresentadas visam estruturar o raciocínio dentro do objetivo da pesquisa, que está presente nas ressignificações de

conceitos que, em certas intervenções da administração pública, enevoam o real sentido da destinação de uso do território “reinventado”.

4.1.1 A dimensão espacial

Na Geografia, grande número de cientistas, ao longo da história, tem dissertado acerca da dimensão espacial e, deste modo, torna-se necessário assentar a questão de qual espaço se está conceituando. Obviamente o senso comum apresenta uma interpretação do espaço como coisa natural e seria neste sentido ao se tratar de qualquer produção espacial “normalizada”, assimilando a ideia de relativização com a produção da natureza. Cabe, neste ponto, uma apropriação conceitual feita sobre a distinção entre espaço absoluto e espaço relativo. Smith (1988, p. 109) afirma que:

A concepção de Newton de espaço absoluto é a exceção que prova a regra. A fim de ver o espaço como uma entidade completamente independente, existindo separada da matéria (espaço absoluto), Newton também teve que teorizar uma concepção paralela ou mesmo secundária do espaço relativo, que poderia ser definida somente em relação aos eventos materiais. Como o próprio Newton esclareceu, a definição de espaço absoluto representava uma clara ruptura com as noções anteriores de espaço que em maior ou menor medida eram confundidas com eventos materiais.

Não que a conceituação possa ser estabelecida de pronto, ao objetivar a abordagem da existência de um espaço relativo que só pode ser compreendido e analisado na produção de elementos naturais, quando dessas produções, não sendo naturais, infere-se um juízo de valor afirmando que a produção espacial tem necessidade de uma materialidade produzida assim como se pode perceber ao longo da história evolutiva dos espaços urbanos, dada a compreensão dessa concepção física de espaço que a mesma sempre se presta a uma mão invisível, posto que não se pode cogitar atuação divina, nem tão pouco obra do acaso.

A compreensão de espaço não pode ficar restrita entre espaço absoluto e espaço relativo. Tal discussão, nos dias pretéritos e atuais, carece do debate vivo, na Física e na Filosofia, de uma análise de três elementos fundamentais na relação espaço e natureza; primeiramente, abstraindo da diferenciação ou distinção entre matéria, poder e física do homem, algo somente verificado em sociedades tradicionais, uma relação transcendente que a visão materialista não consegue

compreender: a concepção de algo que não é precificado, dividido e possuído. Sack (1980), citado por Smith (1988, p. 112), indica o primeiro elemento quando determinada apropriação espacial, na compreensão dos povos tradicionais, proporciona um aprofundando no conjunto desta terminologia, abrangendo mais o conceito de espaço/território:

[...] a terra, não é algo que pode ser dividido em partes e vendida como lotes. A terra é uma parte do espaço dentro de um sistema maior. Pelo contrário, ela é vista em termos de relações sociais. As pessoas, como uma parte da natureza, estão intimamente ligadas à terra. Pertencer a um território ou a um lugar é um conceito social que exige, primeiramente antes de tudo, pertencer a unidade social. A terra, por si mesma, está em poder do grupo como um todo. Não é privativamente, dividida nem possuída. Além disto ela é viva como os espíritos e a história das pessoas, e os lugares sobre ela são sagrados.

Neste caso, em senso bastante restrito, o conceito pleno de espaço/território, quando não condicionado a uma ação de restrição do limite, de controle, só pode ter validade nessa categoria de sujeitos, como algo territorializado. Do argumento apresentado por Sack (1986), torna-se premente anotar uma definição: o conceito de território, contido em outra dimensão, sempre haverá de ter um enfoque no espaço político. Diz Sack (1986 *apud* HAESBAERT, 2014, p. 133): “tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma determinada área geográfica”.

Nitidamente, no apontamento de Sack (1986), o conceito de territorialização nada mais é que delimitar e controlar o espaço. Portanto, longe de intencionar e territorializar o conceito, estabelecida a dissonância e a reverberação epistemológica, afirma-se que não se tem objetivo de produzir novos assentamentos conceituais aos termos espaço, território, territorialidade, e lugar, mas se trata de demonstrar, através dos autores abordados, que aqui se está pisando em areia movediça e não em terra firme. Este legado de dúvidas e incertezas tem enevado as interpretações, cabendo analisar, de maneira cautelosa, os argumentos ante o risco de o determinismo tomar o fato pelo objeto. No contexto urbano, Harvey (1980, p.4), apresenta um conceito de espaço apropriado a tal dimensão:

Se tomarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma” com uma existência independente da matéria.

Ele possui uma estrutura que podemos utilizar para classificar ou para individualizar fenômenos. A caracterização de um espaço relativo propõe que ele deve ser entendido como uma relação entre objetos, a qual existe somente por que os objetos existem e se relacionam. Há outra acepção segundo a qual o espaço pode ser tomado como relativo, e proponho chama-lo de relacional – espaço tomado a maneira de Leibneiz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos.

O autor descreve três formas conceituais: absoluto, relativo e relacional (HARVEY, 1980). Neste campo do urbanismo, ele “resolve” o problema conceitual filosófico, acenando para a sentença interpeladora e encerrada na questão: “o que é o espaço?”, de modo a refutá-lo, assentando, em definitivo, que: “o que é isso que as diferentes figuras humanas criam, fazendo uso de distintas conceituações de espaço?” (HARVEY, 1980, p. 05). Nesta afirmação, Harvey (1980) remonta uma necessidade da geografia se determinar como ciência objetiva. Algumas abordagens de Milton Santos ratificam essa necessidade, em crítica aberta a Giddens⁵, afirmando que aquilo que possa ser viável e passível de uma abordagem ampla, em outras dimensões sociológicas, não pode ser diretamente aplicado à Geografia. Corroborando com esta forma de pensar, Gomes (1996, p. 271) afirma:

Trata-se de um modelo de ciência que reclama para si a objetividade e a precisão por intermédio de um método científico rigoroso, e o recurso a este método significa também a perspectiva de respostas e verificações positivas, isto é, afirmativas e gerais que permitiriam, ao mesmo tempo, reforçar o prestígio da disciplina e convida-la a agir no campo direto da sociedade.

Afirmar que o espaço necessariamente não é simplesmente absoluto, relativo ou relacional, assim como fez Harvey (1980), ajuda na compreensão dessas formas conceituais. Entretanto, descrever uma concepção, um conceito, como algo pacificado, só pode ser compreensivo nesta abordagem da geografia-crítica marxista:

A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos dentro dos quais o controle monopolístico opera. O movimento de pessoas, bens, serviços e informações tem lugar num espaço relativo, porque é preciso dinheiro, tempo, energia, etc.,

⁵ Anthony Giddens é um sociólogo britânico, renomado por sua Teoria da estruturação. Considerado por muitos como o mais importante filósofo social inglês contemporâneo.

para ultrapassar o atrito da distância. Parcelas de terra também proporcionam dividendos porque elas relacionam-se com outras parcelas; forças potenciais demográficas, de mercado varejo, são bastante reais dentro de um sistema urbano e, sob a forma de renda do espaço relacional (HARVEY, 1980, p 5).

Cabe delimitar o pensamento “territorializar”, a ciência e toda a contextualização, interpondo ao raciocínio apresentado outra abordagem, o advir. Explicitando que, ao longo da trajetória destes autores, é nítida a mudança na compreensão epistemológica, não se pretende esvaziar os conceitos ora apresentados, mas fazer uma breve contextualização histórica.

A estruturação do pensamento mais positivado atendia às necessidades verificadas na cena pós-guerra e nas décadas de 1960, 1970 e 1980, inclusive no cenário nacional. Estabelecer um paradoxo a toda objetividade demandada no pretérito se torna necessário. Não se trata de desconsiderar de pronto ou anotar equívocos produzidos, como falsas verdades, mas a busca por um conceito mais amplo da abordagem relacional entre o espaço, a região, o território, a territorialidade etc., dá sentido a este intento.

Sendo assim, faz-se oportuno convocar uma abordagem mais contemporânea de Soja (1993), estabelecendo um contraponto ao pensamento mais constricto, quando tece críticas à relativização do conceito de espaço comparado a algo estático, na determinação de objeto sem sujeito. Entende-se que o raciocínio mais estanque da Geografia, quase hermético, se vê no pensamento de Harvey (1980) ao tratar de justiça social e produz a separação de sujeito e objeto. Neste sentido, há ciência, assim como os autores percebem a necessidade de, posteriormente, convocar a junção dos mesmos. Entretanto, exclusivamente na dimensão da produção capital do espaço.

Essa abordagem materialista necessita do conceito de tempo, ou seja, a produção, que é foco do pensamento capitalista, incorre em aceleração, posto que, na dimensão do capital, o tempo é primazia. Cabe por hora frisar a existência de uma preocupação anterior no pensamento marxista, cogitando a existência de uma dimensão mais interpretativa do espaço, na qual toda abordagem mais dura dos cânones marxistas fosse reinterpretada no próprio Marx que, por uma necessidade historicista, descreve:

Os homens escrevem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 2011, p.06).

Evocando uma outra dimensão do pensamento marxista, pode-se inferir que não há de se desconsiderar outras dimensões na conceituação de espaço. Mas, de modo conciso, assenta-se considerações de autores como Soja (1993) que creditam e acreditam na possibilidade de uma abordagem na qual sujeito-objeto se interpenetrem, se produzam e sejam produzidos na materialização de uma abordagem espacial que, de fato, perca essa caracterização asséptica e morna dada anteriormente, auxiliando nesta compreensão das dimensões do espaço. Afirma Santos (1993, p.5): “Os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada [...] as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção”. Soja (1993) contribui, atestando tal relação sócio espacial e Corrêa (2000, p. 26) ajusta da seguinte forma:

O mérito da conceituação sócio-espacial, ou simplesmente espacial, reside no fato de se explicar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado; o espaço é inteligível através da sociedade. Não há assim por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas [...]

Cabe notar uma justificação para as abordagens mais duras da geografia, pois, segundo Raffestin (1993, p. 144): “Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto *a priori*, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima”. Neste autor, a existência do território implica na pré-existência do espaço e este é, portanto, *a priori* e as ações materializadas neste espaço são *a posteriori*. Essa abordagem kantiana poderia encerrar o debate, mas seria esse espaço novamente relegado ao absoluto, a sua naturalidade. Afirma Lefebvre (2006, p. 47):

Se é certo que a pesquisa de uma teoria unitária do espaço (físico, mental, social) se perfila já há algumas dezenas de anos, por que e como ela foi abandonada? Por que muito vasta, emergindo de um caos de representações, umas poéticas, subjetivas, especulativas, - outras marcadas pelo tampão da positividade técnica? Ou então por que estéril? [...]

Lefebvre (2006) traz, em seu conceito de construção social do espaço, um olhar que auxiliará esta abordagem do espaço em sua dimensão relacional. Cogitando a necessidade de uma ciência do espaço, relaciona este à dialética sócio-espacial. A colisão parece inevitável à afirmativa de Raffestin (1993), na qual o espaço não pode ser dado, ele é construído e, deste modo, sempre será fruto da apropriação social (LEFEBVRE 2006). Ao apresentar uma conceituação espacial muito mais relacional, embora restrita à paisagem urbana, o autor demonstra que a construção social deve ser descrita em três dimensões espaciais possíveis: espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido.

O Espaço percebido estaria na dimensão inicial, em referência a primeira abordagem de conceituação geográfica, seria o espaço natural (absoluto). Descreve Lefebvre (2006, p.06):

O que é a prática espacial no neo-capitalismo? Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lares). Associação surpreendente, pois ela inclui em si (pressupõe) a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa.

Seguindo em suas categorias dimensionais, a dimensão do espaço relativizado da propositura, na visão dos geógrafos e na materialização do pensamento dos cientistas, denota uma produção espacial com a nítida interferência da ciência e da tecnocracia. Prossegue Lefebvre (1985, p. 40):

O espaço *concebido*, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente.

Por fim, a dimensão das experiências relacionais, a dimensão da vida cotidiana no espaço, deste espaço “relacional” abordado por Harvey (2007), é assim categorizado por Lefebvre (2006, p. 40):

Os espaços de representação, ou seja, o espaço *vivido* através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que *descrevem* e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais.

Esta abordagem dialética da espacialidade envolvida no objetivismo positivado em sentenças, dada as implicações de variáveis interpretativas, assume de fato uma postura dos teóricos como Sack (1980), Harvey (2007 [1980]), Lefebvre (1985) e se torna necessário ressaltar que os autores não desconsideram uma conjunção, uma conceituação transversalizada, cabendo, vez e outra, uma miríade estelar, uma constelação de signos como, afirma Haesbaert (2009, p. 01): “O espaço, por meio de sua ‘constelação’ de conceitos e, dentro desta, mais especificamente, focalizar com um pouco mais de detalhe conceitos como região e território, dentro das múltiplas possibilidades que se oferecem à abordagem espacial ou geográfica”.

Em última análise, ao que parece uma tendência de negar à filosofia outras conceituações, não são nada mais que artimanhas de controle, dado o entendimento que negar a subjetividade do espaço e das suas dimensões, a delimitação conceitual, faz cumprir um determinismo físico, validado em apontamentos na condução de problemas identificados, reais e que demandem uma (re)solução prática. No campo concreto e na aplicação ao caso real, não cogitam negar outra dimensão interpretativa, mesmo porque compreendem a relação espaço-tempo como mediadora da existência de um e de outro e suas interferências no campo de ação para, no momento seguinte, produzirem novas afirmativas e, de certo modo, positivando o subjetivo.

Para Lefebvre (2006), em seu argumento, existe uma verdade do espaço, negando a construção ou produção de um espaço verdadeiro. Essa abstração pode dar a compreensão do que se está buscando evidenciar na dimensão urbana. Pode-se estabelecer que o conceito de espaço deve ser interpretado como uma produção, não uma obra do acaso, resultante da atuação de forças extremamente desequilibradas, pelas quais transitam os jogos de poder. Esses não são simplesmente decorrentes das interações sócio- espaciais, são uma construção

ideológica concebida no espaço mental e fruto dos meios de produção evidenciados no ambiente capitalista. Portando, o espaço concebido nada mais é do que a junção do material e do intelectual das classes dominantes.

Ao minuciar e descrever o processo de “fetichização” dos espaços, Lefebvre (2006) se apoia no conceito histórico da temporalidade relacionado por Marx e descrito como uma abordagem mais relativizada do conceito do pensamento marxista. “Esse imaginário, ideado dos espaços, nas concepções filosófica, política e empírico-social, entretanto de maneira sutil e abstrata” (LEFEBVRE, 2006, p. 27).

A produção social e a reprodução do espaço social, contida no pensamento lefebvriano pode auxiliar no objetivo de considerar a dimensão espacial, absoluta, relativa e relacional descrita por Harvey (2007) quando, nos conceitos dimensionais de Lefebvre (2006), no âmbito de percebida, concebida e vivida, frisando que vislumbrar sinônimos entre uma e outra pode potencializar os equívocos, ambos não afirmavam que as relações dimensionais fossem de igualdade, mas o quanto de uma cogita e permeia a ideia de existência da outra.

Reitera-se que certo objetivismo conceitual aparente, nada mais é que uma valorização de retórica cartesiana na dimensão do não negar (afirmar), não refuta, mas cogitar, tornando-se clara a intenção das ciências e da confluência dos caminhos descritos nas abordagens filosóficas, geográficas e social-produtivas que apontam uma verdade (relativa). Nesse sentido, se encontra ulterior o pensamento estruturado dos autores na delegação do “devir” no campo conceitual do espaço-tempo, fixando uma relação viva entre espaço e território. Em Lefebvre (2006, p.28):

Somente Nietzsche manteve o primado do espaço e a problemática da espacialidade: repetição, circularidade, simultaneidade do que parece diverso no tempo e nasce do tempo diverso. No devir, mas contra o fluxo do tempo, toda forma definida luta para se estabelecer, para se manter, que ela assinala do físico, do mental, do social. O espaço nietzscheano nada mais tem de comum com o espaço hegeliano, produto e resíduo do tempo histórico. “Creio no espaço absoluto que é o substrato da força, a delimita, a modela.”. O espaço cósmico contém a energia, as forças, e daí procede. Como o espaço terrestre e social. “Onde está o espaço está o ser.”

Neste sentido, parece o conceituar contido em Deleuze e Guattari (2007, p.55):

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais *próximas* daquilo que estamos em vias de tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo. Esse princípio de proximidade ou de aproximação é inteiramente particular, e não reintroduz analogia alguma. Ele indica o mais rigorosamente possível uma *zona de vizinhança ou de co-presença* de uma partícula quando entra nessa zona.

Tratando da forma e do conteúdo da dimensão espacial, de modo quase obsessivo, reitera-se que ambos são parte fundamental nessa pesquisa e, portanto, são bússola e combustível. Posto que conceituar pode denotar territorializar e, por mais que alguns tendam a ajustar imprecisamente um modelo conceitual de espaço/território, absolutizando a um e relativizando o outro, não se considera que suas ocorrências e intercorrências se enfrentam em outros campos e, quase sempre, dão significado ou significância de acordo com o modelo estabelecido.

Diagnosticou-se certa tendência em emprestar, contemporaneamente, o argumento de morte dos territórios para a construção político-social dos espaços públicos em favorecimento de alguns territórios privados. Tornou-se pertinente demonstrar que não se pode, por meio de uma simples abstração atemporal e imaterial, produzir a falência do território, pois ele tem vínculos produzidos em uma relação material/imaterial, objetiva e subjetiva e, apesar dos gestores públicos insistentemente interferirem atabalhoadamente nesta construção, a sociedade tem legitimidade para tomar as rédeas e determinar a produção de sua espacialidade, negando a fala de seus interlocutores na análise dos mesmos simplesmente como categorias/conceitos.

4.1.2 A dimensão territorial

Reter o conceito de território apenas em uma dimensão escaparia do que de fato se vislumbra: a dimensão física e toda a interferência que ela produz no sujeito. Entretanto, ação e reação aqui são mais interessantes, bem como o quanto o território é produzido e o quanto ele produz nos participantes. A necessidade de uma

compreensão mais ampla, assim como Guattari e Rolnik (2016), não visaram firmar um conceito para o território, posto que este sempre se apresenta de modo a convocar sua subjetividade autoral. Torna-se necessária uma contextualização e análise da produção do território, de acordo com o que afirma Haesbart (2007), que apresenta a existência de três vertentes básicas da concepção de território: política, cultural e econômica.

Para Guattari (1985) o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita. Para Haesbaert (2007), essa conceituação pode ser representada por meio de algumas referências teóricas: Material, Idealista (simbólica) e Histórica. Na perspectiva materialista; infere-se a relação do uso do espaço natural (absoluto). Entretanto, quase sempre em uma visão antropocêntrica. Cabe frisar que essa apropriação materialista não está centrada apenas no pensamento positivado em Santos (1983) e Lefebvre (1985) e outros geógrafos, mas que é fruto da produção econômica ou dos meios de produção. Outras ciências também conceituam o espaço físico/natural, dentre elas a antropologia, por meio do vislumbre de uma conceituação cultural/simbólica, lançando mão de uma concepção mais restrita do termo (HAESBAERT, 2007).

Na afirmação de Sack (1980) citada por Smith (1988), também há essa associação de vincular o território como espaço natural/naturalizado, frisando que esta abordagem mais restritiva se aplica às populações tradicionais. Claude Godelier⁶ traz uma abordagem semelhante ao exposto. Para demonstrar essa relação material com o meio, denominou-se por “território” a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como lugar que seus membros encontrarão permanentemente as condições e/ou meios materiais de sua existência (GODILIER 1984, p. 114 *apud* HAESBART 2007, p. 47).

A percepção do território ideal, conforme expressa à luz do pensamento de Haesbaert (2007), se dá por meio da ligação simbólica produzida em determinadas culturas. Essa vinculação cultural, concebida em uma dimensão de valor simbólico, inclusive pode auxiliar na compreensão da relação que determinados grupos têm com o território, uma conexão espiritual, transcendente e que muito pouco o conceito materialista obteria êxito em representar. Parece ser esta desassociação entre os

⁶ Maurice Godelier advoga a incorporação do marxismo à antropologia.. Além do marxismo, outra corrente teórica fundamental em sua formação intelectual, é o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss.

conceitos idealistas que invariavelmente irão solicitar dos conceitos materialistas a conceituação do local, da paisagem, do lugar, acabando por demandar uma necessidade de articulação entre os campos conceituais, determinando sua indissolubilidade.

A conceituação histórica de território se transforma em generalização dada a extensão do campo histórico, posto que se tem toda a história da humanidade por análise, percebida como uma ontologia. Dada certa restrição de enfoque histórico, existe uma precariedade na análise que pode conduzir a equívocos interpretativos que induzirão a falsas afirmações conceituais de “desterritorialização” se o enfoque sediar apenas o contexto político, pressupostos da sociedade moderna e relacionados à existência do poder do Estado. A intercorrência de um fato de enfraquecimento político, por uma condução determinista, decretaria a morte do território (HAESBAERT, 2007).

Uma abordagem estritamente social, sendo a natureza do conceito de território uma relação social, a abrangência do argumento provavelmente tenderia a uma relação ao conceito de espaço social, gerando uma incompreensão da análise:

Se a virtude também aqui, está “no meio”, não é nada fácil encontra-la e, menos ainda, praticá-la em nossos estudos. Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material [...] ao enfatizar o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento, [...] justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez. [...] Como relação social, uma das características mais importantes a ser trabalhada [...] é a sua historicidade, [...] delimitá-lo na especificidade de sua caracterização histórica. (HAESBAERT, 2007, p.56).

As considerações apresentadas por Haesbaert (2004, 2006, 2007, 2009, 2016, 2017) apontam para uma preocupação focal: a utilização de um conceito determinista pode relativizar o conceito de território e conduzi-lo para uma abordagem eivada de desajustes. O autor, a todo o momento, se recobre de cuidados ao argumentar desta ou daquela validade, ao convocar uma análise ampliada dos postulados em busca do conceito, com o robusto argumento de não se

descuidar do pensamento central que é tratar do conceito de desterritorialização e de suas distorções.

4.1.3 A dimensão da desterritorialização

O conceito de desterritorializar está, aqui, muito fortemente ligado às preocupações sócio espaciais e à desmobilização nítida das classes sociais ou de determinados grupos identitários existentes na vida urbana. O pensamento contido no planejamento urbano modernista e toda sua justificativa de uma ordem aparente produziu espaços/territórios de ordem política, enraizados em regras de controle e de produção. Nesse cenário, a conceituação de novos territórios foram produzidos, sendo que os mesmos potencializam o estreitamento das relações humanas e as práticas sociais (HAESBAERT, 2008). Para tanto, o conceito de território/territorialidade, convocado nessa pesquisa, pode ser compreendido na afirmação de Santos (1999, p. 8):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe

Corroborando com as afirmações feitas por Haesbaert (2007b), o campo do território até o presente pesquisado conota, denota, e explicita, além de todas as dimensões relacionais, uma verdade: a relação social humana é o que materializa a vida nessa prática da porção espacial. Nesse sentido, a territorialização se assenta como uma definição, implica na vida social e suas relações em uma dimensão material. Entretanto, essa apropriação espacial de pertencimento é a vinculação de valores simbólicos:

De um espaço natural modificado para servir as necessidades e as possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo

dele *se apropria*. A posseção (propriedade) não senão uma condição e, o mais freqüente, um desvio desta atividade “apropriativa” que atinge seu auge na obra de arte. Um espaço *apropriado* assemelha-se a uma obra de arte sem que dela seja o simulacro. Frequentemente, trata-se de uma construção, monumento ou edifício. Nem sempre: um sítio, uma praça, uma rua podem se dizer “apropriadas”. Tais espaços abundam, ainda que não seja sempre fácil dizer em que e como, por quem e para quem, eles foram *apropriados* (LEFEBVRE, 2006, p. 134).

A territorialização, neste senso ampliado e dilatado, move a seguir em um argumento mais restritivo de desterritorialização, exaustivamente descrito na literatura. De modo taxativo a conceituação de desterritorializar, presente na obra de Haesbaert (2007, 2017), representa a dimensão aplicada nessa abordagem. Assim afirma Haesbaert (2007b, p.68):

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distancias, deslocalização de firmas ou debilitação de centros fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização.

O processo de expulsão e segregação espacial será desenvolvido à frente neste trabalho, mas, não se pode deixar de anotar a necessidade de tratá-lo, principalmente na abordagem acerca do desenvolvimento, quando geralmente, este potencializado na dimensão econômica, acaba por gerar aceleração e expulsão, além de outras mazelas na paisagem urbana, podendo ser descritos como técnica de poder econômico, na esfera pública e privada.

4.2 A produção do espaço/território urbano

4.2.1 A desconstrução do conceito público X privado.

Neste espectro ambíguo é difícil definir a questão de forma simplista. No entanto, a construção postulada por Hanna Arendt, quando dos apontamentos e distinções entre o homem, animal social ou político, parece auxiliar nessa jornada conceitual/epistemológica. Para Arendt (2007), a distinção entre as duas dimensões se assenta na compreensão conceitual e pode se alinhar com outros argumentos.

Sendo o homem social participante do ambiente – familiar, privado, público e/ou político – o entendimento dos postulados marxistas também apontam para um norte, sendo o individual de natureza privada e o coletivo, pública. Faz-se necessário organizar o raciocínio para se estabelecer os signos e significados dessa abordagem, as representações conceituais em sentido léxico/semântico para, assim, tratar as questões relativas ao individual e ao coletivo.

O único animal capaz de produzir ação é o homem (ARENDT, 2007) e, nesse sentido, tal ação sempre envolve outros indivíduos. Essa coletividade implícita na ação em relação à vida infere de acordo com o pensamento platônico e, ao evoluir esse argumento sistematizado de Aristóteles “*homos socialis*”, encontra em Sêneca e São Tomás de Aquino uma verdade consagrada: “*homo est naturaliter politicus, id est socialis*” (Homem é de natureza política, portanto é social). Este deslocamento conceitual do pensamento social coletivo pode estar mais vinculado ao pensamento romano, posto não ser possível no vernáculo grego essa associação. Segundo Arendt (2007, p. 32):

Não obstante, o uso latino da palavra “*societas*” tinha também originalmente uma acepção claramente política, embora limitada: indicada certa aliança entre pessoas para um fim específico, como quando homens se organizavam para dominar outros ou para cometer um crime.

Para ela (ARENDT, 2007), o conceito de sociedade humana só pode ser utilizado posteriormente ao conceito de sociedade do modo como a compreendemos. Ainda de modo afirmativo a autora refuta o desconhecimento ou a desconsideração propositada de Platão e Aristóteles no que tange a necessidade de viver em grupo. No entanto, essa não é uma característica apenas humana. Assim, a dimensão dada à capacidade humana de organização política é diferente dessa relação social familiar, posto em distinção duas dimensões:

O surgimento da cidade-estado significa que o homem recebera, - além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koimon*) (ARENDT, 2007, p. 33).

O que se pretende aqui é verificar, na sociedade moderna, a presença desses equívocos interpretativos da dimensão pública e privada que a urbanização

brasileira e seus operadores lançam mão, usando esse imbróglio interpretativo, por vezes subvertendo a ordem dos interesses coletivos e priorizando os individuais. Esta divisão do público e privado fica evidenciada com o surgimento e ascensão da burguesia na modernidade que institui a propriedade privada e individualizada, passando a compor a sociedade civil de proprietários que compõem a sociedade política dos interesses privados e formam um governo para si.

Tamanha individualização apresenta, na contemporaneidade, o esgarçamento das relações e os vínculos humanos. As relações familiares passam a se constituir de superficialidades comportamentais que não vinculam os grupos na coletividade e faz com que percam a vontade e a possibilidade do estreitamento das relações que os transformaria em comunidade de fato.

4.2.2 Desordem ou ordem territorial

O território das cidades “industrializadas” na metade do século XIX e na história recente é como se pode constatar: um produto idealizado, materializado nos argumentos de ordem, contra o caos da cidade empírica. O pensamento do urbanismo esteticista se apresenta como uma solução para os problemas gerados na contemporaneidade nas cidades; as grandes cidades sofrem, as metrópoles em dimensão maior assistem o crescimento dos mais variados problemas, do grande assentamento populacional em determinadas regiões, a decadências de espaços, principalmente em áreas centrais, estabelecendo a desordem conceitual, evidente clamor por solução da ativa sociedade organizada, em sua maioria da classe média. São produzidos argumentos para solução dos problemas demandados, em lei, ordem e segurança para a vida urbana (BARBOSA, 2007). Neste sentido, cabe ressaltar o contexto em que é produzido o termo cidade desordenada. Para Barbosa (2007, p. 126):

A imagem “cidade desordenada” vem assumindo um papel significativo na condução das práticas sociais de intervenção e gestão das cidades, cujas consequências imediatas começam a se evidenciar, como a produção de novas formas de hegemonia social por meio da requalificação do espaço urbano.

O papel da gestão pública organizando espaços, modificando territórios é notório. Entretanto, no transcurso do século XXI em âmbito nacional, vários

municípios têm recebido atenção de determinados grupos de interesses econômicos, massificando essas necessidades de intervenções para o ordenamento da paisagem urbana. O que não se consegue, em muitas oportunidades, é constatar a efetividade dessas técnicas ordenadoras de território.

O território é o lugar onde desembocam todas as ações, paixões, poderes, forças, fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (SANTOS, 2007, p. 13). É local de reminiscência da vida; sua materialidade é produzida ao longo do tempo e de todo o contexto nele inserido, sendo que provavelmente, suposta intervenção não conecta essas experiências às futuras que serão produzidas em outro contexto, por outros sujeitos e provavelmente em outra realidade social e econômica.

4.3 Des-re-territorialização urbana

Assim como no pensamento de Deleuze (1996), no encontro de territórios essa sobreposição está por detrás de um argumento, de um conceito quando da ocorrência da desterritorialização. Será o território do outro e esse outro não é amigo, é algoz. Aquele que retira as frágeis certezas, apresentando novas verdades, é mal, é vil. Que força é essa que move os interesses, deslocando corpos e experiências daqui para ali, de lá para acolá? A morte do território é decretada, como o legista faz. A morte é um simples argumento de coisas “postas” em desordem e, essa desordem não é vida. Da ordem depende de quem se está falando, a ordem do Estado, do sistema econômico ou do interesse dos “outros”.

4.3.1 Políticas de planejamento e desenvolvimento urbano nas cidades brasileiras

No século XX, o Brasil passou por uma fase de grandes e valiosas reestruturações. Pode-se aqui destacar um dos fatores mais importantes para o estudo em análise: a migração da população que, há tempos, vivia na zona rural, para a zona urbana, com a finalidade de buscar melhores condições de vida. Tais fatores foram impulsionados pela Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII. Maricato (2011, p.16) afirma que:

O Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela é de 81,2%. Esse

crescimento se mostra mais impressionante ainda se lembrarmos os números de absolutos: em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes e em 2000 ela é de aproximadamente 138 milhões. Constatamos, portanto, que em sessenta anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas. Considerando apenas a última década do século XX, as cidades brasileiras aumentaram em 22.718.968 pessoas. Isso equivale a mais da metade da população do Canadá ou a um terço da população da França.

Aglomerados de pessoas foram se formando em determinadas regiões, o que possibilitou que os espaços utilizados por grupos fossem ganhando características urbanas. Continua Maricato (2011, p.16):

Trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água etc. Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço [...].

As áreas com uma concentração relevante de pessoas foram se desenvolvendo de modo improvisado e espontâneo, o que impulsionou a expansão das cidades, destinadas à moradia de famílias, como também para fins de atividades mercantis, educação, cultura, esporte e lazer. Alessandri (2011, p.65) defende que: “a cidade vai ganhando expressão à medida que nela vai se desenvolvendo a manufatura e para ela vai convergindo a grande massa de trabalhadores expulsos do campo”. A problemática é observada a partir do momento em que as cidades começaram sua expansão sem fronteiras e limites ao longo dos territórios povoados e demasiadamente desestruturados, desprovidos de infraestruturas adequadas para sustentar as necessidades básicas compreendidas para uma boa qualidade de vida. Como consequência, as favelas, descritas como pequenas moradias construídas em áreas de elevada declividade, na maioria dos casos, cercadas por violência e pobreza em demasia, se formaram em áreas de risco e as migrações de pessoas para residirem em tais locais inadequados foram se intensificando.

Outros casos relacionados aos reflexos gerados pela desorganização ocasionada pelo crescimento desordenado das cidades foram e são observados

pela escassez de água ou sua má qualidade, ausência de esgoto, iluminação, energia, resíduos sólidos em grande quantidade sem o devido cuidado com a destinação final, péssimas condições de zelo do solo e atmosfera, enchentes, entre outros aspectos relevantes e preocupantes.

Com o crescimento populacional, extensão social das cidades e aceleração urbana, observou-se o fenômeno denominado de cidade oculta, ou seja, expansão das cidades sem a atenção necessária e sem um planejamento adequado e eficaz. A inquietude aguçada para atender as deficiências observadas nas cidades, a visão dos profissionais da área com relação à necessidade de mudança, foi além das fronteiras brasileiras, sendo que o modelo de referência adotado pelo Brasil foi direcionado para o modelo de planejamento urbano da Inglaterra, em destaque o de Londres, que teve suas ações de desenvolvimento iniciadas e planejadas timidamente entre as duas grandes guerras mundiais enfrentadas naquele período.

Foi introduzido em 01 de julho de 1937, no ordenamento jurídico brasileiro, o Código de Obras do Distrito Federal, Decreto nº 6000, com a suposta finalidade de resolver os problemas sociais e urbanos das cidades. O Código de Obras incluiu definições técnicas relacionadas às construções urbanas e rurais, como também regulamentações de vilas, estética dos edifícios, coretos, arborização, construções de casas de madeira, esgotos, água potável, e até mesmo regulamentações para substituição das favelas. Estas regulamentações foram inseridas no Título IV, Seção Única, Formação de Núcleos de Habitações de Tipo Mínimo, onde se pode ler: “art.347 - A Prefeitura providenciará para a formação de núcleos de habitações baratas, de tipo mínimo, em substituição às favelas, à medida que estas forem sendo extintas [...]”, sem muito êxito.

Com a precisão urgente na tentativa de satisfazer às necessidades das cidades e da população que ali fizeram sua morada, o crescimento acelerado das cidades impulsionou a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu Capítulo II, artigos 182 e 183, a instituir a Política Urbana, que em seu teor, determinou:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das

funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento [...].

A Carta Magna, nos termos que instituiu a Política Urbana, teve como principal objetivo assegurar as finalidades descritas em seu preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Na análise do *caput* do artigo 182, fica evidente o objetivo primordial da política de desenvolvimento urbano instituída na Lei Maior, ou seja, de ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes. A função social das cidades teve como finalidade assegurar o desenvolvimento urbano de forma estruturada para o correto crescimento das cidades e corresponder às necessidades do ser humano e do meio ambiente. A execução da política instituída por meio da Carta Magna, de desenvolvimento urbano, foi regulamentada posteriormente por meio da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto das Cidades, estabelecendo diretrizes gerais para o fiel planejamento e melhor execução do desenvolvimento urbano do Brasil.

Além das diretrizes básicas, o Estatuto das Cidades também estabeleceu diversos instrumentos para o ideal planejamento dos planos de competência de âmbito nacional, estadual e municipal, como:

[...] os planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; planejamento municipal, institutos tributários e financeiros: institutos jurídicos e políticos: estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Uma das determinações que chama atenção está descrita no Art. 2º, II, do Estatuto das Cidades, que prevê:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...].

A partir da gestão democrática supramencionada, ou seja, do envolvimento da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, que a elaboração e implementação do Plano Diretor e demais planos, programas e projetos foram e são possíveis de acontecer. Nesse sentido, Maricato (2013, p.56) afirma:

Plano Diretor (PD) tornou-se obrigatório para a parcela mais urbanizada dos municípios brasileiros, pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257, promulgada em 2001. Sua inclusão na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade se deu sem o apoio das forças sociais que compunham o movimento da Reforma Urbana. Durante o Regime Militar, uma produção numerosa e ineficaz de PDs, orientada e financiada pelo governo federal, conduziu à sua desmoralização até mesmo entre os urbanistas.

Para eficácia do Plano Diretor, sua elaboração, fiscalização e implementação, ficaram garantidas por meio do artigo 39, § 4º, I, do Estatuto das Cidades: “a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade”.

O que está em jogo é, no caso de conflitos sociais, aquilo que é *legítimo* e aquilo que não é, aquilo que é *justo* e aquilo que não é, tendo, no limite, implicações quanto ao que passará ou não a ser (ou deixará de ser) *legal*, ou aquilo que deverá ser *eliminado* ou *perseguido* ou, pelo contrário, *tolerado* e até, quem sabe, *saudado* (MARICATO, 2013, p.160).

As audiências públicas e debates com a participação da população e associações representativas da comunidade tiveram como finalidade de inserção daquela nos debates, reivindicações, troca de informações, ideias, enfim, ouvir a população urbana, esclarecer questões sociais, com a intenção ímpar de possibilitar maior abertura para um diálogo democrático sustentável e produtivo. Os diálogos entre as partes nem sempre deixam de serem tensos, sendo árduos e perceptíveis os conflitos de interesses entre os sujeitos envolvidos, mesmo com a sapiência do poder público de atuar em benefício do interesse coletivo. Maricato (2011, p. 65) ilustra:

É nos governos municipais que as pressões sociais, decorrentes da crise econômica, eclodem inicialmente. Os problemas cotidianos vividos pela população se apresentam, muitas vezes, sob a forma de desastres que exigem medidas emergenciais. A política de habitação social é um bom exemplo. Enchentes, desmoronamentos, incêndios, são acontecimentos cada vez mais frequentes nas metrópoles devido ao mau uso do solo e às péssimas condições habitacionais, muitas vezes, improvisadas [...].

Os debates e a aplicação do que é remotamente discutido ainda é uma problemática social relevante, pois as temáticas estão inseridas e esquecidas nas bibliotecas das universidades e nos pequenos grupos de estudiosos, com pouca evolução natural na realidade observada no tempo e no espaço.

4.3.2 Cartografia da invisibilidade

A grande revolução do Período Neolítico deve ser considerada por sua alteração no modo de vida humano que passa a ser sedentário, ou seja, o sujeito, após o manejo do fogo e com possibilidade de desenvolver o plantio e colheita de alguns alimentos, estabelece as bases de uma agricultura de subsistência a qual segue sendo aprimorada até a produção de excedente. As ocorrências descritas na transição do período Paleolítico para o Neolítico apontam para o desenvolvimento de novas relações entre os habitantes, a convivência comunitária desenvolvendo as

relações humanas e alterações na paisagem. (MUNFORD, 2004). Para mais além do que a aldeia que cresceu de acordo com Benévolo (2014), o surgimento das cidades envolve o engendrado, conceito que, posteriormente na contemporaneidade, é descrito e anotado por Santos (2007), Jacobs (2011), Castell (1982) e outros; a definição conceitual de cidade deve tocar um tripé conceitual que possua como pilares: os aspectos geográficos, sociológicos e urbanísticos, sendo que ao se afastar destes argumentos, a definição do que se pode compreender por cidade (Urbe), torna-se intangível ou incompleta.

Não obstante a sua precedente no mais recuado tempo, a Revolução Industrial produz profundas modificações no modo de viver e produzir de toda a sociedade. Cabe destacar em nosso enfoque a mudança do modo de vida rural para urbano, desencadeando tamanha transferência populacional, denotada no que assistimos em nossa paisagem urbana diariamente: o crescimento populacional e o crescente espaço territorial. Neste interim surgem no velho continente, teóricos instigados e aplicados em desenvolver referencial teórico objetivando a encaminhar determinadas necessidades decorrentes no meio urbano.

Hall (2016), descrevendo a busca acadêmica e as preocupações no meio urbano ao final do século XIX, aponta, neste período, a efervescência do pensamento em torno do planejamento. Entretanto, acusa a falta da concepção ou estruturação de uma Teoria do Planejamento. Em sua obra, Hall identifica a convergência para um pensamento de comunidade feliz e aponta que alguns estudiosos em planejamento passam a se utilizar de modelos de cidade ideal, onde o controle da forma e do formato seria objetivo do planejamento eficiente. Ao citar o pensamento de Kent ele confirma este pensamento:

Na maioria dos casos, não é possível saber com exatidão que medidas devem ser tomadas no projeto-físico para atingir um dado objetivo social ou econômico, ou que consequências sociais ou econômicas advirão de uma dada proposta de projeto-físico. Portanto, mais que os planejadores urbanos profissionais, o conselho do município e a comissão de planejamento urbano devem fazer o juízo de valor último sobre qual o plano é baseado (KENT *apud* HALL, 2016, p. 190).

Dada ênfase que o pensamento contido em Kent, Hall (2016) ponderava sobre a crença que era possível a figura do planejador produzir um tipo de plano para uso do solo, ou seja, todo o pensamento relegado ao contexto primário da

confusão de tipo. Neste interim vale ressaltar o pensamento de Manuel Castell que apresenta, em sua obra intitulada “A Questão Urbana”, o quanto o desenvolvimento acadêmico científico aliado as políticas públicas de desenvolvimento urbano, produziram, na escala urbana em cidades latino americanas, o controle social por meio do planejamento urbano que, por conseguinte, utilizou da urbanização como ferramenta de controle. Ao tratar da aceleração do crescimento urbano em cidades “subdesenvolvidas” Castell (2009, p. 99) afirma:

A urbanização latino-americana caracteriza-se [...] pelos traços seguintes: a população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; aceleração crescente do processo de urbanização, falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo”.

Na percepção de Maricato (2000), por volta de 1960 e 1970, com o surgimento do conceito de “Revitalização Urbana”, descrito por Jane Jacobs em 1961 e referenciado na obra Morte e Vida das Grandes Cidades, cria-se a inspiração para a produção de novos espaços, espaços qualificados e muito vinculados à espetacularização dos espaços.

Em contra ponto a esta paisagem concebida, a desvinculação das questões sociais e dos excluídos da cidade, surgem pensamentos com aparente indicio de pertinência, mas que em nada seriam vinculados à preocupação inicial do que Maricato (2000) denominou “Cidade da Comunidade”; de início contradizendo a cidade sitiada, apoiada nos modelos de planejamento regional e que, logo em seguida, subvertem o sentido de comunidade apropriando-se do pensamento expansionista e viabilizando toda uma apropriação das cidades pelo capital e pela nítida transferência do financiamento público para a iniciativa privada.

4.3.3 Da invisibilidade urbana á gentrificação

Calvino (1990) e as suas cidades, em perspectiva da narração de um transitar exploratório e de um colóquio entre mentes, descreve tipologias de cidades utilizando a denominação de gênero para se fazer representar. Não tão menos relevante, a questão dos vulneráveis relacionados ao gênero pode levar ao questionar sobre o porquê não adentraremos nesta abordagem. Acreditamos ser

muito abrangente, mas não deixando de mencionar e registrar a grande massa de “invisíveis”: mulheres, negras, pobres e tantas outras pertencentes aos grupos de nossas cidades. O que nos instiga é a pluralidade e as multifacetadas na obra contextualizada que a própria constatação do autor nos basta como justificativa de abordagem, pois:

Um símbolo mais complexo, que me deu as maiores possibilidades de exprimir a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas, foi o da cidade. O livro em que creio que disse mais coisas continua a ser *Le città invisibili* (As cidades invisíveis), porque consegui concentrar num único símbolo todas as minhas reflexões, experiências e conjecturas; e também porque construí uma estrutura multifacetada em que cada texto curto está próximo dos outros numa sucessão que não implica uma consequencialidade ou uma hierarquia, mas sim uma rede dentro da qual se poderão traçar múltiplos percursos e extrair conclusões plurais e ramificadas (CALVINO, 1990, p.89).

A cidade invisível, neste momento, se apresenta tangível, tomando frente no protagonismo e na sua construção imagética, norteando alguns dos “legados” produzidos; sustentados por políticas públicas que minimamente podemos denominar equivocadas, por possuírem forte conotação de malversação e práticas espúrias, as quais a nação brasileira é submetida desde os tempos cabralinos. Calvino (1980), em suas cidades, apresenta o modelo de construção da invisibilidade dos vulneráveis e, deste modo, podemos, por meio de recortes da obra, referenciar nossas afirmações, por exemplo:

Montada com os pedaços avulsos da Clarisse imprestável, tomava forma uma Clarisse da sobrevivência, repleta de covis e casebres, córregos infectados, gaiolas de coelhos. Todavia, não se perdera quase nada do antigo esplendor de Clarisse, estava tudo ali, apenas disposto de maneira diversa mas não menos adequada às exigências dos seus habitantes (CALVINO, 1990, p. 44).

A imagem concebida de um sítio urbano ou reminiscência de um território, cuja comunidade existente em seu clamor pela presença do Estado, demanda por ordenação do sistema viário, saneamento básico, iluminação pública etc.. Neste ponto descortinamos o velado modelo de segregação social no qual o poder público, ao desenvolver práticas de estruturação da infraestrutura urbana local em atendimento às solicitações da comunidade local, promove um verdadeiro

incremento na paisagem local. Entretanto, os benefícios e melhorias não serão utilizados pelos “nativos” da comunidade local desencadeando o processo de Reterritorialização⁷:

[...] construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização [...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (Gilles Deleuze, em entrevista em vídeo) (HAESBAERT, 2002).

O conceito de desterritorialização, contido na obra de Deleuze e Guatarri, auxilia na identificação de certos processos concebidos ao longo dos tempos e identificado em nas cidades brasileiras, isto é, dar cabo à vida em um determinado território que, por não possuir a cor, o credo, o capital econômico, deve ser desconsiderado, portanto extinto, e essa justificação tem início nas mãos da gestão. Exemplifica-se o modelo de “revitalização” urbana utilizado por alguns gestores nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, em uma concepção de remover determinada comunidade de um território degradado para outro local; este, comumente, era concebido de modo proposital para que a comunidade viesse a promover sua degradação, possibilitando a revitalização no território anterior; entretanto, torná-lo-ia apto a uma nova comunidade constituída por uma classe econômica superior (JACOBS, 2011).

Este modelo de “reordenamento” espacial recebeu o nome de Gentrificação quando, em 1964, Ruth Glass⁸ descreveu o processo de substituição de moradores de antigos bairros desvalorizados do centro de Londres por famílias da classe média. Posteriormente, o termo Gentrificação recebeu novas contribuições conceituais, cabendo destacar a definição considerada por Smith⁹ que, de certa

⁷ Gilles Deleuze, Filósofo Francês, entre 1964 e 1969, foi professor de História da Filosofia na ainda unificada Universidade de Lyon. Em 1968, Deleuze apresentou como tese de doutoramento Diferença e Repetição. No mesmo ano, ele conheceu Félix Guattari, e este encontro resultou em uma longa e rica, e considerada por muitos controversa, colaboração. Segundo Deleuze: “meu encontro com Félix Guattari mudou muitas coisas”. Félix já tinha um longo passado político e de trabalho psiquiátrico.

⁸ Ruth Glass (nascida Ruth Adele Lazarus, 1912–1990) nasceu em Berlim na Alemanha, entretanto conhecida como Socióloga Britânica, visto ter sido na Inglaterra, principalmente em Londres sua maior participação.

⁹ Neil Smith, geógrafo escocês erradicado nos Estados Unidos.

forma, foi bastante influenciada pelo geógrafo David Harvey¹⁰ (1996). Smith (2006) entende que o desenvolvimento urbano, aplicado aos moldes de “reutilização”, “revitalização”, vai além dos quesitos de classes sociais. Em verdade, é um processo que apresenta nova concepção morfológica do modelo construtivo e espacial, sendo algo como uma higienização social com incremento na infraestrutura local. Deste modo, prepara-se o território para ser ocupado por um novo perfil de usuário, provavelmente uma nova classe com potencial econômico mais elevado do que da comunidade existente.

Na conceituação de Ruth Glass, ao deslocar do tempo, vários teóricos tem se debruçado sobre a temática do estudo da gentrificação. Por vezes a fala deles é uma evolução do pensamento inicial, aplicando conceitos vinculados à questão fundiária, renda, desenvolvimento. Indubitavelmente todos eles convergem para as questões de especulação imobiliária, sendo potencializada por políticas públicas equivocadas. O viés mais usual são as propostas de reurbanização apresentadas em escala planetária que, não obstante, podem ser evidenciadas no território da capital sul-mato grossense.

¹⁰ David Harvey é um geógrafo britânico marxista formado na Universidade de Cambridge. É professor da City University of New York e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana.

5 DESENVOLVIMENTO URBANO DE CAMPO GRANDE-MS

Neste capítulo o enfoque será no processo de urbanização do município de Campo Grande. Revelando o processo histórico de formação da vila originária, serão resgatados elementos “apagados” que a história do colonizador (colonizado) aprendeu a contar. Cabe aqui demonstrar os acertos e equívocos produzidos ao longo da história do planejamento e do desenvolvimento urbano municipal, demonstrando alguns entraves produzidos pelo planejamento *top down* herdado por gestores e planejadores do território urbano, bem como as mais recentes propostas de intervenção denominadas e reproduzidas no modelo de revitalização urbana, como a revitalização da Rua 14 de Julho em contraponto à revitalização da Orla Ferrovária, materialidade dos exaustivos esforços do planejamento *top down* em tornar-se eficiente.

5.1 Precedentes Históricos

A cidade, invenção humana, mostra-se como intervenção na paisagem natural. Como Benevolo afirma (2012, p. 13):

O ambiente construído não passava de uma modificação superficial do ambiente natural, imenso e hostil, no qual o homem começou a mover-se o abrigo era uma cavidade natural ou um refugio de peles sobre uma estrutura simples de madeira [...].

Neste cenário descrito como a Revolução Neolítica, a paisagem natural passou a receber, através da interferência humana, alterações em suas características. Essa invenção não há de ser cogitada em nenhuma dimensão como algo sem impactos ao ambiente, pois a presença do homem na produção de áreas de ocupação sempre será algo de produção de impactos; o que fazer, como fazer e as interações neste ou naquele território cabe ao estudo acadêmico e à produção científica, tanto no registro quanto no apontamento do modo mais ajustado em produzir os assentamentos humanos.

Os indícios de uma precária vida agrícola era o argumento necessário para a mudança do hábito nômade. A utilização de grande território na solução de manutenção da vida diária passaria a ser restringida aos espaços que, em sua morfologia, possuísem qualitativos para o êxito nos assentamos. Deste modo a

produção agrícola, possível com a descoberta e o manuseio do fogo, instaura uma nova forma de viver. Ao longo da história da humanidade, se verifica as transformações ocorridas na vida humana em dimensões como a social e político e a necessidade do surgimento de estruturas de controle.

A história do município campo grandense não é diferente, obviamente guardadas as proporções ao longo desses milhares de anos desde as primeiras formações. Assim, do mesmo modo se inicia a história: nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu (BENEVOLO, 2012, p.23).

Aponta Munford (2004, p.11) determinada condição à consideração pré-existente como sendo:

Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies.

No mais recuado, no princípio da vila, ou precedente à sua fundação, assim como toda a história do desenvolvimento e da urbanização brasileira, nota-se a tela inicial da ocupação do território da região dos Campos de Vacarias que, de acordo com Barros (2010), o termo advém da criação de gado, que não era algo inédito e já havia sido introduzida na região pelos padres jesuítas. Ainda aponta o autor que existiam moradores na região, não que de muita valia, pois ressaltar a presença de nações indígenas é algo de redundante em nosso continente, porém, nota-se o friso registrando que na região havia a presença de indígenas.

Um por menor deve ser destacado: a região também era ocupada por comunidades quilombolas, apesar não haver como desconsiderar a existência de uma senhora há muito conhecida como Tia Eva que, por muito, teve sua história cunhada na paisagem do município. Além disso, alguns capitães do mato produziram textos intencionais com o simples objetivo de fazer prevalecer a história contextualizada pelo colonizador branco, europeu e letrado. Socorre Darcy Ribeiro ou os irmãos Villas-Boas para recontar parte desta história que há muito sofre o pesar de uma força na produção de uma cultura local diferente da realidade. O povo brasileiro tem uma conta muito alta às populações tradicionais e com aqueles que,

por meio de navios negreiros e interesses mercantilistas, tiveram suas identidades “esbranquiçadas” ao longo dos tempos.

Nasceu, neste momento, a história do município que, de acordo com os registros nos alfarrábios históricos, José Antônio Pereira, nos idos de 1870, ao findar da Guerra do Paraguai, com o propósito de explorar novas aparagens e estando envolto nas histórias de campos vastos de terra promissora, deu início à sua viagem exploratória. Em 1872 se assenta na confluência dos córregos Prosa e Segredo, formando um rancho de produção agrícola e alguma criação de animais. Entre idas e vindas nesse contexto, de aglomerado populacional surgiu a formação do Arraial de Santo Antônio de Campo Grande. Neste mesmo período o fervoroso José Antônio cumpriu promessa religiosa e ergueu, nas proximidades do que hoje é a Rua 26 de Agosto, naquele período Rua Velha, a igreja em homenagem ao padroeiro Santo Antônio. O território é agora ocupado em posição estratégica, entre postos para comitivas e viajantes. Esse agrupamento político e econômico assumiu protagonismo de sua história, passando ao *status* de vila em 1899, pela Resolução nº 225 de 26 de agosto (BARROS, 2010).

Em 1905 foi apresentado o primeiro código de posturas do município; em 1906 já contava com um número de aproximadamente 50 moradias e, para surpresa de todos, em 1907 um fato transformaria de vez o cenário da vila: a notícia da futura implantação da rede ferroviária que, a partir deste momento, incluiria no cenário político social a cidade de Campo Grande, ainda município do Estado de Mato Grosso (MT). Registro em publicação do arquivo Histórico de Campo Grande – (ARCA), confirmam o fato:

A influência e a intervenção da NOB na organização espacial de Campo Grande acentuam-se a partir de 1908, quando o Governo Federal e a Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil reformularam o contrato de arrendamento. A Companhia, por esse contrato, obrigava-se a construir cidades e reorganizar os povoados já existentes, a fim de atender a seus objetivos econômicos e estratégicos (ARCA, 1998, p. 33).

Em 1909, segundo Arruda (1997), o engenheiro Nilo Javari Barém foi contratado para confeccionar o primeiro plano de ruas, produzindo alguns ajustes no código de posturas de 1905 e determinando um traçado cartesiano, malha reticulada aos moldes do planejamento das cidades estado gregas e em muito similar ao

modelo utilizados pelos colonizadores europeus na produção das cidades em colônias, posto que se valeram como precedentes as primeiras intervenções urbanas açorianas, recorrentes no continente africano (BENEVOLO, 2014).

Este modelo seguiu em vigência norteando a ocupação e uso do solo nos 30 anos que se seguiram. Vale ressaltar que, desde a primeira produção urbanística no município, o pensamento norteador é o de uma sociedade progressista aos moldes da sociedade moderna, fruto do processo de industrialização europeu e norte americano. Destaca Arruda (1997) que as primeiras intervenções no primeiro plano, que era a reprodução do pensamento de planejamento copiado de outras cidades e do mando do governo federal, ocorreu somente em 1937. Na década de 1950 o território recebeu uma explosão demográfica por se tratar de um polo articulador da região sul de Mato Grosso. Iniciou-se a dissolução urbana do município, sendo potencializada na década de 1960 com a migração sulista para produção de soja. Dá-se início ao que até o presente momento ocupa a mente dos gestores e planejadores urbanos em Campo Grande: os vazios urbanos.

5.2 O planejamento urbano em Campo Grande

De acordo com o exposto anteriormente, este item concentrará de modo sucinto o legado dos planejadores no transcurso passado do século XX. Ressaltando a marca de cidade espraiada ao final do século, mais precisamente em 1997, o perímetro ora ampliado do município representava 20% do primeiro traçado no início do mesmo século, ou seja, desde o nascedouro, a cidade privilegiou a produção de vazios urbanos.

Em termos, os índices demográficos apresentados pelo IBGE, em 1997, registravam população urbana de 611.000 habitantes. Essa população adensada em nível adequado com taxa de ocupação proporcional 100^{11} (cem habitantes por hectare) hab/há; no traçado original, de 1905, já seria suficiente para abrigar toda

¹¹ Vale neste momento abrir uma nota considerável neste quesito, em capítulo posterior será aprofundado, objetivando relacionar o espraiamento originário no sítio urbano do município campo-grandense pode-se anotar certos apontamentos, primários, porém pertinentes, primeiro em um relatório de densidade demográfica por hab/Ha, produzido por Silva (2011) onde são registrados índices de metrópoles mundiais, notamos na Capital federal Brasília uma taxa de ocupação de 55hab./ha, Jacobs (2016) em 1961 descrevia que uma escala ajustada para apropriação e vivência no sentido de integração humana e diminuição das diferenças econômicas sociais deveria ser aplicado como ideal algo entorno de 250 hab./ha, estes indicativos facilitam a compreensão da ocupação ideal e da real.

população residente ao final do século. Deste modo, no início do século XX, o perímetro urbano do município era um potencial propiciador da criação e manutenção histórica dos vazios urbanos em Campo Grande.

Vale ressaltar outras produções do planejamento urbano na cidade de Campo Grande, como o Plano Saturnino Brito em 1937, que produziu em escala nacional. Registra-se que o escritório do referido engenheiro sanitarista atuou em inúmeras cidades brasileiras, com destaque à cidade do Rio de Janeiro. Houve a criação da Comissão do Plano de Campo Grande, por meio da Lei Municipal nº 26, em 06 de abril 1948; além do plano diretor e das soluções urbanísticas, com participação de representantes da gestão pública e da população, nota-se o registro da palavra urbanismo de modo inédito (ARRUDA, 1997). Nas décadas seguintes, 1950 e 1960, segue-se, na esfera municipal e federal, a produção de legislação no objetivo de reger os usos e ocupações nas regiões urbanas.

Ressalta-se que o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), assentado no período da ditadura militar, não registrou participação popular, entretanto deu início às técnicas progressistas do pensamento em zonas de ocupação urbana. Em 1977, registra-se a participação do arquiteto e urbanista Jaime Lerner na produção de diretrizes urbanísticas, a aprovação do Plano de Diretrizes de Estruturação Urbana de Campo Grande, no qual houve a inserção da ideia de corredores viários para o transporte coletivo em conjunto à concepção de zoneamento misto (ARRUDA, 2001).

Este período registra um afastamento da opinião pública na discussão dos planos e das diretrizes urbanas, além da dificuldade na implantação e fiscalização de algumas diretrizes pela escassez de profissionais habilitados e outros entraves. Demonstrem e corroboram com a ideia do legado de cidade planejada, ou sítio urbano pensado, não materializado de fato. O legado desta desconexão no planejamento e a divisão do estado de Mato Grosso, potencializaram o crescimento populacional em consequência ao surgimento de favelas e ocupações irregulares.

Na década de 1980, o caos do planejamento urbano atingiu seu auge em Campo Grande. A gestão estadual assumiu o protagonismo em descompasso com a gestão municipal, deliberando verticalmente. Apropriou-se da implantação de inúmeros conjuntos habitacionais, em sua maioria dispostos à franja do território

urbano, descontinuando e potencializando as mazelas urbanas registradas no período e que ainda contribuem para o espraiamento do sítio urbano, desarticulando potencialidades, gerando degraus econômicos e abismos sociais e injetando potência nos ideais de gentrificação no solo urbano.

5.3 O território do Centro

Estabelecida relação de vínculo dos indivíduos com a paisagem urbana, a territorialização apresenta um olhar que valida uma percepção subjetiva “do espaço no qual o ser humano estabelece um vínculo afetivo e simbólico, constrói a sua história e concretiza suas relações e suas experiências no mundo” (CASTILHO, 2012, p. 13).

O espaço urbano central, “O Centro”, pode ser definido e delimitado conforme o contexto local e a referência territorial na qual está inserido. Para Vargas (2015, p. 2): “[...] centro histórico, centro de negócios, centro tradicional, centro de mercado, centro principal, ou simplesmente, Centro. É um dos locais mais dinâmicos da vida no espaço urbano, repleto de atividades comerciais e de serviços, com valoração de representações simbólicas presente na memória individual e coletiva da comunidade local”. Território de reminiscência abriga edificações representantes dos signos do poder público e religioso. A percepção de referidas relações de poder auxilia na compreensão do território; conforme Dallabrida (2013), este território central, que se assenta além do espaço físico, por definição poderia ser descrito como porção de terra, terreno, no sentido semântico vinculado ao pensamento de Deleuze e Guattari (1992), citado por Haesbaret (2002), que é muito mais amplo e abrangente. Este conjunto de fatores e elementos contribui na composição da força de atração endógena desta centralidade comunitária; produzindo uma influência exógena ao perímetro da cidade (VARGAS, 2015, p.14).

A cidade de Campo Grande possui uma região central com todas as representações descritas, ratificando o valor simbólico e todo o matiz sócio cultural. Para tanto, assim como a maioria das cidades, sofreu o processo de “descentração”. “[...] a expansão das áreas urbanas intensificou de modo espontâneo ou planejado, e essa noção de centro começa a diluir-se pelo surgimento de uma rede de subcentros que passam a concorrer com o centro principal” (VARGAS, 2015, p. 3). A área Central do município sofre de um processo de degradação que alguns autores, como Vargas (2015), creditam ao expansionismo urbano ocorrido nas cidades modernas,

provocando o esvaziamento de atividades econômicas ou a sua redução, potencializando a unicidade de modalidades de uso e estabelecendo a chamada precarização dos serviços públicos, abrangendo questões relacionadas à segurança, à limpeza e outros.

Ao longo da história o poder público municipal apresenta a intencionalidade em ordenar e planejar o desenvolvimento urbano, visto que os primeiros indícios podem ser constatados desde 1905, com o primeiro Código de Posturas, sendo reforçado em 1909 com o plano de ruas e praças. Com características progressistas e seguindo a tendência do urbanismo nacional, conforme diz Rezende (1987 *apud* ARRUDA 1997): “herança direta do urbanismo progressista europeu e, através da França, pois já que se ligara intimamente a nossa arquitetura através da missão Francesa, no Segundo Império”, desenvolve-se exponencialmente a partir da implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em maio de 1914, seguido pelo novo código de posturas de 1920.

A história aponta vários momentos do expansionismo urbano do município de Campo Grande. Pode-se destacar que na década 1960, atrelado às propostas de desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro, o “progresso” definitivamente se estabeleceu e culminou, em 1977, com a divisão do estado de Mato Grosso (uno), em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo nominada a cidade de Campo Grande como capital do novo estado. Na década de 1980 houve a Lei de Uso e Ocupação do Solo, em 1988 e, deste ciclo, segue-se até o presente momento com a Lei nº 74 de 06 de Setembro de 2006.

Atualmente o município de Campo Grande, em sua área urbana, está dividido em 07 regiões, (Art. 11, da Lei nº 94 de 2006); denominadas Regiões Urbanas, uma delas é Região Centro, na qual se localiza o parcelamento objeto dessa pesquisa, o bairro do Centro. Em 2006, houve a publicação da Lei Complementar nº 94, de 06 de outubro, que instituiu a política de desenvolvimento e o plano diretor de Campo Grande; instrumento que caminha em direção ao estabelecido pelo Estatuto das Cidades, Legislação superveniente à Carta Magna de 1988, que objetiva regulamentar os Artigos 182 e 183 da Constituição. A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, apresenta no *caput* do artigo 2º: “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...]”, enfatizando a utilização social dos espaços urbanos em busca da viabilidade econômica e social das cidades.

Ao observar a vasta legislação aplicada ao planejamento e ao desenvolvimento urbano em Campo Grande, verificam-se indícios de equívocos acerca do planejamento urbano desvinculado do desenvolvimento local. Destacando o Plano de Revitalização do Centro, apresentado em 2009 pela Prefeitura Municipal de Campo Grande (PMCG), o mesmo abriga intervenções em áreas sem “vitalidade urbana”. Seguindo Jacobs (2003) e se utilizando do pensamento contido na autora, faz-se premente descrever que seu conceito de intervenção vai muito além de técnicas projetuais, pois “[...] inconvenientes por trás dos projetos é a própria noção de que eles são conjuntos, abstraídos da cidade comum e separados” (JACOBS, 2011, p.437).

A proposta de revitalização, intervenção ou do que se queira denominar não traz à luz questões de profundidade e relevância pertinentes ao desenvolvimento local. Para Ávila (2005 *apud* CASTILHO, 2011, p. 43) “O desenvolvimento local não é desenvolvimento no local, pois desenvolvimento no local são empreendimentos com intuito de gerar empregos, tendo o local como sede física”. Partindo inicialmente deste conceito, pode-se inferir que a denominada proposta de “Revitalização” do Centro de Campo Grande se mede pela intencionalidade do discurso de poder dominante e não da fala de todos os atores sociais do processo. Para tanto, afasta-se do pensamento norteado pelo conceito de desenvolvimento local, pois, segundo Albuquerque (1998), além do papel atuante do Estado, e este não sendo centralizador, deve a população estar vinculado ao processo de fomento das questões qualificadoras e potencializadoras do desenvolvimento em relevo neste contexto: inovação tecnológica, formação de recursos humanos adequados e por fim iniciativas de financiamento econômico. Para tanto afirma Albuquerque (1998, p.65): “a difusão do desenvolvimento depende da incorporação do território socialmente organizado e da capacidade deste para conseguir que se introduzam as necessárias inovações tecnológicas e organizativas em seu tecido produtivo e empresarial”.

No que se refere à apropriação, sinônimo de território segundo Guattari e Rolnik, (1986 *apud* HAESBAERT 2002). Este território produzido se articula em duas dimensões: uma tangível – as estruturas físicas, os espaços construídos – e outra intangível – o universo simbólico. Relacionando a subjetividade existente no território à sua representação material, nota-se o intangível revelando o tangível, por exemplo: signos da memória coletiva ou individual contidos em um elemento físico, como museus ou monumentos (LE BOURLEGAT, 2008). A inexistência de interações

humanas e a escassez de espaços apropriados que vinculem os atores à paisagem da vida cotidiana, a necessidade de potencializar sua reapropriação pela comunidade no sentido de impregnar com vida e relações sociais no espaço urbano, demonstram que não basta à estrutura física, visto que o território anteriormente existente sofreu um processo de desterritorialização e que este precisa ser estudado.

O espaço físico, a dimensão tangível não deixou de existir no todo, ou em parte. Neste sentido Hasbaert (2002), ao estudar a obra de Deleuze e Guattari (1986), descreve que ambos afirmam que desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, há também um movimento de reterritoliarização. A dimensão humana; relegada ao tecnicismo, refuta a apropriação territorial no sentido de fazer parte, de vincular-se, criar raiz. Segundo Marques *et al* (2014, p. 17): “[...] quando o local oferece múltiplas oportunidades de sobrevida com qualidade, passa a despertar um sentimento de filiação, que na linguagem atual do desenvolvimento local, pode ser dito como sentimento de pertença”.

Posta as questões de fundo, revelando outros quesitos a serem abordados em planos de “revitalização”, nota-se a importância de trazer à luz discussões que atentem para os caracteres culturais, simbólicos e sua estreita relação com a comunidade local. Questões pertinentes ao Centro remontam a sua referência de local de atividades econômicas, de produção e consumo descritas exaustivamente ao longo da história das cidades. Para tanto, cabe colocar que o pertencimento ou a vinculação ao território central de Campo Grande carece de maior atenção e cuidado para não incorrer no risco de aparelhar o espaço de “outros” e não o espaço dos outros, imiscuindo-se de qualquer forma de alteridade.

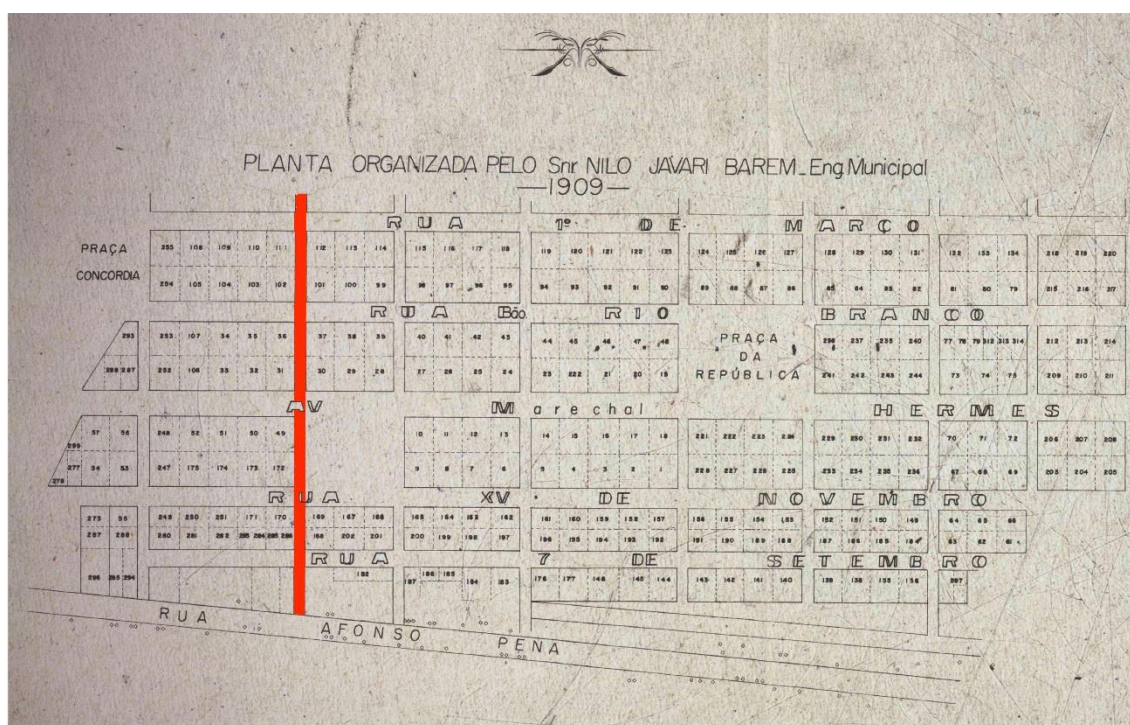
O centro urbano de Campo Grande, mais precisamente a área em estudo, se afasta da materialidade para o êxito quando desconhece a população, não questionando quem são os sujeitos que utilizam espaço. Certas referências de uso do espaço nas cidades relacionados às questões de vitalidade urbana, deveriam ser consideradas *a priori*, de acordo com Jacobs (2011). Neste contexto de desterritorialização e reterritorialização, quando focalizada na abordagem mais contemporânea identificada e descrita por Haesbaert (2007b) nas tipificações de desterritorialização, o território percebido e trabalhado no conceito de redes, o espaço sem fronteiras proposto nos modelos de *smart cities*, etc, induzem ao erro e

a convencionalidade, materializando algo que apesar de ser percebido e vivido em muitos casos só pode ser efetivo no âmbito relacional, na peculiaridade, na dimensão particular caso a caso.

5.4 Uma rua, um contexto, uma proposta

Apresentando uma extensão de quatro quilômetros e oitocentos metros (4,8 KM), a Rua 14 de Julho faz parte da malha viária do município de Campo Grande. Anterior à planificação do primeiro rocio urbano, sua presença está anotada no primeiro traçado de ruas produzido por Nilo Javari Barém¹², de acordo com a figura 01, na planta apresentada em 1909.

Figura nº 1: Planta do Centro de Campo Grande feita por Nilo Javari Barém, em 1909.



Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA)

De acordo com Oliveira Neto (2003), o nome “14 de julho” fora apresentado por sugestão do então vereador Miguel Garcia Martins, retirando da referência de “beco”, como era conhecida. Não é uma das ruas mais velhas do município,

¹² Em 1909, a Intendência Municipal contratou o engenheiro Nilo Javari Barém para realizar o desenho da planta urbana de Campo Grande. Em Junho do mesmo ano, ela foi apresentada, mas sua realização e as providências a serem tomadas na cidade implicaram na reestruturação do Código de Postura aprovado em 1905. O novo modelo teve fortes influências das ideias positivistas, predominante entre os intelectuais brasileiros.

ressaltando que, até então, a primeira rua denominada Rua “Velha”, posteriormente de Rua Afonso Pena de acordo com a figura 01, é a atual Rua 26 de Agosto.

O processo de urbanização, em muito vinculado a mudança do modo de vida rural para o urbana e já descrito anteriormente, aflora neste momento da pesquisa para verificar as relações construídas e registradas ao longo deste processo; relacionar a Rua 14 de Julho com este cenário de transformação da vida urbana ao longo de sua história centenária e as intercorrências ocorridas, com enfoque na última década que vem recebendo por parte do poder público especial atenção, é o objetivo.

Após 1909, as transformações e modificações na extensão da rua e as transições registradas na mesma podem ser notadas nas modalidades de serviços, tipologias de usos e relações políticas e sociais, demonstrando o processo de urbanização do município e o desenvolvimento urbano vigente. De acordo com Oliveira Neto (2003), a Rua 14 de Julho pode ser percebida em três transições: a primeira diz respeito ao trecho entre o cemitério Santo Antônio e a Rua 26 de Agosto; a segunda, estendendo-se a partir da Rua 26 de Agosto até a rua Dr. Themistocles¹³; e a terceira, o último trecho estendido até a Av. Mascarenhas de Moraes.

Repisando que um dos enfoques de pesquisa compreende o que seria o terço intermediário da Rua 14 de Julho apresentado por Oliveira Neto (2003), possuindo aproximadamente um quilometro e trezentos metros (1,3 Km) de extensão, iniciando-se no cruzamento com a Av. Fernando Corrêa da Costa e seguindo por 10 quarteirões até o cruzamento com a Av. Mato Grosso, trecho que compreende a 3ª fase do projeto de revitalização do centro de urbano de Campo Grande – MS, conhecido conforme será nominado no andamento desta pesquisa: Projeto Reviva Centro trecho I, que apresenta três setorizações estabelecidas em projeto.

¹³ Coronel Themistocles Paes de Souza Brazil, Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites do setor do oeste.

5.5 O planejamento urbano recente em Campo Grande

No mesmo diapasão desenvolvimentista e progressista, o município apresenta suas propostas norteadoras para intervenção de seu centro urbano. Para contextualizar o formato em destaque, traz-se a discussão o projeto denominado Viva Centro e suas etapas de execução no qual o Reviva Centro está inserido no contexto da 2ª etapa. As propostas intervencionistas que foram e estão sendo produzidas na área central de Campo Grande, com base no mesmo arquétipo, consistiram na apropriação de um argumento genérico, fundamentado e contextualizado em larga escala mundo a fora (revitalização). Entretanto, em dimensões culturais; sociais, econômica e políticas, são bastante distintas do verdadeiro objetivo.

5.5.1 Revitalização da Rua 14 de Julho

Ao longo da década de 2010, a expectativa pela tão exaustivamente verbalizada revitalização da Rua 14 de Julho, com um *delay* de quase dez anos, teve início, em outubro de 2018, apenas ressaltando que a transição do gestor municipal e as intercorrências de ordem econômica são os fatores determinantes para a efetiva produção da transformação do espaço. Com o texto original da Lei nº 161, de 20 de julho de 2010, foi instituído o plano de revitalização do Centro de Campo Grande. Descrito em seu caput, diz o art. 1º:

Esta Lei Complementar institui o Plano para a Revitalização do Centro de Campo Grande – MS, destinado à valorização e proteção do patrimônio histórico, ambiental, arquitetônico e paisagístico, das Zonas Especiais de Interesse Cultural da Região do Urbana do Centro – ZEIC's Centro, nos termos dos artigos 41 e 43 da Lei Complementar nº 94 de 06 de outubro de 2010, que trata da Política de Desenvolvimento e o Plano Diretor de Campo Grande.

A proposta apresenta linhas de atuação para efetivar o cumprimento do plano de revitalização e são divididas em quatro estratégias que visam atender os artigos 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 161 de 2010. Ao que se propõe à intervenção: valorização do espaço público, animação cultural, revitalização econômica e proteção do patrimônio.

O Art. 6º da Lei nº 161/10 trata das questões estratégicas para a valorização do espaço público por meio de plano de mobilidade, com práticas que desestimulem o uso de veículos automotivos particulares, estimulando, nos limites extremos, áreas de concentração de estacionamento, subsidiando e promovendo a implantação de edifícios garagens. Outro ponto referido nas estratégias de valorização ao espaço público é a implantação de cabos subterrâneos. Por último, promover o uso da faixa de domínio público da ferrovia com implantação de parque linear de uso cultural. A linha de estratégias de revitalização econômica é tratada no art. 7º, destacando os seguintes aspectos: pelos mecanismos de desenvolvimento sustentável, diversificação e dinamismo das atividades econômicas, desenvolvimento do turismo, patrimônio e cultura, favorecendo políticas que privilegiem acesso à moradia, trabalho e produção, potencializando, assim, o território do Centro.

As outras estratégias, não menos importantes, estão dispostas nos artigos 9º e 10. De fato, contemplando as diretrizes apontadas pelo Estatuto das Cidades, que atua em consonância com nossa Carta Magna de 1988 e tão bem delegou à legislação superveniente as questões relativas aos Planos Diretores, de mobilidade urbana e outros instrumentos necessários à condução das políticas de desenvolvimento urbano.

Cabe um parêntese de dimensão considerável na pesquisa, assim como para a compreensão do que se propõem no presente debate, visto que até agora se apresentou o entendimento de muitos autores sobre o distanciamento entre a legislação produzida para as políticas públicas de planejamento e desenvolvimento urbano no Brasil. Assim, cabe uma reflexão ou um grifo de atenção para o Capítulo 3º da referida Lei nº 161, de 20 de julho de 2010, que trata de descrever as práticas de implantação e controle urbanísticos definidos pelo zoneamento urbano. O artigo 12 estabelece o regime específico:

O regime urbanístico específico a vigorar nas ZEIC's Centro objetiva:

- I - proteger os bens de interesse histórico e cultural, a ambiência urbana e a paisagem;
- II - valorizar a centralidade dessas áreas e os imóveis e locais de especial significado histórico-cultural para a cidade;
- III - estabelecer índices urbanísticos específicos, compatíveis com os objetivos de requalificação urbana da área e da proteção da paisagem;

IV - assegurar a qualidade ambiental e o controle da poluição sonora e visual;

V - adotar normas e procedimentos específicos, relativos às posturas municipais, de forma a promover a ordem pública, a qualidade da ambiência urbana e a estimular a melhoria da estética urbana das edificações e do espaço urbano;

VI - adequar o disposto na Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo de Campo Grande, para a área central da cidade, às diretrizes e estratégias constantes do Plano para Revitalização do Centro.

Parágrafo único. Aplica-se, no que couber às Áreas de Influência das ZEIC's Centro o disposto no caput deste artigo.

As centralidades urbanas, para Castells (1982), geralmente não são reproduzidas, elas surgem por convergências de interesses sócio-espaciais que escapam da dimensão do legislador e do planejador e, seguindo a tendência de especialização do espaço apresentada por Santos (1993), o território assumirá determinadas especificidades que, embora sejam potencializadoras da diversidade e multiplicidade em contexto de territórios em rede, podem se distanciar das diretrizes de valorização urbana propostas para o centro quando da potencialização de usos diversos, incluindo o uso residencial.

O centro urbano de Campo Grande concentra a maior quantidade de domicílios no tocante à ocupação imobiliária. Entretanto, a população residente é muito pequena; de acordo com os índices apresentados no Perfil Sócio Econômico do Planurb (2017), o percentual populacional de habitantes da zona urbana do centro corresponde 9,03% da população total urbana, com taxa de crescimento populacional negativa de -0,63%, de acordo com o censo demográfico do Planurb (2010).

Destacadas as preocupações relacionadas à multifuncionalidade na área central, não distante e de não menor relevância o Art. 13 da Lei nº 161, de 20 de julho de 2010, apresenta itens para estruturação urbana:

Art. 13. O regime urbanístico das ZEIC's Centro implica na adequada regulamentação, entre outros, dos seguintes aspectos:

I - sinalização de trânsito e turística;

II - mobiliário urbano;

III - equipamentos temporários;

IV - conservação e padronização das calçadas;

V - infraestrutura: rede de distribuição de água, esgotamento sanitário, combate a incêndio, energia elétrica, iluminação pública e telecomunicações;

VI - arborização;

VII - uso e ocupação do solo;

VIII - controle da poluição sonora e visual;

IX - horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviço.

Parágrafo único. Os imóveis localizados nas vias limítrofes das ZEIC's Centro ficam sujeitos aos condicionantes estabelecidos no caput deste artigo.

A necessidade de implantação de infraestrutura no centro e a ampliação destas práticas para o encaminhamento das políticas de desenvolvimento urbano na relação centro/centralidades é ratificada na afirmação de Spósito (1996 p. 111):

Não é possível discutir a implantação de loteamentos e periferização sem falar de centro/centralidade; falta de equipamentos e infraestrutura urbana, sem falar de concentração destas melhorias no centro; espaço de reprodução da força de trabalho, sem falar no espaço de circulação e de produção de serviços; de verticalização, sem tocar na questão da centralidade simbólica.

O questionamento a se fazer é quando a gestão pública produz argumentos relacionando a inexistência de uma estrutura urbana, apresentando uma (re)estruturação relativizada no discurso de ordenamento e zoneamento na implementação de regras de uso e controle que considera falta de estruturação espacial. De acordo com Castells (1972, p. 64 *apud* SPÓSITO 1996, p 113): “O espaço é estruturado, quer dizer ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social”. Deste modo, conclui Spósito (1996, p 114):

A cidade é ao mesmo tempo, o lugar da produção e do consumo, e os espaços serão consumidos tanto para a produção de bens e serviços, como para a reprodução da força de trabalho, e para a circulação, permitindo que a troca se realize. Este processo de consumo/(re)utilização dos terrenos disponíveis e/ou ocupados é contínuo e não pressupõe áreas de uso de solo exclusivos.

Muito além de apenas criticar o planejamento urbano aplicado à cidade de Campo Grande, o objetivo aqui é buscar encontrar indícios que conduzam aos processos de gentrificação, salientando que os mesmos decorrem tanto da produção

intencional quanto da falta dela. Para tanto, questionar a intervenção da administração pública nos centros urbanos e o legado histórico produzido pela mesma, quase sempre desfavorável aos vulneráveis e potencializador de invisibilidade, é algo que se faz necessário.

Cabe, a partir deste momento, apontar algumas das intervenções recentes produzidas no centro urbano ampliado de Campo Grande e, por meio deste, demonstrar o que fora evidenciado e as questões de segregação sócio-espacial decorrentes deles e por eles, como, por exemplo, a Orla Ferroviária, a Praça Ary Coelho ou a Orla Morena. Elegeu-se aqui a revitalização da Orla Ferroviária como objeto de análise.

Ao longo da história das cidades se faz nítido o interesse do capital especulativo imobiliário em regiões que passam ou passaram por intervenção pública produzida através de uma legislação construída e, de certo modo, debatida “democraticamente”. As participações do setor imobiliário em discussões “populares” se dão de modo nítido e notório, posto que, por interesses econômicos e de produção de mercado, demonstram sua força (MARICATO, 2011). Neste sentido, racionalizar e identificar tais questões, o desvelar de um esforço hercúleo feito pelo poder público e vislumbrando a reprodução de um espaço “eficiente”, tem delongado em revitalizações sucessivas produzidas na Orla Ferroviária, contida inicialmente na 1º etapa do denominado Viva Campo Grande, de 2008.

5.5.2 Revitalização da Orla Ferroviária

No ano de 2008, a Prefeitura Municipal de Campo Grande contraiu empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo escopo de atividades contemplava os seguintes empreendimentos: no contrato nº 1960/ OC-BR, assinado em junho de 2008, constam descritos como objetos do mesmo, segundo Groen¹⁴ (2015, p.37):

- Revitalizar a área central da cidade;
- Melhorar os sistemas de mobilidade da população;
- Melhorar a eficiência da gestão administrativa do município;

¹⁴ Empresa de Engenharia contratada para produção do Relatório de Aspectos Ambientais (RAA) em 2015, GROEN Engenharia Ambiental Ltda - EPP.

Ressalta-se que no referido período as obras de intervenção que constavam no projeto Viva Campo Grande, eram: 1) revitalização do centro da Orla Ferroviária, 2) mobilidade viária da Orla Morena e 3) mobilidade urbana da Via Morena. Os objetivos descritos no relatório de aspectos ambientais (RAA) para o que seria denominada no projeto da Orla Ferroviária em 2007, de acordo com a CITTÀ¹⁵ (2007, p.91):

Revitalizar área ociosa no centro da cidade, buscando a melhoria do seu padrão urbanístico, paisagístico, ambiental e social; **Promover**, através da iluminação pública, **segurança** e conforto para a circulação da população; Melhorar as condições de **acessibilidade**; Reconhecer as dinâmicas sociais, culturais e comerciais da área, bem como as transformações de seus espaços de convivência; Garantir a visibilidade da sinalização viária de sítios significativos e edificações consideradas patrimônio cultural; Promover a implantação de mobiliário urbano visando à melhoria de qualidade do espaço, mantendo uma relação de escala harmônica entre o equipamento e o espaço onde será implantado; Valorizar os espaços abertos, obras de arte e edificações, através da instalação de iluminação especial; Estimular o desenvolvimento de atividades noturnas; Estimular o desenvolvimento das atividades do comércio local.

De acordo com essas propostas, de fato sua materialidade constava de quando da inauguração em 2008, notadamente nas Figuras nº 2 e 3. Pode-se ratificar a produção do mobiliário, intervenção nas calçadas, implementação de iluminação e paisagismo, mas, concomitantemente, não se verificou a presença de seres humanos, ou seja, a presença de pessoas, a ocupação do espaço público com vida plena e em movimento. Alguns estudiosos, como Jacobs (2011) e Gehl (2013), anunciam uma preocupação com a ocupação dos espaços, posto que os mesmos carecem da presença de pessoas e não o contrário, como geralmente o senso comum afirma.

Inaugurada em 12 de dezembro de 2012, a Orla Ferroviária apresenta as características morfológicas de um espaço aprazível, um *boulevard* bucólico com grande apelo para a memória da população campo-grandense.

¹⁵ Empresa de Engenharia contratada para a confecção do Relatório de Aspectos Ambientais (RAA) em 2007, CITTÀ Planejamento Urbano e Ambiental S/S Ltda.

Figura nº 2: Orla Ferroviária à época da inauguração, no trecho entre a Av. Mato Grosso e Av. Calógeras.



Fonte: Campograndenews – Foto: Rodrigo Pazinato

O registro fotográfico acentua a capacidade do poder público em produzir espaços miméticos, mas completamente assépticos, relativizando e apelando para o inconsciente na memória coletiva com laços e vínculos emocionais de grande apelo à poética do espaço de Bachelar (2005). No entanto, essas experiências só se manifestam no inconsciente da individualidade humana e, na falta de um grupo, de uma comunidade de moradores de uso perene, acabam por diluírem-se na paisagem urbana e, em muitos casos, só retomam visibilidade quando da confirmação de seu estado real de abandono.

Figura nº 3: Trecho da Orla Ferroviária com destaque a grafite e “vagão/quiosque”



Fonte: MS notícias. Foto: Divulgação/Assessoria

A pesquisa aqui aponta para uma produção da urbanização brasileira e os novos discursos de revitalização de espaços públicos urbanos. Em período não muito distante de sua inauguração, a Orla Ferrovia já recebeu revitalização da revitalização em 2016 e, recentemente, o poder municipal apresentou uma nova (re) (re) revitalização, deixando transparecer que aposta na falta de memória da população, ou simplesmente não compreende que a apropriação dos espaços, para ser potencializa e ser exitosa, necessita da presença de pessoas.

Tome-se como exemplo a Figura nº 4, na qual se pode constatar a degradação do mobiliário e da infraestrutura local. As diretrizes ditas do projeto original, que viabilizariam segurança, otimizando o uso do espaço, não foram suficientes. Deste modo, o lugar não se manifestou com capacidade atrativa e, nesse sentido, a falta de cultura de uso é nítida (JACOBS, 2011).

Figura nº 4: “Vagão/quiosque” depredado e incendiado na Orla Ferroviária.



Fonte: Diário Digital Foto: Valdelice Bonifácio

Registro da Figura nº 5 demonstra também o descaso com manutenção. A região ainda apresenta resistência, sendo utilizado para atividades culturais e promoções sociais. Vale aqui ressaltar os argumentos postos por Jabos (2011) ao falar da segurança nas calçadas e da apropriação dos espaços com a justa delimitação entre o público e o privado e, principalmente, com relação ao que a referida autora denomina de “olhos da rua”. Os argumentos apresentados seguem no sentido de apostar na ressignificação das propostas e no modo como o Estado atua na produção de espaços.

Figura nº 5: Orla Ferroviária, diante da Morada dos Baís, com detalhe ao mal estado do calçamento.



Fonte: Midiamax

De acordo com Jacobs (2011), existe uma importância na vitalidade urbana para a qualidade de vida das pessoas e na sustentabilidade das cidades, estas devendo serem vistas e trabalhadas como sistemas vivos complexos em defesa contra o que ela denominou de paisagens monótonas, criadas pelos planejadores e que prejudicam o convívio entre as pessoas, enfraquecendo a economia das cidades devido à falta de diversidade estética e de usos nos ambientes criados.

As imagens dispostas demonstram em duas oportunidades a intenção de dar uso ao espaço público, apostando no engajamento de comunidades não residente na região. Porém, com um forte apelo para a ressignificação de uso destes espaços, com nuances de eventos gastronômicos, culturais etc.. As Figuras nº 6 e 7 estão relacionadas com a revitalização e ocupação dos espaços da Orla Ferroviária em 2016, visto que a apenas quatro anos de sua inauguração já carecia de uma reinvenção de uso ou de viabilidade do mesmo.

Figuro nº 6: Aula de ginástica em parte do calçadão da Orla Ferroviária com presença de destacamento da Guarda Municipal.



Fonte: Primeira Noticia. Foto: Gabriela de Castro

Há muito o manejo de classes sociais em centro urbanos é estudado. Para muitos autores, como Harvey (2013), a gentrificação se concretiza neste processo. Mais além da estratificação, na expulsão que se obtêm êxito, ela quase sempre é lenta e revestida de uma “elitização” espacial, como afirma (MARICATO, 2016). Os esforços para reproduzir um espaço que seja de “todos”, provavelmente não será privilegiador da diversidade. Neste sentido de igualdade a Constituição de 1988 já o faz a devida distinção; não se carece de discursos inclusivos, a realidade dada é da inexistência de aplicação de práticas definitivamente inclusivas, nas quais a cidade é para todos e de todos de fato, sem um tipo padrão, sem um conceito pronto (ROLNIK, 2016).

Figura nº 7: Pessoas reunidas e comendo em um dos “vagão/quiosque” na Orla Ferrovária.



Fonte: Primeira Notícia. Foto: Gabriela de Castro

Posterior a esta ocupação provocada e incentivada, o poder público apresentou sua vocação de “ordenador” do espaço e, demandado por um clamor de falta de segurança, desmobilizou a ocupação do espaço a ponto de classificar os tipos de atividades e investir em regras de controle e policiamento ostensivo, produzindo mais uma vez o esvaziamento e o reordenando do tipo de sujeito a ter direito ao uso dos espaços.

A terceira revitalização do espaço removeu os vagões que atribuíam ao saudosismo do trem e o vínculo do território com os trilhos. Não obstante, não se eximiu dos “equivocos” de outrora e novamente criou ícones de valor simbólico, mas agora o apelo estético e ligado ao discurso de “velho novo” de uma sociedade do movimento, da velocidade, da máquina, do progresso, apostando no que o apelo imagético produz: uma “nova” morfologia espacial estetizada de acordo com a Figura nº 8.

Figura nº 8: Instalação do Monumento à Maria Fumaça na Orla Ferroviária, no trecho da Av. Mato Grosso com a Av. Calógeras.



Fonte: Correio do Estado. Foto: Izabela Jornada

Neste momento, o adeus aos vagões da saudade e a substituição pela máquina que se não impulsiona o progresso, mas o arrasta, trazendo um novo momento ao espaço urbano em um território hora precário de vida. Entretanto, o abastecimento de equipamentos passíveis de uma eficiência são denegados por um símbolo que, infelizmente, não parece de real valor e uso, dado ao fato que a maioria das pessoas, usuários e patrocinados, por um frágil movimento de resistência de outrora, não fazem mais parte deste contexto. A ação pública gentrificou o território delegando o uso aos “outros”.

6 PLANEJAMENTO URBANO X CRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo se alinha com o objetivo de indicar um modelo de planejamento ou de política de desenvolvimento que contenha uma escala mais adequada ao desenvolvimento local. Em muito parece que deva ser encaminhado se apoiando em um modelo *button up* de planejamento, uma propositura mais horizontalizada, menos vertical. Deste modo, partir do endógeno, busca-se verificar os saberes e dimensionar questões da vida cotidiana, não se revestindo de uma ingenuidade da reminiscência de uma vida de paisagem bucólica, mas se aliando às questões tecnológicas de desenvolvimento e produção, sem perder o diapasão da dimensão espaço tempo do local.

6.1 Um conceito de desenvolvimento urbano – dimensão do poder local

Por vezes o desenvolvimento tende a ser confundido com o crescimento econômico, aceleração e outras questões relacionadas a expulsões, segregação. Envolver-se ou (des)envolver em uma dimensão menos danosa, na perspectiva da América Latina, seria quebrar paradigmas, desconstruir teorias e redimensionar a escala que realmente irá produzir desenvolvimento que, se pleno, não contemplará somente as questões econômicas, outrossim permitirão um desenvolvimento pleno.

Por analogia, Dowbor (2016) apresenta uma dimensão de desenvolvimento ou, como ele afirma, um movimento de se apresentar na simplicidade de uma estrutura comunitária, neste caso francesa, em Grenoble. O simples fato de poder escolher como viver e atuar define o grupo. Ao descrever esta comunidade, nota Dowbor (2016, p. 09) que:

Os diversos prédios do conjunto são interligados em diversos andares, que permitem fácil comunicação interna. A escola, no térreo, permite que uma criança vá comer um sanduiche em casa entre uma aula e outra. As outras atividades que respondem a necessidades diárias estão dispersas no espaço do conjunto: o mercadinho, a farmácia, a lavanderia e outros, compondo o chamado espaço “de a pé”, que permite ao homem e à mulher trabalharem sem se verem submetidos ao suplício diário quanto ao horário da criança na escola, da compra esquecida.

Utilizando da poética do espaço, Dowbor (2016) segue descrevendo o térreo, os pavimentos; o espaço de fora e o de dentro. A exemplo de Bachelar

(2005) tenta indicar com maestria em sua obra *A poética do Espaço*, as percepções e as construções ambientais do ser, a exemplo da análise fenomenológica de Husserl, trabalhada por Heidegger e Merleau-Ponty, o território e sua valoração objetiva e subjetiva, presente em outros autores, que podem e devem auxiliar na compreensão deste poder local. Ao descrever os espaços de fora, Dowbor (2016) amplia esta valoração ambiental na construção que potencializa um “convívio social efetivo”.

Na realidade dos modelos brasileiros de ocupação do território urbano, muitos autores já o questionaram, porém, continua-se a incorrer no mesmo equívoco, na escala dos espaços, na forma de utilizar e na setorização errônea, produtora de escassez e ineficiência, conforme aponta Santos (2001). O clamor pela presença do Estado na produção dos espaços de vivência e no modo de utilizá-los é algo incutido no pensamento desde a tenra infância; tal disfarce perverso dos interesses do setor imobiliário vem há muito tempo produzindo as desconexões sociais em espaços urbanos incansavelmente descritos por autores diversos.

Jacobs (2011, p.154), no auge do seu embate com os “poderosos” do setor imobiliário estadunidense, já apontava: “[...] a análise das cidades, uso por uso – tornou-se um recurso do planejamento urbano”. Pode-se inferir que a paisagem artificial, concebida por um modelo mecanicista, só pode servir de instrumento aos interesses especulativos e não produzem territórios validados pela vivência local; podem sim ser espaços produzidos, porém jamais vividos. Neste sentido, contextualizar o cenário dito moderno das cidades que, em detrimento da qualidade de vida dita “bucólica”, fazem os espaços urbanos serem potencializados ao máximo nos seus usos, fomentando a escala do mercado, do negócio de imóveis e não da comunidade, no sentido de bairro, produzindo na paisagem urbana espaços individualistas e assépticos sem relação nenhuma com o entorno.

Nesta escala, fica visível a necessidade de ressignificar a palavra vizinhança, há muito romanceada e “subjetivizada” pelos interesses econômicos (JACOBS 2011). Nessa perspectiva, torna-se premente o empoderamento cidadão, coletivo. Esta coletividade urbana, a vizinhança; de forma simples e prática, pode atuar na construção ou na reterritorialização desses espaços, posto que não se apresentam de outra forma e, de certo modo, se o foram território, sempre estiveram na posse do outro, e este outro não possui empatia, pois ele é o mercado, o

negócio, o individual. Aqui talvez caiba o termo desterritorialização apresentado por Gilles Deleuze¹⁶.

O espaço urbano vem sendo repetidamente produzido em dimensão industrial, descaracterizando o local, as relações locais, as comunidades locais. Produz instrumentos e dispositivos urbanos que apostam nesta desconexão e os “corações e mentes” seguem reproduzindo essa verdade mercadológica. Os automóveis, a cidade do deslocamento, da não apropriação humana, os espaços que se tornaram de passagem, não servem para construir relações subjetivas, memória coletiva e valoração simbólica afetiva por não produzir enraizamento, nem tampouco sentimento de pertença.

Para todas estas desconexões, aponta Dawbor (2016, p. 12): “a nossa passividade tem sido alimentada em duas fontes”. A construção da individualidade, aquela que delega a presença de uma força que age e interage com o ambiente, ajustando tudo a sua vontade sem necessidade de intromissão nas questões que interferem na política urbana, é seguida pelo Neoliberalismo ao se delegar a gestão e o planejamento de tudo que nos cerca (DAWBOR, 2016). Infere-se aqui a preocupação do autor com a construção social dos espaços e a relação que, a partir dela, materializa e pode descrever as representações sociais e os movimentos sociais no Brasil. Em centros urbanos pode-se denominar aquilo que Raquel Rolnik (2016) aponta como a precarização dos serviços e produtos, a financeirização da habitação, com a reinvenção das cidades dormitório do período industrial e o privilégio das instituições privadas.

Demonstrando a necessidade de uma visão mais pontual, em relação ao município, a dimensão do bairro, da comunidade, Dawbor (2016) apresenta o seu conceito de “poder do local”. Este deve ser a ferramenta utilizada como antídoto à tecnocracia, às produções fora da escala comunitária que sempre foram utilizadas como impedimento para o desenvolvimento local e a sustentabilidade. No cenário mundial, comunidades locais têm tomado conhecimento do seu poder, deste *known*

¹⁶ Entre 1944 e 1948, Gilles Deleuze cursou filosofia na Universidade de Paris (Sorbonne). Concluído o curso em 1948, ele dedicou-se à História da Filosofia, tornando-se professor da matéria na Sorbonne de 1957 a 1960. Em 1962, conhece Michel Foucault, de quem se tornou amigo até sua morte em 1984. Apesar da amizade, não trabalharam juntos, mas foram apontados como responsáveis pelo renascimento do interesse pela obra de Nietzsche. Entre 1964 e 1969, foi professor de História da Filosofia na ainda unificada Universidade de Lyon. Em 1968, ele conheceu Félix Guattari, e este encontro resultou em uma longa e rica, e considerada por muitos controversa, colaboração.

how peculiar ao entorno, demonstrando a importância de uma construção de consciência coletiva como ferramenta de engajamento e de resistência.

6.2 A imposição do modelo de desenvolvimento

O cenário mundial e das economias dos países capitalistas desenvolvidos demonstram uma realidade que não pode ser descartada. A grande proposta de um modelo de desenvolvimento apresentada pelo governo norte-americano no pós-guerra, e que se pode notar inclusive em alguns países do Leste Europeu, é calcada no modelo de desenvolvimento dominante que delega aos menos desenvolvidos a incumbência de prover e desenvolver aquilo que eles intelectualmente modelam (DAWBOR, 2016). Nessa abordagem de países “em desenvolvimento”, a representatividade populacional remonta três quartos da população mundial e, para os próximos anos, esta fração atingirá a proporção de quatro quintos. À medida que a população mundial aumenta, notadamente registra-se uma desproporção de números, tanto populacional quanto de distribuição de renda, na medida de um décimo, ou seja, para cada nascimento em países desenvolvidos, dez são computados no “terceiro mundo”. Esses números só indicam a relação abissal entre desenvolvidos e subdesenvolvimento (Terceiro Mundo).

Cabe um grifo a proposital inserção do termo subdesenvolvido na discussão do terceiro mundo. Essa divisão é fictícia desde sua concepção, no discurso de Henry Truman, e tudo aquilo que fora construído como modelo de desenvolvimento. Inclusive o termo desenvolvimento, de acordo com Gustavo Esteva, na maioria das vezes quando dito se presta a descrever e representar o oposto (ESTEVA, 1996, p. 52).

Neste sentido, nota-se que é inconcebível manter a cartilha de alfabetização do Desenvolvimento Local sob a ótica do Primeiro Mundo, da política econômica mundial e dos interesses privados. Essa herança, que indica Dawbor (2016), é predicado da globalização instituída por camadas distantes do poder local, entretanto, está submetida aos arranjos locais, ao seu modelo de desenvolvimento que pode ser entendido como aceleração, crescimento e sequestro.

Ao apresentar os números desta herança de política econômica, pode-se compreender o quão distante do planejamento e da gestão está o local no contexto

global. Os índices de desigualdade na América do Sul, principalmente no Brasil, são extremamente importantes para estabelecer um parâmetro e avançar em alguns paradigmas estabelecidos na elaboração do dito desenvolvimento. O equilíbrio entre a produção de bens e serviços e o acesso aos mesmos por si basta para indicar o quanto essa distribuição deveria e poderia ser mais equânime sem prejuízo a quem produz (DAWBOR, 2016).

Assim, caminha-se para o abismo da desigualdade social e a ocupação espacial dos mais pobres e dos mais ricos é notada pela existência de muros, uns físicos, aparelhados de dispositivos tecnológicos, e outros invisíveis, que segregam ao demonstrar toda a face deste modelo de crescimento. Deve-se considerar outra calamidade: as questões ambientais que tomam relevo e clamor de urgência. Não há eficiência na distribuição de renda, na utilização dos recursos econômicos e tampouco na utilização do ambiente. Não há de se falar em (des)envolvimento quando os participantes não possuem ferramentas e acesso democrático aos itens da “cesta” ofertada por esta receita de ocupação e distribuição de renda.

Como alternativa a tudo isso, Dawbor (2016) cogita o “Bem Viver” como articulador e facilitador, não como instrumento para solucionar todos os problemas. Entretanto, um pouco de bom senso seria caminho para uma paisagem social e econômica mais favorável. A globalização é fato, mas as particularidades e pormenores devem ser árdua e constantemente suscitados. De acordo com Dowbor (2016, p. 20):

[...] nem tudo é global: a qualidade das nossas escolas, das nossas ruas, a riqueza cultural da nossa cidade, o médico da família, as infraestruturas de esporte e lazer, o urbanismo equilibrado – tudo isso depende eminentemente de iniciativas locais.

Para tanto é necessário que o poder local e sua força natural sejam potencializados. Não se pode delegar às outras camadas da rede sistêmica as decisões básicas que dizem respeito às questões do local. A política social e econômica deve ser construída nesta realidade e a ideia de poder centralizado, pela qual se encaminham todas as decisões do futuro das comunidades, não é e jamais será eficiente, por não ter capacidade e por estar sensível às questões cotidianas.

6.3 Um paradigma alternativo

Dando início às discussões da construção da desigualdade brasileira, vale a pena inserir, nesta discussão do poder local, a seguinte afirmação de Souza (2006, p.23):

[...] a superação de um paradigma teórico, ainda que esta seja obviamente inadequado e insuficiente, não pode ser “decretada”, mas exige a construção explícita de um paradigma alternativo que explique as questões centrais do outro paradigma de forma mais convincente dando conta das falhas e silêncios do modelo anterior.

Partindo desta premissa, o discurso retórico do neoliberalismo acerca da presença do Estado na administração central não tem respaldo na fala crítica dos liberais que justificam o Estado Mínimo, posto que o Estado tem materializado sua existência em países mais ricos, de acordo com os dados que Dawbor (2016) apresenta. Dados apresentados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam o percentual do governo central no Produto Interno Bruto (PIB) para países de baixa renda em pouco mais de 17%, enquanto nos mais ricos a faixa de participação quase dobra, sendo 31%. Dados de 2007, em comparativo simples nos dias atuais, se nota na França, por exemplo, mais de 50% da participação no PIB, e na Índia a presença é de 12% (TRADING ECONOMICS, 2018).

Com esses dados, a quebra do paradigma relativo à presença do Estado não pode ser abandonado, muito menos dispensado, por um discurso desqualificado que relativiza tudo a pecha do “comunismo” (DAWBOR, 2016). O pensamento aqui em destaque refuta “a mão invisível” que tudo provê e traz à luz uma forma de se fazer perceber o quanto pode ser importante a presença do “estado”. O desvio de foco dado pelo discurso do Desenvolvimentismo é o mesmo nesta abordagem; não se trata de convocar o Estado Mínimo do pensamento Neoliberal, mas encontrar a escala na qual ele seja eficiente, seja Federal, Estadual, Municipal, dos Bairros (gestão participativa) etc., assim como não se pode discutir desenvolvimento na escala global com as cartas do jogo sendo fornecidas pelos “inventores” do processo. A que se refere esta escala, Dowbor (2016, p.23) afirma:

Ao vermos crianças brigando com giz numa escola, poderíamos concluir que se deve proibir o giz, ou reduzir o número de escolas, mas não teria muito sentido. Da mesma

forma somos submetidos ao martelamento de propostas de se “privatizar” e “enxugar” o Estado, quando o que devemos enfrentar é o problema de como o Estado se organiza, quem o controla, e, sobretudo, a quem serve.

Neste ponto grifa-se este modelo de discurso que fora construído ao longo de quatro décadas para justificar a diminuição da dita “estatização”. Na cidade de Santos, município do Estado de São Paulo, enquanto as dificuldades de regular e qualificar a limpeza urbana posterior à realização da feira, uma prática semanal, o gestor, tomada a consciência da dificuldade de fiscalizar a execução da limpeza (terceirizada) posterior ao evento, determinou que a mesma fosse atestada por três moradores residentes no local, pondo fim a longa controvérsia da realização ou não do serviço e das queixas provenientes do fato.

Vários autores descrevem e tratam da morte do discurso do desenvolvimento construído entre os anos de 1960 e 1970. Wolfgang Sachs (2006, p. 01) afirma:

¹⁷Los últimos cuarenta años pueden ser denominados la era del desarrollo. Esta época está llegando a su fin. Ha llegado el momento de escribir su obituario. Como un majestuoso faro que guía a los marineros hacia la costa, el «desarrollo» fue la idea que orientó a las naciones emergentes en su jornada a lo largo de la historia de la postguerra. Independientemente de que fueran democracias o dictaduras, los países del Sur proclamaron el desarrollo como su aspiración primaria, después de haber sido liberados de su subordinación colonial. Cuatro décadas más tarde, gobiernos y ciudadanos tienen aún fijos sus ojos en esta luz centelleando ahora tan lejos como siempre: todo esfuerzo y todo sacrificio se justifica para alcanzar la meta, pero la luz continúa alejándose en la oscuridad.

Neste momento também há de se convocar uma fala que põem por terra toda essa teoria de desenvolvimento. Na obra *Os Condenados da Terra*, publicada

¹⁷ Tradução do Autor: Os últimos quarenta anos podem ser denominados a era do desenvolvimento. Esta época chegando ao seu fim. Este é o momento de escrever seu obitúário. Como um imponente farol que guiava os marinheiros na costa, o desenvolvimento foi o modelo que orientou as nações emergentes ao longo da história no pós guerra. Independentemente terem sido democracia ou ditadura os países do sul proclamaram seu desenvolvimento como intenção inicial após deixarem de ser colônia. Quatro décadas depois de se libertarem, governos e cidadãos fixam seus olhos na luz que brilha distante como sempre: todo o esforço e sacrifício realizado para justificar o alcance de determinada meta, entretanto a luz se faz distante e o que existe é obscuro.

em 1961, de Franz Fanon ¹⁸ e prefaciada por Jean Paul Sartre ¹⁹, está a comprovação de que certos modelos possuem necessidade de revisão, principalmente os argumentos históricos que constroem a invisibilidade social a longa data. Alinhado com esta forma de proceder, Sartre aponta a justificativa – Quem fala? Do que fala? De onde fala? Sendo assim, só pode ser descartado ou “perdido” o paradigma, não havendo pertinência na dimensão local.

Muito pertinente é trazer a discussão para uma escala adequada, na esfera local, na dimensão mínima que se possa encontrar de uma comunidade, nesse caso urbana. A menor escala é a quadra, o “quarteirão”, conforme Jacobs (2011) aponta; nada mais apropriado para identificar suas prioridades, potencialidades e qualidades do que o Ser envolvido, contextualizado e apropriado.

6.4 Na dimensão do território; a necessidade de uma gestão descentralizada

A transição da vida rural para vida urbana; o êxodo rural crescente e progresso decorrente do desenvolvimento industrial, com todas as transformações morfológicas, sociais e econômicas, passaram a produzir indivíduos e as mais variadas experiências. As cidades com grande crescimento populacional potencializam mazelas sociais; a escassez de moradia, o difícil acesso a condições dignas de higiene, as relações de trabalho, tudo isso e muito mais serve para construir um cenário que principia a preocupação da sociedade organizada e seus representantes. Neste momento tem início as medidas de profilaxia no meio urbano: surgem as primeiras legislações de usos dos espaços, higiene, trabalho, saúde e os princípios norteadores de uma teoria do geral do urbanismo (CHOAY, 2013).

Em termos comparativos, Dawbor (2016) aponta a relação deste desenvolvimento urbano às mudanças descritas na realidade da vida dos humanos e a velocidade como isso ocorre se expressa em números. Entretanto, o principal fato a ser notado não é o modelo de ocupação, mas a forma como estes índices

¹⁸ Frantz Omar Fanon (Fort-de-France, Martinica, 07/1925 – Bethesda, Maryland, 12/1961) foi um psiquiatra, filósofo e ensaísta marxista francês da Martinica, de ascendência francesa e africana. Fortemente envolvido na luta pela independência da Argélia, foi também um influente pensador do século XX sobre os temas da descolonização e da psicopatologia da colonização.

¹⁹ Sartre (Paris, 06/1905 — Paris, 04/1980) foi um filósofo, escritor e crítico francês, conhecido como representante do existencialismo. Acreditava que os intelectuais têm de desempenhar um papel ativo na sociedade. Era um artista militante, e apoiou causas políticas de esquerda com a sua vida e a sua obra.

estão distribuídos no globo terrestre. A vida urbana é realidade no modelo globalizado, mas existe uma ordem que deve ser respeitada e começa pela quantidade populacional. No cenário mundial pode-se notar uma evolução populacional, aparentemente comportada, conforme indica o quadro abaixo:

Quadro nº 1: Demonstração do aumento percentual da população urbana mundial

ANO	POPULAÇÃO URBANA
1950	29,60%
1975	37,20%
2003	48,30%
2015	53,06%

Fonte: Organização das Nações Unidas

Neste ponto existe a necessidade de produzir um grifo e guardar as proporções na ocupação urbana. A Organização das Nações Unidas (ONU) faz uma projeção para que em 2050 o mundo esteja com 68,40% de sua população vivendo em áreas urbanas. Porém, deve-se extrair alguns números para que essa realidade apresente outra verdade; em países superpopulosos, como China e Índia, esses percentuais caem para menos da metade da população. Em países menos desenvolvidos, também, o que aponta para outra verdade. Nesta perspectiva, a vida no cenário urbano será, em 2050 uma realidade estimada de 86,6% de população.

Este modelo de ocupação urbana se torna mais agressivo no Brasil, onde hoje 85,00% da população é urbana, demonstrando que a ocupação do território sofre um gigantesco desequilíbrio, apostando-se em um modelo de desenvolvimento, como dito anteriormente, equivocado, pois não desenvolve o local e tem sido potencializador das maiores desigualdades sociais. A instrumentalização do planejamento urbano contemporâneo, com mecanismos de setorização e segregação de atividades, é um legado das cidades modernistas, mas não é exclusivamente um desejo da sociedade industrial.

No livro *História da Cidade*, Benevolo (2012) aponta em várias culturas a busca pelo modelo ideal de cidade. Os gregos e suas cidades-estado, os arquitetos da renascença com a proposta do projeto da cidade de Palma Nova; são todos precedentes para o modelo visto como definitivo durante a Revolução Industrial. A

cidade moderna, concebida neste período e a sua disseminação, são denominações da cidade industrial, com vias e eixos de deslocamento, setorização e subúrbio e podem de fato ser denominado o legado urbanístico da Idade Moderna.

Nessa cidade moderna, o modelo de ocupação progressista desenvolvido no limite do perímetro urbano com os ditos modelos expansionistas, ocupa assento no pensamento da cidade contemporânea, validando este modelo descentralizado de gestão que produz a precarização dos espaços urbanos. Privilegiam-se as grandes incorporadoras com o mecanismo de potencializar a especulação imobiliária em detrimento da real política social, com investimento no desenvolvimento local de fato e fomentando a ocupação dos espaços existentes e consolidados, com uma infraestrutura urbana adequada e serviços e comércios presentes, gerando emprego, renda, produção e consumo sustentável. Conforme Maricato (2011, p.105) descreveu:

[...] uma nova formulação teórica sobre a metrópole na periferia do capitalismo. Esse esforço não se deu apenas no campo teórico empírico que teve como objeto a **urbanização periférica** [...] O território da pobreza urbana não se refere a uma minoria excluída ou marginal, ma em algumas cidades (como, por exemplo, Belém, São Luiz, Fortaleza, Recife, Salvador) compreende a maioria da população.

Todo esse desvelar enfatiza a questão pertinente e relevante da importância de uma gestão local, posto que, no modo de vida urbano e na escala de municípios e bairros, as decisões da maioria dos investimentos que dizem respeito ao local só podem ser assertivas quando tomadas nesta escala. Cabe a consideração de que nessas comunidades os modos de produção local devem ser potencializados com a construção de redes locais que fortaleçam a comunidade evitando, assim, os processos de aceleração e sequestro descritos por Gilbert Rist ²⁰ (2016) e tantos outros defensores do poder local. Por exemplo, Sassen ²¹ (2016,sn):

Trabalhadores, florestas, geleiras etc., as economias encolhem e degradam a biosfera, enquanto o aquecimento global e o derretimento das geleiras aceleram a uma velocidade inesperada. A concentração da riqueza encoraja o processo de

²⁰ Gilbert Rist é um professor suíço do *Institut Universitaire d'Études du Développement* ("Instituto Universitário de Estudos de Desenvolvimento") em Genebra. Tornou-se mais conhecido por seu estudo inovador do conceito e prática do desenvolvimento.

²¹ Saskia Sassen, uma especialista em vários aspectos da Globalização, urbanismo e da migração humana, é professora de Sociologia na Universidade de Columbia em Nova York e professora visitante da London School of Economics. Em 2013 ela ganhou o Prêmio Príncipe de Astúrias de Ciências Sociais.

expulsão de dois tipos: dos mais desfavorecidos e dos super-ricos. Estes dois grupos são abstraídos da sociedade em que vivem fisicamente. Eles evoluem em um mundo paralelo reservado para castas e não assumem as suas responsabilidades cívicas. Em resumo, o algoritmo do neoliberalismo não funciona mais.

As centralidades tomam corpo em outra dimensão, favorecendo o local e suas potencialidades. É impossível dar continuidade aos modelos de gestão que enviesam e entregam, quase sempre, o modelo que desconsidera as qualidades locais e as suas peculiaridades. Um modelo que seja emergente de planejamento e desenvolvimento, que parta de um centro, de um local e que transcenda as esferas da gestão municipal, estadual e nacional, tem maiores condições de ser positivo e viabilizar amplo crescimento, do que quando produzido de cima para baixo como foi visto ao longo da história.

6.5 Empoderamento local

A participação cidadã produz intervenções sociais por meio de eixos “político partidário e, em menor escala, sindical trabalhista.” (DAWBOR, 2016, p.29). Entretanto, não menos importante é a necessidade de um terceiro eixo perceptível neste contexto de mundo globalizado. Tal eixo do poder local pode ser a comunidade, o bairro, o município, a organização comunitária ou a organização social.

Um cidadão que não possui interesses em seu bairro ou se desacredita dele, transfere-se até mesmo se esta realidade ocorre em uma cidade. A mudança deixa transparecer a falta de enraizamento do ser e a relação de pertencimento ao local, a vontade de pertencer. O empoderamento deve ser construído com as práticas do exercício cívico comunitário que não é produzido em um evento apenas e não “acontece” simplesmente, pois essa construção deve ser provocada com modelos participativos que deleguem autonomia local.

Dawbor (2016) apresenta alguns modelos baseados na construção de boas práticas sociais, como por exemplo: a democratização das informações, a participação da sociedade civil, a descentralização em âmbito de sub prefeituras e ainda cita alguns exemplos de cidade brasileiras que seguem o modelo de cidades sustentáveis mostrando que isso pode realmente se tornar realidade e não apenas

uma utopia da vida urbana. A convergência de forças de dimensões múltiplas tem produzido uma desumanização, incutindo objetividade em detrimento da subjetividade e, deste modo, também se nota outras globalizações decorrentes da sociedade, dos direitos, da preservação dos direitos humanos. Nesse sentido, a necessidade de um envolvimento de modo local, um estado de consciência e vigilância já é atuação dos agentes no controle e na divulgação de fatos de riscos e atos que possam ferir as dimensões da vida local (SASSEM, 2016).

É válido apresentar a intervenção do gestor local em Piraí, cidade fluminense que trouxe a figura de um pesquisador do Desenvolvimento Local para gerar a inclusão digital, potencializando as empresas locais com acesso às redes digitais e fomentando, assim, a economia local com a desintermediação econômica, libertando os mesmos de atravessadores de sua produção de pele de tilápia que, hoje, é negociada diretamente com o consumidor final no Japão. Essa inclusão digital não fomentou apenas a esfera econômica, nas escolas, mas vários processos de interação digital potencializam o conhecimento escolar, por exemplo, em aulas de geografia e outras instâncias da dimensão sócio-cultural (DAWBOR, 2016). Desse modo a inserção democrática é construída, apostando na capacidade da comunidade local e realizando de modo prático e operativo as conexões e as construções.

6.5.1 Controle dos fatores

A “descentralização” ou centralidade no poder local tem por eficiência a dimensão, a escala assertiva. Por muito tempo houve a discussão entre ser grande e produzir em grande escala, em camadas de uma rede sistêmica que há muito se distancia do objetivo inicial ou mesmo do que poderia ser denominada carta de intenções. Como exemplo a indústria automobilística que tem sido apresentada na ideologia de crescimento e desenvolvimento como item crucial para tanto da mesma forma que estão sendo produzidas, planejadas e geridas as cidades.

O conceito de desenvolvimento, empregado pelo setor industrial de larga escala de produção, potencializa a produção em massa, retirando do produto outras características que a produção menor e na escala local teriam condições plenas de reconectar às individualidades no mundo moderno e, neste sentido, reforçar a força de produção local e sua dimensão. A essa individualização e às crises de identidade

discutidas por Stuart Hall²² e abordadas por Bauman (2009, p. 185), tem-se a grande adversária do poder local:

O que a idéia de “individualização” é a emancipação do indivíduo de determinação atribuída, herdade e inato do caráter social dele ou dela: uma separação corretamente vista como uma característica muito clara e seminal da condição moderna. Em resumo, a “individualização” consiste em transformar a “identidade” humana de uma coisa “dada” em uma tarefa – e encarregar os atores com a responsabilidade de desempenhar essa tarefa e de arcar com as consequências (e também com os efeitos colaterais) de seu desempenho; em outras palavras, consiste em estabelecer uma autonomia “*de jure*” (porém não uma autonomia de *facto*).

A centralização a que se refere Dawbor (2016) é esta que atua de forma impessoal e descaracterizada, não apropriada das reais necessidades locais assim como a grande indústria que produz em larga quantidade, porém sem a menor razoabilidade nem tampouco aplicação na dimensão cotidiana e peculiar de cada comunidade. Nesse ponto da discussão acerca do empoderamento local, pode-se encaminhar para modelos de reconstrução coletiva. Entretanto, mesmo assim a palavra modelo reproduziria o mesmo modelo de produto processado e produzido em condições de outra dimensão.

O grande abismo gerado pela polarização social é que deve ser posto em discussão. Essas mazelas sociais estão presentes na vida predominantemente urbana da realidade brasileira como demonstrado anteriormente e os impactos ambientais gerados, também estão entranhados em todo seu contexto. Sendo assim, aponta-se para a real pertinência de todas essas discussões, planejamentos e gestões de atores e participantes na dimensão do poder local.

Há de ser notada nas comunidades locais sua capacidade de ser, de fato, conjunto, possuindo senso de coletividade, solidariedade e outras questões humanas que só podem ser demandadas por aqueles que realmente irão colher os frutos dos acertos e desacertos, onde a dita “velocidade” pode fazer a diferença, não com propósito de aceleração econômica ou qualquer outro argumento que não seja

²² Stuart Hall (Kingston, 02/ 1932 -02/2014) foi um teórico cultural e sociólogo jamaicano que viveu e atuou no Reino Unido a partir de 1951. Hall, juntamente com Richard Hoggart e Raymond Williams, foi uma das figuras fundadoras da escola de pensamento que hoje é conhecida como Estudos Culturais britânicos ou a escola Birmingham dos Estudos Culturais. Ele foi presidente da Associação Britânica de Sociologia entre 1995 e 1997.

a correção do rumo e ajustes relacionados à vida comum. Neste sentido, conforme acredita Dowbor (2016, p. 38): “A articulação desses dois processos — urbanização e concentração de renda — constitui o pano de fundo sobre o qual devemos procurar as nossas alternativas de desenvolvimento”.

Nada mais certo que afirmar que a questão fundiária no Brasil é determinante para a solução, tanto na questão do espaço urbano e rural quanto para a distribuição de renda. No tocante a esse assunto, o grande “vespeiro” da política brasileira é espinhoso e, de certo modo, de alto risco, posto que a minoria dominante ou elitizada detém a caneta e tem grafado, nesta agenda, sua vontade vinculada à centralização do poder na grande escala nacional e com argumentos sempre pífios e desqualificados, atentando contra a vontade do poder local.

O crescente processo de urbanização de nossas cidades é fruto da má distribuição da terra em nosso país e, de certo modo, os grandes latifúndios são vetores da questão urbana e da má distribuição de renda. Senão observe-se os dados do censo agrário realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que aponta para o modelo de concentração da terra em que 1% dos proprietários detém 45% de toda terra dita produtiva, e 10% das mesmas são de fato utilizadas, em comparação com os pequenos produtores, que tornam 65% de suas terras em áreas de fato.

Estando este cenário estagnado há muito no Brasil não acompanha outro índice apresentado pela ONU, no qual o êxodo rural cresce à galope. Tais fatos podem ser facilmente demonstrados pelo percentual de crescimento da ocupação de áreas periféricas nos centros urbanos, cerca de 10%. Tal crescimento apresenta um descompasso com a administração pública local, que não detém condições nem habilidade para atuar na implantação de infraestrutura nem tampouco em controlar as ocupações irregulares que reforçam, por mais uma vez, a premência de uma discussão ampla acerca da questão fundiária na paisagem urbana e rural do Brasil.

Quanto à descentralização e atuação do poder local na esfera municipal, registrada a condição de país em desenvolvimento, deve-se utilizar como exemplo o quão insípida é esta desarticulação e o quanto ainda se está atrelado ao poder político e econômico das escalas superiores. O percentual da receita federal

distribuído na dimensão local é consideravelmente baixa, conforme demonstra o Quadro nº 2.

Quadro nº 2: Percentual de repasse aos municípios (Países em Desenvolvimento)

País	Percentual – local (municípios)
Venezuela	19,40%
Brasil	15,00%
República Dominicana	12,30%
Costa Rica	9,80%
Paraguai	6,40%
Peru	5,80%
Panamá	4,20%

Fonte: O Pode Local – Ladislau Dowbor (2016).

Em comparação com países desenvolvidos, a realidade apresenta a verdadeira dimensão da centralização brasileira e pode apresentar indícios quanto ao discurso retórico neoliberalista acerca do Estado Mínimo, conforme o quadro 3.

Quadro 3: Percentual de repasse aos municípios. (Países Desenvolvidos)

País	Percentual – local (municípios)
Japão	66,00%
Suécia	55,00%
Estados Unidos	42,00%

Fonte: O Pode Local – Ladislau Dowbor (2016).

Os dados apresentados reforçam a questão relacionada à distribuição de renda na esfera de governo. Em média, o repasse aos municípios é de 10% em países em desenvolvimento, enquanto em nações desenvolvidas e que efetivamente apresentam resultados mais satisfatórios com relação ao desenvolvimento, nota-se a concentração e distribuição de renda na esfera local, ou seja, delegando aos atores, gestores e participantes, a tomada de decisão quanto ao planejamento, desenvolvimento e solução de suas necessidades reais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à cidade consta do ordenamento jurídico brasileiro através da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; foi uma conquista da sociedade brasileira, iniciada na promulgação da Constituição de 1988. A história do planejamento urbano demonstra que, ao longo da história das cidades, a mesma sempre se submeteu às regras de controle do poder, principiando-se nos mais fortes e nos grupos predominantes, ainda durante a Revolução Agrícola do período Neolítico, na qual o ser humano passa a produzir os primeiros assentamentos, deixando a vida nômade e passando a estabelecer limites territoriais no sentido de se abrigar daquilo que oferecesse risco à sua segurança.

O que seria a cidade? Um lugar de confluência de interesses, de sobrevivência, de produção, de consumo, etc.? Os mais diferentes interesses que outrora interligavam e cimentavam as relações no presente contexto não auxiliam a conceituação, posto que a heterogeneidade das cidades e de sua população, na contemporaneidade, não encontram justificativas em interesses coletivos convergente, exceto o legado construído na transição da história e sua produção mais mercantilista que, de fato, transformou as cidades e, principalmente, os centros urbanos em locais de produção e de consumo.

Os ciclos da Revolução Industrial não deixaram dúvida sobre determinadas questões inerentes à vida urbana, principalmente quando das questões relacionadas às relações de poder, ainda mais nos dias atuais onde as questões sociais do direito à cidade estão, quase sempre, vinculadas às políticas públicas e aos planos de desenvolvimento urbano, quase sempre vinculados aos interesses do setor imobiliário.

A cidade como mercado passa a ser regida na prática de lucro, onde a terra, que não pode ser precificada, passa a ter valor subjetivo, concretizando no termo há muito bastante conhecido nas ciências econômicas: demanda e produção. No decorrer dos séculos XIX e XX, os modelos de planejamento engajados com ideias expansionistas materializaram aquilo que em qualquer racionalidade seria impossível: produção de terra.

Nos centros urbanos, a produção de espaços vazios construiu o modelo de reserva de mercado da “indústria” imobiliária, na potencialização de espaços, terrenos ociosos que acabaram por demandar a produção de infraestruturas que, em cidades mais espalhadas, potencializaram sobre maneira o “custo cidade”, dado aos espaços “adormecidos” no intervalo entre as áreas mais adensadas e os novos parcelamentos. Tal custo, nos dias atuais, tem impulsionado interesses sobre áreas centrais, possuidoras de solo de elevado valor, mas pouquíssimo potencializado em uso. Assim, a sustentabilidade econômica das cidades passou a não ter válvula de escape para sua demanda, posto que construir à franja dos territórios tem sido uma política para justificar a exploração do solo.

O pensamento de retomada dos territórios centrais, iniciado no velho continente europeu, não tardou a chegar ao Brasil. Sua imperceptível ou quase irrisória revolução industrial forjou um modelo de urbanização e organização urbana adotado como solução para as cidades europeias que, durante os processos iniciais de industrialização, apresentaram um aumento exponencial da população urbana, produzindo tristes paisagens no continente europeu. Cabe ressaltar que a abundância territorial de muitos municípios brasileiros, ainda com insípidos índices de população urbana, fabricou uma necessidade de produção de áreas, em muito enraizado no pensamento eurocentrista e bastante desenvolvido no cenário de industrialização das cidades norte americanas, à produção de cidades e de espaços em escala de produção fabril.

O município de Campo Grande, nos rincões do oeste brasileiro, recém-nascido, porém em muito abastecido destes pensamentos desenvolvimentistas produzidos pelo próprio estado brasileiro, transformou-se em vedete do modelo de desenvolvimento nitidamente conduzido por uma política de Estado expansionista adotada como modelo em tantas outras cidades brasileiras. Tamanha aceleração social produzida no território campo-grandense demandou “soluções” que não possuíam problema, dado o fato que a escala de desenvolvimento urbano jamais se concretizou no modo como se especulou, afastando sempre da dimensão local e das características sociais as comunidades urbanas por hora existentes. Os parcelamentos produzidos ao limite do território urbano – na franja – do município ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 começaram a se transformar em realidade

tão somente a partir dos anos 2000, tamanho o “equivoco” dos gestores públicos na aplicação de políticas públicas de planejamento e desenvolvimento.

Todas essas observações acerca da produção do solo urbano no município conduzem ao cenário descrito e contextualizado ao longo da pesquisa; o clamor por uma destinação economicamente sustentável para o território central, materializado por sucessivas propostas intervencionistas que atestam a vocação do poder público de provedor, posto que jamais cumpre a função social a qual é demandado, sucumbindo sempre aos velhos interesses da iniciativa privada que “surge” nas presentes discussões com um único interesse: produzir reserva de mercado.

O termo gentrificação está presente na política de desenvolvimento urbano de Campo Grande há tanto tempo que os próprios gestores e técnicos projetistas assentam sobre este conceito uma nova teoria, a qual gentrificação seria ocupação do território por pessoas (gente), estando o Estado cumprindo sua função e assegurando o direito social a terra, “gentrificando” áreas pouco adensadas. Exaustivamente, entretanto ainda não esgotado nessa pesquisa, vislumbrou-se demonstrar que não falta legislação no ordenamento jurídico brasileiro, mas falta a desvinculação das aplicações das mesmas dos interesses de grupos financeiros e das práticas de políticas públicas verticais equivocadas. Um modelo de desenvolvimento produzido em uma escala menos globalizante, apoiado nos alicerces do poder local, nos saberes e valores comunitários presentes nos variados grupos urbanos, nos diferentes territórios do município.

Assim como os fortes indícios descritos nas intervenções recorrentes no espaço público do centro urbano de Campo Grande, acabaram por potencializar processos de segregação sócio-espacial, produzindo em decorrência da elitização de espaços e expulsão de grupos sociais de menor poder econômico, não se pode ser descritos de outro modo a não ser como o *modus operandis* da atuação do poder público, demonstrando sua capacidade de produzir gentrificação com propostas simétricas de intervenção estilizada, sem valor prático ao público efetivamente relacionado a esses espaços.

Ao apresentar as precedentes e repetidas intervenções no espaço público no centro urbano do município, visou-se o objetivo de trazer uma singela comparação aos pressupostos das mais recentes técnicas adotadas nos artigos da Lei

que institui o plano de revitalização do centro. O projeto Reviva Centro, posterior ao Viva Centro Etapa I, pode ser compreendido como sendo continuidade do mesmo, possuindo os mesmos conjuntos de propostas descritas em intervenções anteriores que, ao longo da última década, têm patrocinado equívoco sobre equívoco, demonstrando um modelo de desenvolvimento verticalizado e centralizado que, apesar de se dizer democrático e participativo, na maioria dos casos não atende aos interesses locais.

Determinadas audiências públicas ao longo do tempo se apoiaram no senso comum, geralmente cristalizado com aquilo que Ermínia Maricato denomina como sendo o “analfabetismo urbano” por não existir intencionalidade por parte da população no mau uso dos espaços. O que existe é o desconhecimento real do que são e como são as estruturas urbanas públicas que, em muito, carecem de uma construção coletiva, comunitária, concebida a partir da vontade individual, exclusivista.

Não seria ao menos prudente analisar casos de sucesso produzidos no próprio município e reavaliar as estratégias, encontrar os vestígios de acerto produzido e de fato ressignificar esses espaços. A intervenção produzida no mesmo contexto e continente no mesmo programa denominada Orla Morena possui relativo êxito dada sua composição morfológica, impregnada de vida comunitária, com o entorno todo ocupado por residências, ou seja, a presença de seres humanos residentes pode ser uma das potencialidades e, para muitos estudiosos cujo pensamento foram apresentados ao longo desta pesquisa, de fato indicam tal necessidade.

Os termos que apostam na ideia de revitalização de espaços urbanos, com requalificação, revitalização, etc., quase sempre são propostos de modo vertical, sem um diálogo verdadeiro. A carência de uma pesquisa acurada nas características do território quase sempre escapa ao propósito final por não encontrarem eco nos verdadeiros interessados, que na maioria das vezes, é a comunidade local que possui o hábito de utilizar estes espaços, piorando em muito quando nem mesmo o hábito de uso existe.

Neste caminho percorrido foi possível identificar que a cultura das cidades fora produzida no contexto por hora apresentado; a urbanização de Campo Grande

seguiu a mesma regra e a dimensão do capital, que sempre norteou a produção dos espaços públicos. Cabe sempre considerar e analisar o quesito relacionado aos vestígios materiais que podem conduzir os indícios de expulsão territorial, pois nota-se a presença de uma força invisível que, insistentemente, constrói no espaço central do município um discurso de ordem e segurança que, pôr muitas vezes, inibe o direito à cidade de classes sociais menos favorecidas. Movimentos de controle, estabelecidos em processos de higienização social, nítidos na restrição de manifestações de determinados grupos urbanos, têm crescido em contraste ao discurso da produção do espaço democrático.

Todos esses elementos, adicionados a outras questões de ordem, indicam que o assunto não se esgota nesta pesquisa, cabendo um aprofundamento futuro nas questões relativas à gentrificação no comércio central de Campo Grande, dada a conclusão das obras de revitalização, além da verificação na retomada do uso cotidiano diante da possibilidade de inviabilizar os modelos econômicos atuais quando de uma valorização da região, implicando aumento de impostos e custos mais elevados para a manutenção dessas estruturas. Isso produzirá, lentamente, um deslocamento social e uma posterior expulsão, patrocinada pela elitização do espaço e materializando em um novo perfil de público local.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco. Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Traduzido por Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998,151p.

ALESSANDRI, Ana F. C. A produção do espaço urbano. São Paulo, editora contexto, 2011.

ANUNCIAÇÃO, Vicentina Socorro da. “Homens fecham janelas mulheres cobrem espelhos”: Chuva e imprensa na cidade de campo grande/ms (1961-2007) 2009. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/Brasil, 2009.

ARENDT, Hanna. A condição humana. Tradução de Roberto Matoso. 10.ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2007.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Parcelamento do solo urbano em Campo Grande: visão crítica e roteiro legal*. Campo Grande: FAV/UNIDERP, 1997.

BACHELAR, Gaston. A poética do espaço. São Paulo, Editora Abril Cultural, 2005.

BARROS, José D’Assunção. Cidade e História. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, Valter Mangini. Atlas Campo Grande Geográfico e Histórico. Campo Grande MS: Oeste, 2010.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. Tradução Silvia Mazza. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. *História da arquitetura moderna*. Tradução Silvia Mazza. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. *A cidade e o arquiteto*. Tradução Atilio Cuncian. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BECKER. SANTOS. Milton, Bertha: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial coleção: ESPACO, TERRITORIO E PAISAGEM. Editora Lamparina.edição: 2007 edição: 3ª.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana.

BAUMAN, Zigmunt. A sociedade individualizadas: Vidas contadas e histórias vividas. Tradução José Gradel. Rio de Janeiro, Editora ZAHAR, 2009.

CALVINO, Ítalo. Cidade Invisíveis. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPO GRANDE. Lei Complementar 74, de 06 de setembro de 2005 – Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo de Campo Grande-MS.

_____. Lei Complementar 94, de 06 de outubro de 2006 – Institui a Política de Desenvolvimento e o Plano Diretor de Campo Grande-MS.

_____. Lei Complementar 161, de 20 de julho de 2010 – Institui o Plano de Revitalização do Centro de Campo Grande – MS.

CASTILHO, Maria Augusta. MITIDIEIRO, Marilda Batista. *O museu José Antônio Pereira : a educação patrimonial no contexto de territorialidade urbana em Campo Grande – MS*. Campo Grande, Maria Augusta de Castilho, 2011.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede* 8.ed. São Paulo. Paz e Terra, 2005.

_____. *La cuestión Urbana*. 15.ed. Siglo XXI Editores. México, 2009.

_____. *A Intervenção administrativa nos grandes centros urbanos*. Espaço & Debates. São Paulo, NERU e Cortez, 6: 64-75, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In:____ *Geografia: conceitos e temas*. 2.ed. Rio de Janeiro. Betrand Brasil, 2000.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. Tradução Dafne Nascimento. 3.ed. São Paulo, Perspectiva. 2013.

DALLABRIDA, Valdir R. *Território, identidade territorial e desenvolvimento regional*, Editora: liberars, São Paulo, 2013.

DELLEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo : Capitalismo e Esquizofrenia* 1.Editora: Assírio e Alvin, Lisboa, 2004.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local? Imperatriz*, Editora Ética, 2016.

ENGELS, Frederick. *As grandes cidades* In: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975.

ESTEVA, Gustavo. *Desarrollo*. In: SACHS, Wolfgang (editor), *Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder*, PRATEC, Perú, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 42.ed. São Paulo, editora Vozes, 2017.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2.ed. São Paulo, Zahar Editores, 1976.

FONSECA, João J. S. *Metodologia da pesquisa Científica*. UFCE, Fortaleza, 2002.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. Tradução Jeferson Luiz Camargo. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

GEHL, Jan. *Cidade para pessoas*. Tradução Anita Di Marco. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GERARDI, Lucia Helena de oliveira, CARVALHO, Pompeu Figueiredo, organizadores. Geografia: ações e reflexões – Rio Claro: UNESP/IGCE : AGETEO, 2006.

GIL, Antônio C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Paulo C. da C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, Aleida Resende Alves. Desenvolvimento urbano e a evolução da moradia popular em Campo Grande-MS. 2010. 68 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Anhanguera-Uniderp, Campo Grande, 2010.

GUATTARI, Felix. Espaço e Poder: A criação de territórios na cidade. Espaços e Debates, Revistas de Estudos Regionais e Urbanos. Ano V, 16. São Paulo, SP: NERO: 1985.

HALL, Peter. *Cidade do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. Tradução Maria Alice Junqueira Bastos, Pérola de Carvalho, Anita Guimarães. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. Revista GEOgraphia, Niterói, ano IV, n.7, p.7-31, 2002.

HAERBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial: in SAQUET; SPOSITO, Marcos A., Eliseu S. Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos. São Paulo, UNESP, 2008.

_____. O espaço importa: dilemas da construção identitário-territorial na contemporaneidade (no prelo).

_____. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios. In: OLIVEIRA, M. et al. (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate, *GEOgraphia*, n.17, 2007b.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: BECKER. SANTOS. Milton, Bertha: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial coleção: ESPAÇO, TERRITÓRIO E PAISAGEM. Editora Lamparina.edição: 2007 edição: 3ª.

SOJA, Edward.(1993). Geografias Pós-Modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

- HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução Carlos S. Mendes Rocha. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. – (Coleção Cidades).
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos, ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro. Editora 34, 1994.
- LAKATOS, Eva M. Fundamentos da metodologia científica. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Do território produzido e vivido ao dinamismo territorial*. 2008. Disponível em <http://www.siid.ucdb.br/docentes/arquivos/109132> acessado em 12/07/2017.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris:). Rio de Janeiro 2006.
- _____. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2008.
- MARICATO, Ermínia. A cidade do Pensamento único. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- _____. Brasil, cidades alternativas para a crise urbana. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- _____. O impasse da política urbana no Brasil. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARQUES, Heitor Romero Marques; MACIEL, Josemar de Campos; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Migração e desenvolvimento local a escala humana: Campo Grande como foco. Campo Grande: Mundial, 2014.
- MARX, Karl. O Brumário 18 de Luís Bonaparte. Trad. Nélío Schneider. Coleção Marx e Engels, volume 1. Ed. Boitempo Editorial, 2011.
- MUMFORD, Lewis. A Cidade Na História: Suas origens, transformações e perspectivas. Tradução Neil da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. Arquitetura ocidental. 3.ed. Editora Gustavo Gil. Barcelona, 1999.
- OLIVEIRA NETO, Antônio F. de – Campo Grande e a rua 14 de julho: tempo, espaço e sociedade. Presidente Prudente. 2003.
- PLANURB, Instituto Municipal de Planejamento Urbano. *Perfil Socioeconômico de Campo Grande/Instituto Municipal de Planejamento Urbano*. 23.ed. rev. Campo Grande: PLANURB, 2017.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução Maria Cecília. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro; A formação e o sentido do Brasil. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROGERS, Richard. Cidades para um pequeno planeta. Tradução Anita Regia Di Marco. São Paulo: Gustavo Gil, 2015.

SANTOS, Milton. Dinheiro e o território . In: BECKER. SANTOS. Milton, Bertha: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial coleção: ESPACO, TERRITORIO E PAISAGEM. Editora Lamparina. edição 3ª: 2007.

_____. A urbanização brasileira. 2.ed. São Paulo. HICITEC. 1993.

_____. Por uma outra globalização. 5.ed. Rio de Janeiro: Record. 2001.

_____. “O dinheiro e o território”, *Geografia*, Niterói, vol. 1 nº 1, p. 7-13, 1999.

SÁ, Flaviana Miranda da Silva de. Patrimônio cinematográfico em Campo Grande: diálogo cultural e a interface entre passado e presente. 2012. 70 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2011.

SACK, Robert D. Conceptions of space in social thought: a geographic perspective. Minneapolis : University of Minnesota Press, 1980.

SACHS, Wolfgang (editor), Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder, PRATEC, Perú, 1996.

SASSEM, Saskia. Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Tradução editora Berthrand, Rio de Janeiro, 1988.

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana. In: Região, cidade e poder. Presidente Prudente: GAsPERR, 1996, p. 111-26.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. O Intendente e a Cidade: Modernização e Urbanização em Campo Grande (1921-1923) Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011.

VARGAS, Heliana Comin. *Intervenções em Centros Urbanos*. 3.ed. Barueri: Manole, 2015.